

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ARTHUR REIS E A *HISTÓRIA DO AMAZONAS*:**  
**UM INÍCIO EM GRANDE ESTILO**

**LADEME CORREIA DE SOUSA**

**MANAUS**

**2009**

**LADEME CORREIA DE SOUSA**

**ARTHUR REIS E A *HISTÓRIA DO AMAZONAS*:  
UM INÍCIO EM GRANDE ESTILO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

**Orientador: Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte**

**MANAUS**

**2009**

**LADEME CORREIA DE SOUSA**

**ARTHUR REIS E A *HISTÓRIA DO AMAZONAS*: UM INÍCIO EM  
GRANDE ESTILO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História da Universidade  
Federal do Amazonas – UFAM, como  
requisito para obtenção do grau de Mestre  
em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte  
(Presidente)

Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto  
(Membro)

Prof. Dr. Luis Balkar Sá Peixoto  
(Membro)

Prof. Dr. Síval Carlos Mello Gonçalves  
(Suplente)

Dedico:

Ao meu grande amor, Emerson Silva de Sousa pelo apoio e compreensão

À minha florzinha, Larissa Correia de Sousa por aceitar, nem sempre pacientemente, dividir minha atenção com o Arthur Reis.

Aos meus pais, Manoel José Correia e Rosineide Santos Correia pelo amor incondicional.

## AGRADECIMENTOS

“Tema ao SENHOR toda a terra, temam-no todos os habitantes do mundo. Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo passou a existir.” (Salmos, 33:8 e 9).

Meu agradecimento primeiro, a Deus, criador do Universo que torna todas as coisas possíveis.

Aos professores Deusa Costa, Orange Matos, Elisangela Maciel, Dorinete dos Santos Bentes, Aureliano Pinheiro e Tarcísio Normando que ao longo da graduação contribuíram com exemplos de profissionalismo, discussões importantes e palavras de incentivo à continuidade dos meus estudos.

À Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, através do seu Secretário Robério dos Santos Pereira Braga, por abrir o acesso ao material de pesquisa ainda em vias de classificação, por indicar documentos fundamentais ao trabalho e por se colocar a disposição em auxiliar em quaisquer necessidades em relação à pesquisa.

Aos funcionários do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Maria Clara da Gama Bentes, Maria da Glória Sarmiento Costa e Raimundo Nonato Santos Braga, pela facilitação ao processo de pesquisa, auxiliando todas as vezes que foram necessárias no acesso aos documentos, prestando um atendimento de excelência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, que ministraram cursos dos quais participei contribuindo com discussões fundamentais para a realização desse trabalho de pesquisa: Eloína Monteiro dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte, Márcia Eliane e Almir Diniz de Carvalho Junior.

Aos professores Patrícia de Melo Sampaio e Sinval Carlos Mello Gonçalves que compuseram a banca do meu exame de qualificação, apontando possibilidades para a conclusão do trabalho.

Um agradecimento todo especial ao meu orientador Prof<sup>o</sup>. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte pelo apoio, incentivo, carinho, dedicação e presença constante nos momentos de dificuldades.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas pelas bolsas que auxiliaram na minha manutenção durante o curso

## RESUMO

Compreender quais foram as formas de representação utilizadas por Arthur Cezar Ferreira Reis sobre os sertanistas, missionários e indígenas numa relação que levaria à colonização e, por conseguinte à civilização foi o norte que deu sustentáculo a este trabalho. Para tanto, fez-se necessário ir à busca dos suportes teóricos-metodológicos do autor, o que passou indispensavelmente pela sua relação com os intelectuais brasileiros que lhe serviram como referência. Através da análise das correspondências passivas do autor e de sua obra *História do Amazonas* conclui-se que as representações expressas no seu primeiro trabalho estavam estreitamente ligadas à sua relação com os Institutos Históricos e, em especial, alguns de seus membros, como Francisco Adolfo de Varnhagen representando o IHGB e Álvaro Maia no âmbito amazonense.

## ABSTRACT

Understanding what were the forms of representation used by Arthur Cezar Ferreira Reis on sertanistas, missionaries and indigenous people in a relationship that would lead to the colonization and therefore civilization was the north that gave base this work. Thus, it was necessary to go in search of theoretical and methodological support of the author the now essentially for his relationship with Brazilian intellectuals that served as a reference. Through the analysis of passive connections the author and his work *História do Amazonas* concluded that the representations showed in his first work was closely linked to his relationship with the Historical Institute, and particularly some of its members, as Francisco Adolfo de Varnhagem represented the IHGB and Álvaro Maia under Amazon.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I – ARTHUR REIS E A <i>HISTÓRIA DO AMAZONAS</i>: DA FILIAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA À RECEPÇÃO DA OBRA</b>	
<b>1.1 – Arthur Reis e a <i>História do Amazonas</i> nos quadros da historiografia brasileira.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 – A <i>História do Amazonas</i>: entre Varnhagen e Capistrano de Abreu.....</b>	<b>28</b>
<b>1.3 – A <i>História do Amazonas</i> e sua recepção entre os intelectuais brasileiros.....</b>	<b>46</b>
<b>1.4 – Arthur Reis e os Institutos.....</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO II – A <i>HISTÓRIA DO AMAZONAS</i> NO CONTEXTO LOCAL</b>	
<b>2.1- Por uma história cívica.....</b>	<b>64</b>
<b>2.2 – “Mestre dos moços”.....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO III – HISTÓRIA DO AMAZONAS: A OBRA</b>	
<b>3.1 – <i>História do Amazonas</i>: o “orgulho dos amazonenses” .....</b>	<b>101</b>
<b>3.2 – <i>História do Amazonas</i>: temáticas e abordagens.....</b>	<b>107</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>141</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>145</b>

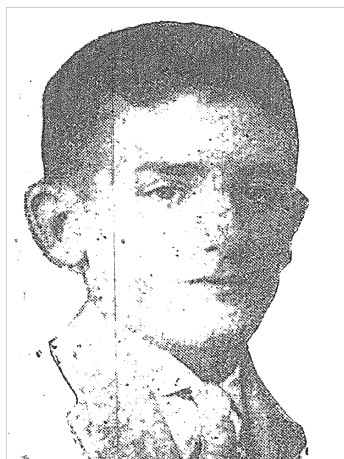


## INTRODUÇÃO

Arthur Reis, filho do jornalista Vicente Torres da Silva Reis e de Emília Ferreira da Silva Reis, nasceu em Manaus em 08 de janeiro de 1906, cresceu e se educou na capital da borracha durante seu período de crise, de onde se mudou para Belém em 1939 e depois para o Rio de Janeiro em 1945, construindo uma carreira que o consolidaria como especialista em assuntos amazônicos. As escolas Saldanha Marinho, Marechal Hermes e o Ginásio Amazonense Pedro II foram grandes responsáveis pela sua formação inicial, que se completaria com o curso de Direito realizado entre 1923 e 1927.

Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas desde o início de sua juventude e Redator da Revista Amazonense em 1923, dirigida por Álvaro Maia, Arthur Reis já dava mostra de sua ligação com a escrita que perdurou por toda sua vida. Entre os anos de 1928 e 1938, ocupou funções no magistério, exercido no Colégio Dom Bosco, lecionando História do Brasil, História da Civilização e História do Brasil na Escola Sólon de Lucena e Economia Política e Ciências das Finanças na Faculdade de Direito do Amazonas, entre outras. Foi redator do Jornal do Comércio, Diretor da Instrução Pública no governo de Álvaro Maia e Fiscal de Seguros da Primeira Circunscrição vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Elencamos apenas suas atribuições realizadas ainda em Manaus, por estarmos nos referindo, particularmente, à fase inicial de sua carreira. Carreira que, aliás, parece ter sido desejada desde muito cedo por seus pais. Ao menos é o que indica a seção de aniversariantes do Jornal do Comércio de propriedade de Vicente Torres, seu pai, que oportunamente na passagem do aniversário do filho, que completava catorze anos, em um texto quase profético, tendo em vista que previa uma carreira de sucesso para o tão jovem Arthur Reis, já o apresentava, através dos funcionários do Jornal, como um grande prodígio:



Um acontecimento auspicioso faz vibrar de íntimo regozijo o lar do nosso diretor Dr. Vicente Reis e de seu idolatrado filho Arthur Cézár Ferreira Reis que entra no décimo quarto aniversário de sua existência. Jovem ainda trilhando a estrada ampla e luminosa de uma vida toda cheias de atrativos e expansões suaves, *Arthur Reis é uma promessa*

que se revela, pois alia a sua exemplar conduta, um espírito inteligente e vivo, *uma alma cheia de aspirações que só propendem para o esposamento de idéias nobres e elevadas.*

As congratulações prosseguem, dando a medida das expectativas com as quais o jovem era apresentado à sociedade local:

A sua maior preocupação é o estudo. No doce aconchego do lar, como no Ginásio Amazonense, onde cursa com brilhantismo, o terceiro ano de Ciências e Letras, jamais descurou de sua educação moral e espiritual, manuseando sempre com prazer os seus livros e ouvindo com desvelo as lições de seus mestres. Segue assim, *um belo exemplo de virtude e civismo*, tomando como lema a frase de Raul Pompéia: feliz é a alma que tenta, entre as florescências da juventude, descortinar o panorama imenso do futuro. É, pois, um jovem que orgulha os seus pais e o berço onde nasceu, iniciando os seus passos na arena espinhosa da vida, sob os influxos de muita esperança. Merecidas, portanto, serão as provas de afeto que receber nesse dia, de seus amiguinhos e *admiradores, que são em grande número*<sup>1</sup>.

Arthur Reis era, portanto, apresentado, apesar da pouca idade, como uma promessa propensa ao cultivo de idéias nobres e elevadas, um belo exemplo de virtude e civismo que já possuía não poucos admiradores. Essa extensa nota sobre o aniversário de Arthur Reis fez parte da seção do Jornal intitulada “Manaus Social”, que anunciava somente os nomes dos aniversariantes do dia; entretanto as figuras de relevo no cenário local recebiam espaço maior com direito a fotografia, como no seu caso. Arthur Reis, como filho do proprietário do jornal, recebeu um espaço ainda maior em relação aos comumente concedidos às pessoas de destaque na sociedade manauense, revelando a dimensão do anseio de seu pai em incluí-lo entre os notáveis, ao atribuir-lhe grande número de admiradores.

---

<sup>1</sup> Jornal do Comércio. 08 de janeiro de 1920.

Neste trabalho, buscamos auxílio nas discussões apresentadas pela história cultural que redescoberta nos anos 1970, vem se revigorando principalmente no meio acadêmico <sup>2</sup>. O campo da história cultural explorado foi o das representações, como meio de buscar significados para as representações historiográficas construídas por Arthur Reis em um determinado período. Representações que receberam interpretações possivelmente geradoras de práticas. Mas, estudar um intelectual como Reis é trabalho que não se realiza em poucas linhas, necessitando, portanto, de outros trabalhos nesse sentido.

Tendo em vista que o “discurso histórico é, acima de tudo, representação, ou seja, a manifestação, através da narrativa, de um sistema de representações ideológicas de um grupo social, de uma comunidade, de um nação” <sup>3</sup>, verificamos as raízes das representações construídas por Arthur Reis e sua ligação com os grupos intelectuais de onde se originou.

Roger Chartier <sup>4</sup> trabalha as noções de prática e representação, extremamente úteis à realização desse trabalho. Chama a atenção para a contribuição de três autores na ampliação das análises de história cultural, Michel Foucault, Michel de Certeau e Lois Marin que, apesar de guardarem algumas diferenças entre si, defendem pontos comuns fundamentais, como a relação entre as produções discursivas e as práticas sociais, isto é, a interdependência que há entre a construção discursiva do mundo social e a construção social dos discursos. Dessa forma, as práticas sociais são produtoras de discursos, assim como os discursos são moldados de acordo com determinadas práticas que têm o poder de afirmá-los e limitá-los ao mesmo tempo.

As práticas estão intensamente articuladas às representações. Assim, as diversas formações sociais e culturais podem ser examinadas pela relação entre as práticas e as representações. Este trabalho procurou analisar uma construção discursiva das representações

---

<sup>2</sup> Em Peter Burke podemos ver uma interessante discussão sobre os caminhos da história cultural que, longe de ser prática nova, já era realizada na Alemanha, com essa denominação, há mais de duzentos anos. A denominação “nova história cultural” passou a ser corrente entre os historiadores no final da década de 1980 trazendo em seu bojo um novo “paradigma”. Melhor compreendido, de acordo com Peter Burke, se analisados os trabalhos dos quatro teóricos: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bordieu que trouxeram contribuições significativas a esse campo do saber histórico. A história cultural se manifestou de várias formas através do estudo da história das práticas, da fala, do experimento, da viagem com a intenção de compreender suas significações, desvinculando-se do lado puramente teórico. Para Peter Burke, a conceituação do que seja história cultural ainda espera por uma resposta definitiva, mas infere que talvez o deslocamento do objeto para o método possa auxiliar nessa questão. Jacob Burchardt declarou ter usado a intuição, e “alguns descrevem seu trabalho em termos de uma procura de significado, outros focalizam as práticas e as representações”. Cf. BURQUE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 7.

<sup>3</sup> Buescu, Ana Isabel. “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”. Conferência realizada na Fundação Caloust Gulbenkian Outubro de 1987. Lisboa: Livraria Carta Editora, 1991. p. 49.

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

de Arthur Reis quanto à história do Amazonas com atenção às práticas que possibilitaram e/ou limitaram as pretensões do autor.

Chartier <sup>5</sup> também nos remete à aparente simplicidade dessa tarefa, quando a mesma estava atrelada à corrente historiográfica que privilegiava as concepções da história das mentalidades praticada, principalmente, pela terceira geração dos integrantes dos Annales. A partir de um conjunto determinado de discursos viria a caracterização de uma “mentalidade” ou de “visão de mundo” que em seguida seria atribuída a um conjunto social de forma homogênea, sem que se atentasse para as pluralidades. Com as contribuições da história cultural, uma análise desse porte se tornou mais complexa na mesma proporção de sua eficiência. Aderindo às novas noções trazidas pela nova história cultural, os discursos devem ser vistos em suas devidas especificidades; tem que se levar em conta o meio em que foram produzidos, os princípios que os limitam e que os tornam possíveis. Em suma, é necessário que se conceda atenção especial às práticas viabilizadoras desse discurso ou dessa representação.

Retomemos Peter Burke <sup>6</sup> que, ao comentar concepções de Jacques Le Goff, alerta para o perigo da homogeneização de convicções, quando se analisa determinado sujeito histórico sem considerar suas individualidades. Não devemos, portanto, relacionar uma determinada forma de pensar de um indivíduo a toda sociedade da sua época e, talvez, nem mesmo à íntegra do grupo social do qual fez parte; antes, como uma possibilidade mais coerente, devemos limitar as correlações a um número determinado de indivíduos que compartilhem de suas convicções, sem optarmos por fazer generalizações a toda a história intelectual do período analisado. Desse modo, situamos as representações construídas por Arthur Reis com o cuidado de não cometermos generalizações, sem homogeneizar convicções de forma apressada. Procurando compreender com quais grupos de indivíduos Reis compartilhou determinadas crenças transparentes ou não em seu discurso.

Enfim, as representações são entendidas por Roger Chartier como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categoria de percepção do real. Variam segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; mas, ainda que aspirantes à

---

<sup>5</sup> CHARTIER Op. cit. p.77.

<sup>6</sup> BURKE, Peter. Forças e fraquezas da história das mentalidades. In: **O mundo como teatro**: estudos de antropologia história. Lisboa: DIFEL, 1992.

universalidade são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.<sup>7</sup> Esse instrumental nos possibilitará a viabilização do que é objetivo desse trabalho.

Para além das disputas no campo de debates teóricos acerca da história cultural<sup>8</sup> e dos usos das representações nas práticas de pesquisa em história, nos lançamos-nos em busca de resultados efetivos a fim de traçar um panorama da forma como Arthur Reis apreendeu a realidade em que estava inserido, de como organizou a apreensão do mundo social, tendo a noção de representação como uma dentre as possibilidades para o que nos propusemos, longe da pretensão de vê-la como resolução de todos os problemas, ou como integrante da “tirania do cultural”, como Ronaldo Vainfas, segundo Ciro Cardoso, preferiu caracterizar a proposta de Chartier<sup>9</sup>.

No primeiro capítulo ocupamos-nos com três questões específicas: a inserção da *História do Amazonas* no contexto da historiografia brasileira, procurando analisar em quais bases teórico-metodológicas Arthur Reis se ancorou para a elaboração do seu primeiro trabalho de grandes proporções; de que forma a obra foi recebida pelos intelectuais brasileiros e a relação de Arthur Reis com os Institutos Históricos do país.

O segundo capítulo traça um paralelo entre o, então, jovem Arthur Reis e Álvaro Maia, autor da famosa *Canção de Fé e Esperança*, que instigou alguns intelectuais amazonenses e serviu como base para a construção da *História do Amazonas* dentro de uma preocupação com o civismo que deveria ser repassado às novas gerações amazonenses devedoras de aprender com os homens que passaram. Com essa proposta de educar a sua geração no exemplo dos “grandes nomes” da história, verificamos, ainda no segundo capítulo, o alcance que Arthur Reis teve entre os intelectuais amazonenses nas décadas de 1930 e 1940.

As fontes principais utilizadas nos primeiro e segundo capítulos foram as cartas recebidas por Arthur Reis nas décadas de 1920 a 1940, que ainda se encontram em processo de classificação<sup>10</sup>. Essas correspondências com as quais tivemos o privilégio de trabalhar, causando até certo estado de euforia, por possibilitarem desvendar as relações intelectuais travadas entre Arthur Reis e vários estudiosos brasileiros e alguns estrangeiros, possibilitou a

---

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A história cultural – entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17.

<sup>8</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso, MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000. Discute as limitações da própria história cultural.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>10</sup> Acervo de Correspondências passivas de Arthur Reis, localizadas na Biblioteca Arthur Reis.

compreensão da importância da *História do Amazonas* e de seu autor no contexto local e sua busca em se inserir nos círculos intelectuais do Sul do país.

Elegemos no terceiro capítulo o que chamamos de principais temáticas da obra *História do Amazonas* para procurar compreender como Arthur Reis as representou e de que forma suas propostas tinha relações com seu objetivo principal de narrar as “glórias” da colonização que encaminhou o Amazonas a tão desejada civilização. Foi objeto também do terceiro capítulo analisar a recepção que teve a *História do Amazonas* no meio intelectual manauara, sendo isto possível, através dos jornais impressos.

## 1.1 ARTHUR REIS E A *HISTÓRIA DO AMAZONAS* NOS QUADROS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

“A preocupação em recuperar as representações necessita também de uma busca de mediações que são os traços para compreender como o olhar do outro, diferente de si no espaço e no tempo, foi estruturado e de marcar as coincidências e discordâncias entre o dito e o experimentado”<sup>11</sup>.

A epígrafe acima, retirada de uma obra de François Dosse, interessa-nos duplamente por remeter-nos à historiografia e aos usos das representações. Em primeiro lugar a historiografia, pois o autor menciona a preocupação em recuperar as representações, ato que vem se realizando nas últimas décadas com o advento da história cultural.

Como afirma Dosse, a noção de representação não é inteiramente nova na prática historiográfica, visto que já era trabalhada nos anos 1970, porém como coadjuvante na história das mentalidades que passava nesse período pelo seu esplendor. Momento em que trouxe para o ofício do historiador a possibilidade de eleger novos objetos e novas temáticas dentre elas, a morte, as crenças e o comportamento religioso.

Com o retorno ao estudo das “utensilagens mentais”<sup>12</sup> que havia inspirado os fundadores dos *Annales* nos anos 1930, os historiadores puderam, além da eleição de novos objetos, fazer uso dos conhecimentos das disciplinas vizinhas à História. Mas, essa nova atitude não conseguiu se desvencilhar do que, até então, esteve nas raízes do sucesso da disciplina: o tratamento serial, o quantitativismo e o recorte socioprofissional. E, embora tivesse a oportunidade de trabalhar novos objetos, a história das mentalidades transferiu os métodos de um outro campo de estudos para trabalhar uma “noção deliberadamente fluida, generalizante, como a de mentalidade.”, resultando em uma produção historiográfica desconectada de “esquemas interpretativos” e “cada vez mais esmigalhada”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> DOSSE, François. As representações coletivas: a saída da história das mentalidades. In: **O Império do sentido**. p. 276.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A história cultural – entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.32.

<sup>13</sup> Cf. DOSSE, François. Op. cit, p. 271.

E é nesse contexto, como sugere Dosse com o título do seu texto, que as representações coletivas se apresentaram como uma saída da história das mentalidades dentro do contexto da Nova História Cultural.

A história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>14</sup>. Para a efetivação de caminhos em termos conceituais orientadores da pesquisa em história cultural, Roger Chartier apresenta o conceito de representações, delineado a partir das contribuições que recebeu de vários autores, entre eles Pierre Bordieu.

Tendo visto a recuperação das representações pela historiografia, dentro do campo da história cultural, partiremos agora para o uso das representações propriamente dito. No nosso caso interessa o uso da representação para compreender como o olhar de Arthur Reis foi estruturado e de marcar as coincidências e discordâncias entre o dito e o experimentado<sup>15</sup>. Dito isso, podemos explorar o que é objetivo central desse texto com a companhia contínua da noção de representações.

O objetivo geral do trabalho é compreender quais foram as formas de representações utilizadas por Arthur Cezar Ferreira Reis na discussão de alguns temas constantes em seu trabalho, entre eles: índios, missionários, colonizadores e civilização. Acompanhando a trajetória do autor é possível verificar que sua obra de maior destaque foi “A Amazônia e a Cobiça Internacional”, com várias edições. Entretanto, queremos analisar o autor em início de carreira, compreender quais suas concepções teórico-metodológicas e de que modo construiu as bases para a solidificação de suas interpretações, posteriormente tão respeitadas, acerca da Amazônia.

Como meio para alcançar esse objetivo, buscaremos situar o livro *História do Amazonas*, de Arthur Cezar Ferreira Reis nos quadros da historiografia brasileira e para tanto teremos que desvendar como o seu olhar foi estruturado no período de elaboração da obra, como apreendeu a realidade na qual estava inserido. Ao mesmo tempo quais foram, predominantemente, as influências de intelectuais brasileiros que recebeu. Só depois de situá-lo no contexto historiográfico nacional e local, poderemos compreender por que fez determinadas escolhas, e em quais bases se firmou para discutir as temáticas presentes na obra.

---

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica..., p. 16.

<sup>15</sup> DOSSE, François. Op. cit. p. 276.



Nesse momento, interessa-nos apreender como sua realidade intelectual foi construída, entre quais grupos da historiografia brasileira sua obra se insere, visto que, como já foi exposto, as representações são sempre determinadas pelos grupos que as forjam. Com essa finalidade, vamos procurar semelhanças e/ou diferenças entre Reis e os intelectuais de sua época com os quais possivelmente mais se aproxima em termos teórico-metodológicos e em sua concepção de história.

Não é, portanto, a intenção desse trabalho analisar minuciosamente as obras dos autores e, sim, através de alguns indícios, encontrar lugar para a inserção do livro *História do Amazonas* dentro desse contexto.

Para fins didáticos podemos dividir a análise da trajetória intelectual de Arthur Reis em três momentos:

1º) De **1920 a 1938** - momento que vai de sua inicial busca profissional, cursando Direito e escrevendo pequenos textos de história à edição do seu primeiro grande trabalho intitulado *História do Amazonas*, seguido de outros trabalhos importantes como *Manáos e outras villas*. Portanto, se configura em um período no qual já mostrava aos seus pares a intensidade de sua proposta.

2º) De **1939 a 1945** - do ano que se transfere para Belém, travando novas e importantes relações pessoais em busca de sua ascensão profissional à sua transferência para o Rio de Janeiro que marcou um período de apogeu, visto que era comum entre os intelectuais do Norte e do Nordeste ansiar por uma boa colocação nos quadros intelectuais do Sul.

3º) E de **1946 a 1990** - momento em que se estabeleceu no Rio de Janeiro como Diretor Geral da Divisão de Expansão Econômica do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, passando depois por diversos cargos sempre conciliados com ao trabalho de produção historiográfica, que culminou com a publicação de seu mais célebre trabalho *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. É importante destacar que poderão caber a esse último período diversas subdivisões por ser o mais extenso e por marcar um período importante de sua trajetória devido à sua atuação como governador do Amazonas (1964-1967), no período militar.

Mas, para o que é proposto neste trabalho devemos nos ater a uma partícula do primeiro período, procurando compreender parte da gênese da trajetória que levou Arthur Reis a ser conhecido nacionalmente como o grande amazonólogo.

Arthur Cezar Ferreira Reis, apesar de não figurar entre os grandes nomes nos livros de historiografia brasileira, fez parte de uma geração de intelectuais que estava preocupada inicialmente em construir uma identidade para o Brasil, interessados em explicar e interpretar o país. Como escritor da década de 1930, poderíamos de imediato buscar correspondência intelectual entre ele, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Os três têm em comum o fato de participarem de um mesmo contexto histórico. Todos publicaram obras importantes e que vieram a ser disseminadoras de um discurso historiográfico proveniente das inquietações intelectuais de uma periodização comum. Para compreender por que Arthur Reis optou por determinada concepção historiográfica é necessário inseri-lo em um grupo, que de algum modo foi determinante para suas escolhas e, portanto, para as representações que construiu acerca da história de um modo geral, e especificamente do Amazonas.

Analizando mesmo superficialmente o contato intelectual entre os três autores mencionados, poderíamos aferir que Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre construiriam ao longo de suas respectivas carreiras profissionais um contato amistoso com Arthur Reis.

Fazendo uma breve incursão pelo caminho intelectual dos três, podemos encontrar discursos elogiosos de Freyre e Holanda referentes a Reis e vice-versa. Para exemplificar o que temos afirmado, basta citar os convites feitos por Freyre a Reis, para que este participasse de conferências na Fundação Joaquim Nabuco <sup>16</sup> e o convite de Holanda para que Reis escrevesse para a *Historia Geral da Civilização Brasileira*, da qual Holanda foi organizador.

Quando convidado a participar do seminário de cultura afro-brasileira em Manaus em 1981, Freyre, ao expor seu texto *A Amazônia brasileira e uma possível luso-tropicologia*, fez questão de afirmar a admiração que cultivava por Reis:

Notável é a contribuição que para uma interpretação luso-tropical da Amazônia hoje brasileira vêm trazendo o professor Arthur Reis e seus discípulos. O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis é especialista já antigo no estudo não só

---

<sup>16</sup> BRAGA, Robério. **Arthur Cezar Ferreira Reis**. Manaus: Imprensa Universitária, s.d. p.20.

histórico-econômico como histórico-social de uma das mais importantes regiões não apenas brasileira como lusotropicalis: a Amazônia.<sup>17</sup>



Gilberto Freyre, ao pronunciar sua conferência, por ocasião da Semana de Estudos Afro-Brasileiros, promovidos pelo IGHA.



Arthur Cezar Ferreira Reis, quando de sua chegada ao Aeroporto Eduardo Gomes, sendo recebido pelo Comendador Emílio Vaz D'Oliveira, Dr. Robério Braga, presidente do IGHA e o Governador em exercício, Dr. Paulo Pinto Nery.

Em artigo de jornal, verificamos o apreço de Freyre no elogio que tece a Arthur Reis pelo seu livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, no momento na 5ª edição, indicando-o como grande intelectual que deveria ser mais ouvido nas universidades brasileiras, tanto por estudantes como por professores.<sup>18</sup>

No entanto, apesar do confirmado contato entre Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Arthur Reis ao longo das suas trajetórias, parece que o Reis da *História do Amazonas* não se assemelhou, tanto quanto poderia se supor inicialmente, aos autores de *Casa-grande e Senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936). É possível que, num exame mais detalhado e comparativo entre suas respectivas obras, pudéssemos encontrar questões comuns

<sup>17</sup> BRAGA, Robério. Arthur Cezar Ferreira Reis... p. 21.

<sup>18</sup> Esse artigo não possui mais as devidas referências de data e local da publicação, por se tratar de um recorte de jornal que não foi devidamente arquivado.

propulsoras das suas pesquisas por terem participado de um mesmo grande momento histórico. Mas os três autores, em início de carreira, tiveram formações diferentes e não fizeram parte de um mesmo grupo intelectual.

Arthur Reis publicou sua obra em 1931 dois anos antes de Gilberto Freyre e cinco anos antes de Sergio Buarque. Reis foi ainda mais precoce que ambos os autores, por ser mais novo em idade e ter publicado seu livro também antes. O livro *História do Amazonas* foi publicado quando ainda tinha 25 anos, quatro anos depois de concluir o curso de Direito.

Gilberto Freyre foi bastante influenciado pela antropologia norte-americana de Franz Boas, quando da sua experiência nos Estados Unidos, e Sérgio Buarque que também teve uma experiência no exterior recebeu grande influência direta das idéias alemãs<sup>19</sup>. Pensamos que essa diferença de experiência intelectual no exterior foi um fator relevante para o distanciamento intelectual de Holanda, Freyre e Reis, que apesar de não ser um determinante oferece uma questão para reflexão. Certamente que Arthur Reis tinha suas influências locais, mas uma experiência intelectual no exterior em início de carreira, certamente influencia o modo de pensar e sentir do autor.

Reis não teve inicialmente influências diretas do exterior. Começou seu curso de Direito em Belém e o concluiu no Rio de Janeiro. Suas experiências no exterior só vieram algum tempo depois da publicação da *História do Amazonas*.

As experiências de Freyre e Holanda propiciaram a construção de uma história que, na releitura contemporânea, vem sendo analisada como precursora da história cultural, principalmente por trazerem temas só posteriormente abordados, por historiadores da chamada Nova História. De acordo com Laura de Mello e Souza, “Gilberto Freyre foi um precursor da moderna historiografia das mentalidades e da nova história cultural, Sérgio foi um dos seus criadores, e o fez simultaneamente aos franceses, mesmo que os autores a guiarem-no tenham sido diferentes”<sup>20</sup>.

Freyre, ainda muito cedo em viagem à França, no ano de 1922 e, portanto, com 22 anos de idade, teve contato direto com a cultura francesa, fato significativo para sua formação, como bem afirma Peter Burke. Dentre outras leituras importantes realizadas por

---

<sup>19</sup> Cf. Revista Biblioteca Entre Livros. São Paulo, Ediouro, 2007, n.8, pp.1-27.

<sup>20</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Cezar (org). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

Freyre no seu período francês, destacaremos o trabalho dos irmãos Goncourt de 1860, por serem apontados como praticantes do que viria a ser chamado de história da vida privada<sup>21</sup>.

Para o que nos propomos o mais importante dessa leitura dos irmãos Goncourt, feita por Freyre por volta de 1922, foi principalmente o fato de os autores terem explicitado no prefácio de seu estudo sobre as amantes de Luis XV, a preocupação com uma história nova ou social. “Essa nova história segundo os Goncourt, utilizaria uma ampla variedade de fontes, tais como jornais, novelas e pinturas. Ambas as preocupações, com a mulher e com o uso de jornais, também são marcas do trabalho de Freyre. Se ele tem tanto em comum com os praticantes da *nouvelle histoire*, a explicação óbvia é em termo de uma ancestralidade intelectual comum”<sup>22</sup>.

A importância deste trabalho de Peter Burke, que até agora tem sido esclarecedor em busca do objetivo proposto, se dá pelo fato de expor de forma bem clara como as viagens propiciaram a Freyre um contato intelectual que o influenciou em grande medida. Corroborando com essa assertiva, também está Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, quando menciona que “Freyre afirmou que sua formação se devia em grande parte a seus contatos no estrangeiro ‘com novíssimas formas de pensar, de sentir, de viver, de escrever...’”<sup>23</sup>.

Certamente que as influências culturais de outros países não são obtidas necessariamente só com o contato direto, mas este pode ser um meio eficiente para mudanças consideráveis no modo de visão do indivíduo. Quanto a isso, podemos apresentar duas questões. A primeira confirma que realmente foi uma prática corrente entre os intelectuais brasileiros a importação cultural; no entanto, na maioria das vezes, as adaptações feitas à realidade brasileira nem sempre eram feitas de modo compensador<sup>24</sup>. E a segunda diz respeito à afirmação do próprio Freyre citada acima, para quem o estrangeiro possibilitou novas formas de pensar, sentir, viver e escrever, mostrando que o contato direto com os intelectuais de outros países traz mais do que idéias transcritas em papéis. Este contato direto possibilitou-lhe “sentir e viver” de outra forma, representando muito mais que receber influências estrangeiras através das obras que muitas vezes chegavam ao Brasil, quando já estavam, de algum modo, ultrapassadas no exterior.

---

<sup>21</sup> BURKE, Peter. “Gilberto Freyre e o Estudo da História Social”. In: Tempo social, Revista de sociologia da USP. São Paulo: USP, Vol. 9. n.2 Outubro de 1997, pp. 1-12.

<sup>22</sup> Ibidem. p.8.

<sup>23</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 91.

<sup>24</sup> MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo; Editora Ática, 1994. p. 25.

A partir daí poderemos comparar sua trajetória com a de Reis que, como já foi dito, não realizou nenhuma viagem ao exterior antes da publicação da *História do Amazonas*, e provavelmente as influências teóricas e metodológicas circulantes fora do Brasil chegaram até ele indiretamente por indicações de outros intelectuais brasileiros.

Quando Reis estava escrevendo sua *História do Amazonas*, Sergio Buarque e Gilberto Freyre também ainda estavam em pleno período inicial de suas formações e, portanto com grande probabilidade de que ainda não fossem referências de peso para Arthur Reis, pois ainda não haviam publicado suas primeiras obras que lhes dariam credibilidade.

Prosseguindo por esse caminho, queremos ainda ressaltar, no rastro de Peter Burke, além da experiência francesa de Freyre, também a norte-americana com a qual estabeleceu conexões com a “New History” americana que postulava “uma história que tratasse de todo aspecto da atividade humana e se valesse das descobertas de antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos”<sup>25</sup>; daí, provavelmente, foram retirados alguns aspectos que estiveram presentes na obra de Freyre. Ele aderiu a essa interdisciplinaridade e, na busca de interpretar o Brasil, abordou a atividade humana em seus vários aspectos, tratando de temas como a sexualidade, alimentação, infância e muitos outros, antecipando-se às questões depois propostas pela nova história cultural francesa. E da França, como vimos, trazia a leitura dos irmãos Goncourt.

Devido sua incansável atuação e grande contribuição na área de pesquisas historiográficas e ao período em que publicou sua primeira obra, Arthur Reis pode ser inserido no mesmo contexto histórico dos grandes intelectuais da década de 1930. Ocupou junto a eles a função de realizar estudos de extrema relevância; no entanto, permaneceu num caminho mais conservador, ainda atrelado às concepções do IHGB, enquanto Freyre e Holanda seguiram em busca de novos caminhos para a abordagem historiográfica.

*História do Amazonas e Casa grande & Senzala* foram frutos de uma mesma época, mas caminharam por trilhas diferentes. Freyre realizou um estudo pontual, aprofundando uma temática. Os subtítulos de seu trabalho nos indicam a dimensão da novidade que trazia à historiografia brasileira. Incorporou ao seu fazer-história o estilo interdisciplinar aprendido na Universidade de Columbia. Freyre rompeu com o tipo de história que vinha sendo praticada no Brasil nos moldes do IHGB.

---

<sup>25</sup> BURKE, Peter. “Gilberto Freyre e o Estudo da História Social”... p. 8.

“*Casa grande & Senzala* fugiu ao modelo de síntese e assumiu característica de ensaio que visava abordar um período específico do Brasil colonial. O foco eram os personagens da casa grande e da senzala. Para Freyre foi nas casas grandes “onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro”, por isso ele partiu das significações dessa construção para escrever o que chamou de história íntima. Recuperou os múltiplos aspectos da casa-grande e da senzala: o econômico, o social, o político, na prática de uma história social que, em suas palavras, “é a história íntima de quase todo brasileiro”<sup>26</sup>.

Tudo que estava no entorno e no interior da casa-grande e da senzala davam a ler a realidade de uma época: a forma de produção, de trabalho, de transporte, de religião, de vida sexual, de família, os hábitos de higiene do corpo e da casa. A casa-grande foi, ainda. “fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos”<sup>27</sup>. A história que Freyre se propôs a escrever nesse seu primeiro trabalho tinha a função de reviver uma época, pois sua busca pelo passado era um meio de “procurar o tempo perdido” numa “aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos”<sup>28</sup>.

A atenção de Freyre se voltou para fontes inéditas e inovadoras na prática historiográfica, chamando a atenção para os livros de assento de batismos, óbitos, e casamentos de livres e escravos e os de rol de famílias, autos de processos matrimoniais e outros não convencionais aos historiadores brasileiros até o momento. Reclamou, já na primeira edição do seu livro, a ausência de publicação de fontes desse tipo nas revistas de história, que preferiam dedicar “páginas e páginas à publicação de discursos patrióticos e de crônicas literárias”, ação que demonstra a sua auto-proclamada sensibilidade<sup>29</sup>.

Suas contribuições, realmente dignas de um pensador original, estão de algum modo atreladas aos contatos externos, como ele fez questão de assinalar a importância de seus estudos de antropologia, feitos com orientação de Franz Boas, que o ajudou a “considerar fundamental a diferença entre raça e cultura”, critério norteador de toda a obra “*Casa-grande & Senzala*”<sup>30</sup>.

Conforme Pallares-Burke, Freyre encarava com muita lucidez e consciência sua educação no exterior: “Tratava-se de suprir ‘seu reservatório’ com largueza, de fazer que sua

---

<sup>26</sup> FREYRE, Gilberto. Prefácio à primeira edição. In. **Casa-Grande & Senzala**. 13 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. p.20.

<sup>27</sup> Ibidem, p.10.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>29</sup> Ibidem, p.23.

<sup>30</sup> Ibidem, p.5.

mente e sua sensibilidade se nutrissem o mais possível para que, da junção desse aprendizado com outras experiências de vida, finalmente um pensador original pudesse emergir”<sup>31</sup>.

Assim, essas experiências diretas de Freyre com as propostas teórico-metodológicas de outros países propiciaram o que já conhecemos, ou seja, uma história que ultimamente vem sendo resgatada como precursora da história cultural. Queremos chamar a atenção para o quanto seus contatos com o exterior contribuíram com a historiografia que praticou a ponto de Burke afirmar que, “na história global da história social, Freyre merece ser lembrado como um vínculo importante na cadeia viva que une a new history com a nouvelle histoire. O caminho de Nova Iorque a Paris passou por Recife”<sup>32</sup>. Freyre, diferentemente de Reis, viajou para o exterior, e pôde resgatar dessas viagens em tempo real o que os intelectuais estavam discutindo.

Por outro lado, Sergio Buarque de Holanda, de acordo com Laura de Mello e Souza<sup>33</sup> marcou com *Raízes do Brasil* o início de uma história cultural madura e vigorosa do ponto de vista teórico e metodológico. Sua primeira obra foi o começo de um trabalho que ainda traria muitos frutos à historiografia. Toda essa contribuição deve ser atribuída aos esforços intelectuais de Holanda, por ter começado a produzir textos desde muito cedo<sup>34</sup> e também ao seu contato direto com o mundo das idéias alemãs<sup>35</sup>, pois é ponto pacífico que sua experiência na Alemanha exerceu grande influência sobre suas obras.

Francisco Iglesias, ao discorrer sobre os primeiros escritos de Holanda até chegar à sua obra inaugural, *Raízes do Brasil*, mencionou a importância da Alemanha na sua construção de idéias citando o seguinte comentário de Francisco de Assis Barbosa, amigo e talvez o maior conhecedor do trabalho de Holanda: “com a viagem à Alemanha encerra-se para Sérgio sua etapa de mocidade, a de seu aprendizado”. E completa Iglesias, “voltará outro. A permanência em Berlim permitiu-lhe ver um momento decisivo da história do

---

<sup>31</sup> PALLARES-BURKE. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos...* p.102.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>33</sup> SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial. In: **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 23.

<sup>34</sup> Publicou seu primeiro artigo no *Correio Paulistano* em 1920, quando tinha apenas 18 anos. Cf. IGLESIAS, Francisco. “Sérgio Buarque de Holanda”. 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

<sup>35</sup> “Sabemos que Sérgio Buarque de Holanda, antes de escrever sua obra, estivera, de 1929 a 1930, a viajar, pesquisar e estudar na Europa, particularmente em Berlim, na Alemanha, onde na República de Weimar, vivia-se num clima de intensa vida cultural”. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cartografia do tempo: palimpsestos na escrita da História*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 19.



mundo, como também o colocou em convívio com o pensamento alemão, que lhe abriu outros horizontes”<sup>36</sup>.

Ainda Laura de Mello e Souza, abordando as contribuições de Holanda em história cultural, atribuiu claramente sua desenvoltura às experiências no exterior:

Se *Raízes do Brasil* é ainda um ensaio, na boa tradição brasileira de pensar o país, aborda, pela primeira vez, temas ligados à cultura com metodologia rigorosamente adequada ao objeto, manejando conceitos com segurança, ancorando-se na sociologia da cultura dos alemães, na teoria sociológica e na etnologia.<sup>37</sup>

E vale a pena citar o excelente trabalho de Sandra Pesavento que, em busca de compreender como Holanda estabeleceu sua noção de tempo na construção de um espaço histórico, fez uma cartografia do social, indo ao encontro das suas prováveis leituras berlinenses em busca dos fundamentos do livro *Raízes do Brasil*, atribuindo, portanto, grande importância ao destaque alemão na biografia de Holanda<sup>38</sup>.

Se partirmos do princípio, adotado por Chartier, já ressaltado anteriormente, de que as representações, ainda que aspirantes à universalidade, são sempre construídas a partir das determinações de grupos específicos que partilham de idéias comuns, com o percurso percorrido até agora, fica claro que as experiências de Freyre e Holanda em grupos diferenciados lhes possibilitaram construir representações, em alguma medida, determinadas pelas concepções teórico-metolológicas partilhadas pelos grupos por onde passaram. Ainda que consideremos as escolhas individuais, como concepção de mundo, posicionamento político, experiências no núcleo familiar, no caso, também forjadas devido ao pertencimento a vários grupos concomitantemente, devemos considerar em grande parte as determinações dos grupos intelectuais aos quais pertenceram, já que é esse o foco da análise. No caso de Arthur Reis, para compreendermos por que adotou determinado modo de interpretar os documentos, precisamos analisar o que era compartilhado no grupo ou grupos intelectuais aos quais pertenceu no momento de elaboração da sua primeira obra.

---

<sup>36</sup> IGLESIAS, Francisco. “Sérgio Buarque de Holanda”..., p. 21.

<sup>37</sup> SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial... p. 23.

<sup>38</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cartografia do tempo: palimpsestos na escrita da História... p. 19.

Toda essa incursão em busca de exemplificar a assertiva de que as viagens de Freyre e Holanda influenciaram sobretudo suas idéias, contribui para a possibilidade de demonstrar que, apesar de Arthur Reis ter feito parte do mesmo momento histórico desses dois grandes historiadores brasileiros, está situado no interior de um outro grupo da historiografia brasileira, dentro da periodização proposta por Iglesias, e que veremos a seguir.

A divisão é feita em três períodos e vamos utilizá-la aqui, assim como também fez Iglesias, apenas para fins didáticos. Este autor lembra, instituindo como o primeiro período, os historiadores que escreveram do século XVI até meados do século XIX como Pero de Magalhães Gândavo (1573), Frei Vicente do Salvador (1627), Sebastião da Rocha Pita, entre outros.<sup>39</sup>

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), em 1838, marcou o início do segundo período que se estende até o início do século XX, mais especificamente até o final da década de 1920. Este período é considerado mais rico e imbuído de maior atenção ao caráter científico, com pretensões de alcançar objetividade na prática historiográfica. Um expoente intelectual do início desse período foi Francisco Adolfo de Varnhagen com sua conhecida *Historia Geral do Brasil*. E mais para o final do século se destacaram Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Oliveira Viana e Paulo Prado.

De acordo com Iglesias, o terceiro período foi marcado pela reforma no ensino de 1931 realizada por Francisco Campos. A reforma educacional incluiu a intenção de dar corpo à Universidade com a implantação das faculdades de filosofia oferecendo vários cursos, inclusive o de História<sup>40</sup>. As ciências sociais receberam maior atenção, dando início a um processo de formação de cursos específicos na área das ciências humanas.

A reforma educacional de 1931, de acordo com Iglesias, marcou o início do “surto renovador” que se completou com a publicação das obras de Freyre, Holanda e Caio Prado Junior. A década de 1930 é realmente vista como período fervilhante da historiografia brasileira, por ser palco de três projetos historiográficos que serviram como referenciais às gerações posteriores.

Lembrando que os três autores mencionados acima não foram diretamente influenciados pela criação das faculdades de filosofia, porque não tiveram suas formações e

---

<sup>39</sup> IGLESIAS, Francisco. Op. cit. p. 14.

<sup>40</sup> Cf. DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira**. Passo fundo: ediup, 1998. Onde também chama atenção para o surgimento das faculdades de filosofia nesse período como viabilizadoras da troca de experiências entre os historiadores e demais cientistas.

carreiras definidas pela vivência universitária no Brasil. Só tempos depois a Universidade produziu contribuição significativa com criticidade <sup>41</sup>.

Dentro dessa periodização adotada, queremos inserir o autor que é objeto principal de nossas atenções. Arthur Reis, que apesar de todo o contato profissional posterior com Freyre e Holanda, no momento da escrita de *História do Amazonas* pode ser incluído no segundo período da historiografia brasileira, de acordo com a divisão feita por Iglesias, isto é, no período anterior às renovações que vieram à tona após a publicação do grande marco *Casa-grande & Senzala*, visto que apesar do “surto renovador” que ocorria em termos historiográficos, ainda estava inteiramente ligado à prática dos Institutos Históricos.

Aos autores do segundo período, que construíram concepções até então consideradas praticamente inéditas e recebidas como revolucionárias no momento, surgiu um grupo de autores <sup>42</sup> que revelaram novas questões e apresentaram “novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado” <sup>43</sup>. Arthur Reis e sua *História do Amazonas* estão situados na fronteira entre esses dois períodos. No entanto, pensamos que sua obra, publicada em 1931, pende mais para o lado de cá da fronteira, isto é, ao período anterior às publicações renovadoras de Freyre e Holanda, não só em termos cronológicos, como também em relação às suas concepções teórico-metodológicas. Será melhor inserido no grupo que tem como expoentes Varnhagen e Capistrano de Abreu. Embora esses dois autores apresentem divergências entre si, Reis foi influenciado por ambos na construção de sua obra.

Tanto Varnhagen como Capistrano foram membros do IHGB, embora esse último tenha guardado algumas reservas em relação ao Instituto, como veremos adiante. Ainda que Reis estivesse escrevendo numa década considerada renovadora em termos historiográficos, devido às grandes obras iniciadas com a publicação de *Casa-grande & Senzala*, sua *História do Amazonas* assemelha-se bastante às concepções historiográficas do final do século XIX e início do século XX, ligadas ao IHGB <sup>44</sup>.

Dentre algumas características apontadas por Astor Diehl sobre o IHGB, podemos encontrar algumas semelhanças entre essas idéias e a prática historiográfica de Reis na *História do Amazonas*. No período em que o Instituto se estabeleceu, as preocupações dos intelectuais giravam em torno da construção de um perfil da nação brasileira. E, ao contrário

---

<sup>41</sup> MOTA. Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

<sup>42</sup> Autores como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, que coincidentemente, ou não, tiveram boa parte de suas formações construídas através das experiências no exterior.

<sup>43</sup> MOTA. Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira... p.28.

<sup>44</sup> Arthur Reis foi membro tanto do IGHB, quanto do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

do ocorrido em outros países da América Latina, a noção identitária do Brasil não foi forjada prevendo uma descontinuidade entre a antiga metrópole e o novo país. Diferente disso, “a nova nação brasileira se reconheceu como continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”. Caso expresso em Varnhagen, que, em carta ao imperador D. Pedro II, expõe suas idéias quanto aos fundamentos da identidade brasileira enquanto herdeira da civilização européia <sup>45</sup>.

Enfim, consideramos nesse momento a influência de dois fatores na construção da *História do Amazonas*: Varnhagen com forte influência e ao mesmo tempo influenciador do IHGB e Capistrano de Abreu com sua incansável busca da verdade.

---

<sup>45</sup> Cf. DIEHL, Astor. Op. cit., p. 25.

## 1.2 ARTHUR REIS: ENTRE VARNHAGEN E CAPISTRANO DE ABREU

“À geração nova de minha terra ... A Graziela da Silva Reis, Iria, José Ruy, Miriam e Evangelina da Silva Reis ... A Vicente Torres da Silva Reis e Emília Ferreira Reis ... À *memória de Capistrano de Abreu, que me sugeriu a elaboração desta obra*”<sup>46</sup>.

Entre os seus conterrâneos e seus familiares, Reis incluiu unicamente Capistrano de Abreu como intelectual para dedicar sua obra. A partir daí podemos pensar numa possível influência deste na elaboração da *História do Amazonas*.

Na homenagem do IHGB feita a Arthur Reis, quando do seu falecimento em 1993, Geraldo de Menezes atesta a proximidade intelectual entre Reis, Capistrano de Abreu e outros nomes do Instituto:

“Iniciou seus estudos em Manaus, vindo concluir no Rio de Janeiro o curso de Direito, em 1927. Aqui encontraria os estímulos culturais propiciatórios à realização de seus objetivos mais elevados, no que respeita particularmente aos conhecimentos humanísticos, voltados desde então para os problemas da terra natal, cujo deslumbramento lhe despertava crescente interesse. Nessa fase, recebeu orientação metódica e lições enriquecedoras no convívio de Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Max Fleiuss, seus mestres declarados”<sup>47</sup>.

Karina Anhezini destacou a função de “mestre” das novas gerações exercida por Capistrano, mesmo que este rejeitasse receber esse tipo de tratamento:

“Naquelas décadas de 10 e 20 ele era uma referência quase unânime, pelo menos para os pesquisadores de diversas

---

<sup>46</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas...** p. 13. Grifo meu.

<sup>47</sup> MENEZES, Geraldo. Um amazônida universal. In. **Homenagem a Arthur Cezar Ferreira Reis**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993.

regiões do Brasil vinculados de alguma maneira, ora por meio dos Institutos, ora por contatos pessoais, ao universo de produção historiográfica de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses autores relataram em diversos escritos suas dívidas para com Capistrano, o grande “orientador” do período”<sup>48</sup>.

Os historiadores da historiografia são unânimes em apontar Capistrano de Abreu como o responsável pela prática de uma história inovadora, que representou uma ruptura com o método praticado até então pelos historiadores brasileiros.

Questão com a qual concorda Ângela de Castro Gomes, que apresenta Capistrano como representante de uma ruptura com o método praticado até então pelos historiadores brasileiros. De acordo com Ângela Gomes, a historiografia brasileira divide-se em antes e depois de Capistrano, símbolo do nascimento do saber histórico no Brasil. Assim, o autor de *Capítulos de história colonial* é apresentado como “marco de afirmação de um saber histórico” e o período em que escreveu, entre 1880 e 1920, “como crucial para se pensar as características pelas quais esse saber foi sendo definido”<sup>49</sup>.

Ângela Gomes afirma que 1920 têm os méritos de ser uma década onde o saber histórico começou a delimitar suas fronteiras, marcando seu espaço diferente dos tomados pela prosa e pela ficção:

Esse saber passa a ter profissionais “especializados”, que além da ABL e do IHGB com suas respectivas revistas, possuía uma associação alternativa e bem específica: a Sociedade Capistrano de Abreu. Vale ressaltar que o ponto que queremos caracterizar aqui é a constituição da história com um campo de estudos, com um método “científico”, um “objeto” e uma escritura próprios<sup>50</sup>.

Capistrano “era um escritor que escolhia temas e assuntos e os esclarecia com erudição”. Gomes analisou Capistrano ancorada no suplemento literário “Autores e Livros”,

---

<sup>48</sup> ARAÚJO, Karine Anhezini de. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911 a 1939)**. Tese de doutorado. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2006. p. 70.

<sup>49</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

p.90.

<sup>50</sup> Ibidem. p. 90.

dirigido pelo jornalista Múcio Leão com a finalidade de “examinar uma produção sobre o Brasil realizada por brasileiros a partir de uma “ótica” interna, nacional”<sup>51</sup>.

Assim, como base em Humberto de Campos, um dos autores do suplemento que homenageou Capistrano, Ângela Gomes apresenta as características do autor de *Capítulos de história colonial* que o tornaram singular: “o faro da verdade” e “o processo de convencer”. A primeira característica se refere à sua habilidade diferenciada com os documentos, que o levou a identificar os trabalhos de Frei Vicente do Salvador e o de Fernão Cardim em arquivos antes já visitados por muitos pesquisadores que não puderam responder pelos méritos de grandes achados como esses.<sup>52</sup> . E a segunda característica engrandece a peculiaridade de Capistrano em analisar e “expor vários pontos de vista conflitantes, com o mesmo cuidado e zelo”. A “verdade” que demonstrava era fruto de várias cogitações junto ao leitor, “onde ele exibia e destruía, passo a passo, várias possibilidades” antes de apresentar suas conclusões. Diferente dos seus “antecessores” que faziam suas demonstrações baseados em verdades preconcebidas, onde os documentos eram utilizados apenas para confirmar idéias anteriores ao processo de pesquisa.

Concordando com Ricardo Benzaquem de Araújo<sup>53</sup>, texto que apresentaremos a seguir, Ângela Gomes afirma que o uso do método crítico e da narrativa são as virtudes de Capistrano que o associam a uma “concepção moderna” de história, a exigir procedimentos como objetividade e neutralidade por parte do historiador. Dentro dessa perspectiva os preconceitos não deveriam ser um dos condutores da pesquisa com o intuito de confirmar valores e posicionamentos éticos do autor, ao contrário: “a história como ciência, não procuraria nem produziria uma “verdade ética (...). Daí o método crítico exigir a exposição neutra das alternativas dos vários atores em conflito”<sup>54</sup>. Outros pesquisadores, como Varnhagem, já tratavam da documentação sugerindo o uso do método crítico, mas não interpretava os fatos, apenas os colecionava<sup>55</sup>.

Ângela Gomes ressalta, ainda, que o interesse de autores como João Francisco Lisboa, considerado um “moralista”, diferentemente de Capistrano, era “produzir um relato que justificasse a “verdade ética” que desejava sustentar”, por isso, “Lisboa não é um

---

<sup>51</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>52</sup> Ibidem, P.92.

<sup>53</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº.1, 1988, PP. 28-54.

<sup>54</sup> GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores... p.93.

<sup>55</sup> Ibidem, p.93.

historiador “moderno”, justamente por dar um sentido ético-pedagógico à sua atividade”, e completa exemplificando bem o ponto que nos interessa:

“Nem Lisboa, bom exemplo do uso da história como um “espaço de experiências”, nem Varnhagen, que, segundo o próprio Capistrano, não formulava teorias e não “compreendia” os fatos, embora pudesse estabelecê-los, deram um sentido “moderno”, isto é, científico à história. Esta é a inovação de Capistrano, que pode ser ainda melhor analisada pelas observações do estudo de Humberto Campos”<sup>56</sup>.

Demonstrativo também das idéias inovadoras de Capistrano de Abreu, de acordo com Ângela Gomes, em sua análise baseada em Humberto Campos, era sua recusa ao determinismo evolucionista. O pioneirismo de Capistrano vinha exatamente do fato de ter inaugurado “um tipo de visão da nossa história que combinaria fatores naturais e sociais” que não tentava se adequar às perspectivas evolucionistas nem às voluntaristas/idealistas. Tinha a preocupação de situar acontecimentos em lugares, unindo a cronologia à idéia de espaço: “e este é o ponto essencial – a própria idéia de espaço não era natural. O espaço não era produto exclusivo da “natureza”, mas, como ela, sofria a conformação do social”<sup>57</sup>.

Desse modo, Ângela Gomes conclui que Capistrano de Abreu rompeu com uma “tradição de “coleccionadores” (de números, de nomes, de acontecimentos) [propondo] a relação bilateral de influências entre natureza e sociedade”. Sempre imbuído de um rigor metodológico e de uma perspectiva interpretativa distante “dos determinismos rígidos do meio e da raça que inferiorizavam o país”<sup>58</sup>. Diferente de Reis em alguns aspectos, para quem a raça e o meio foram em alguns pontos determinantes para suas análises.

No entanto, é importante destacar que essa concepção de Capistrano ocorreu em maior grau a partir de 1880, quando começou de forma mais sistemática se interessar pela história e deixar que os documentos lhes mostrassem os caminhos, sem que estivesse preocupado em estabelecer leis. Essa fase do autor é vista por Arno Wehling como sua passagem do cientificismo para a ciência. Wehling aponta os anos entre 1874 e 1880, período

---

<sup>56</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores...** p. 94

<sup>57</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 97 e 98.



em que elaborou trabalhos de análises literárias, como o período em que a influência científicista foi determinante na obra de Capistrano. Após esse período quando abandonou “gradualmente a crítica literária pela análise histórica”, priorizou muito mais o documento que a teoria se afastando dos determinismos. É exatamente à sua fase científica e não científicista que estamos nos referindo nesse trabalho <sup>59</sup>.

Rebeca Gontijo procurou através das correspondências de Capistrano de Abreu, compreender como este planejou escrever a história, considerando as especificidades de sua época quanto à prática historiográfica observando sua sensação de frustração possivelmente decorrente da consciência da impossibilidade de reconstituir o passado completamente. Mesmo após publicar seus *Capítulos de história colonial* “Capistrano achava que uma história melhor seria feita por um historiador do futuro”, e em carta datada de 1920 confessa a Guilherme Studart: “sabes melhor que ninguém como a coisa é difícil, como sai imperfeita, como o segundo que vier pode melhora-la consideravelmente, [com] metade do trabalho”. A “frustração com a completude jamais atingida” era comum entre os escritores do século XIX <sup>60</sup>.

Esse receio de Capistrano de Abreu com a completude inatingível e quanto à imperfeição na abordagem do que se propunha podemos ver em Reis. Mas enquanto no primeiro tinha a conotação de incompletude do trabalho, no segundo se referia a um vazio historiográfico. A primeira frase do livro de Arthur Reis expressa bem o que estamos afirmando; “A história do Amazonas não está escrita” <sup>61</sup>. Sua primeira preocupação foi informar ao leitor, que mesmo sendo esta uma obra de maior desenvolvimento em relação às de outros autores que esboçaram reconstruir períodos da história do Amazonas, não era uma obra completa.

Entretanto, o que incomodava Capistrano de Abreu era a impossibilidade de atingir uma completude nas suas obras, enquanto que Arthur Reis era consciente do vazio historiográfico quanto à história do Amazonas, por isso, continuou em alguns casos tentando tornar mais “completo” o que havia iniciado na *História do Amazonas*. Seu primeiro extenso trabalho foi escrever uma síntese que pretendia abordar toda a história do Amazonas, do século XVI ao XIX, esboçando inclusive alguns aspectos do século XV, na parte inicial do

---

<sup>59</sup> WELHING, Arno. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994.

<sup>60</sup> GONTIJO, Rebeca. “História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu”. In: Revista de História. São Paulo, v.24, n. 2, p.159-185. p 174.

<sup>61</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas...**p. 35.

livro onde trata dos antecedentes históricos. Consciente de que não poderia fazer uma abordagem completa, especifica ao leitor resumidamente o que constaria na obra: a história de certas figuras impressionantes, Ajuricaba, Samuel Fritz, Lobo d'Almada, Tenreiro Aranha. E o que dela não faria parte: o relativo às populações ameríndias. Reis optou pelo que João Lúcio de Azevedo, retomado por Rebeca Gontijo, denominou de ir em frente, seguindo a reta, uma das opções diante da impossibilidade de tornar completa qualquer história. A outra opção foi a seguida por Capistrano, a de andar em círculo: “para ele sempre faltava um documento, tornando-se necessário voltar periodicamente ao mesmo ponto a fim de tentar corrigi-lo”<sup>62</sup>.

Capistrano de Abreu, depois de escrever seus *Capítulos*, achava que uma história melhor poderia ser feita por um historiador do futuro. Reis, que também via incompletude em sua obra, tratou de ele mesmo dedicar toda a sua vida a aprofundar questões que havia apenas esboçado na *História do Amazonas*. Exemplo disso foram as obras *Autonomia do Amazonas*, *A Conquista espiritual do Amazonas* e o *Seringal e o seringueiro*, sem mencionar os diversos trabalhos de menores dimensões. No caso de Capistrano, é de algum modo compreensível que tenha deixado essa tarefa para historiadores futuros, considerando que publicou sua obra aos 54 anos. Reis publicou sua “História do Amazonas” quando ainda tinha 25 anos e, portanto, no auge da sua juventude. Depois disso escreveu por mais sessenta anos.

Capistrano de Abreu desejava algo diferente daquilo que era oferecido pelo IHGB. Para exemplificar podemos recorrer ao seu artigo produzido em 1880 sob o título “Uma grande idéia”, dirigido ao então Ministro da Agricultura Buarque de Macedo, que estava organizando uma comissão para escrever a história do Brasil. Nesse artigo, Capistrano alertava ao ministro quais os membros do instituto que estavam capacitados para escrever a “Historia do Brasil”. E em sua opinião, dos 187 membros do IHGB apenas 26 poderiam servir para o propósito requerido. A sua intenção de fundar o Clube Taques que deveria congrega intelectuais com proposições diferentes das que estavam em voga, também dá bem a medida da fragilidade em que se baseava sua relação com essa instituição brasileira consagrada no âmbito dos estudos históricos. O Clube Taques, que Capistrano vislumbrava, deveria ser, em suas próprias palavras, “uma sociedade histórica, menos pomposa, e menos protegida que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, porém quero ver se mais efetiva”<sup>63</sup>. Esse seu desejo de apresentar uma sociedade alternativa ao IHGB, impunha,

---

<sup>62</sup> GONTIJO. Rebeca. p. 169 e 172.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 169.

segundo Rebeca Gontijo, a revisão de três questões: “o uso das fontes, o método e a narrativa”<sup>64</sup>.

Seu distanciamento do IGHB lhe rendeu os méritos de ser considerado como peça-chave na implementação da moderna historiografia brasileira<sup>65</sup>. Mas, antes de se dedicar exclusivamente às pesquisas, foi funcionário da Biblioteca Pública e professor do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro de onde conseguiu disponibilidade, a partir de 1889, quando foi extinta a cadeira de Corografia e História do Brasil, disciplina que lecionava. Recusou-se a trabalhar com História Geral, alegando que sua especialidade era História do Brasil.

Daí em diante foi se desvinculando da função de professor e passou ao exercício da pesquisa “que irá destacá-lo e transformá-lo em modelo de toda uma geração de autores”<sup>66</sup>. Figura admirada no meio intelectual, foi homenageado após sua morte em 1927, com a fundação que levava seu nome.

O autor de *Capítulos de história colonial* “fez parte de uma geração de pesquisadores formados pela prática do ofício interessados em “redescobrir o Brasil” através do estudo de suas particularidades”<sup>67</sup>, não mais preocupados em buscar bases para a formação do Estado Nacional. Capistrano, assim como seus discípulos, queria compreender o desenvolvimento da cultura nacional em sua multiplicidade. É a essa geração que pertence Arthur Reis, e foi provavelmente envolto por esse anseio de conhecer o Brasil nas suas particularidades, que Capistrano sugeriu a escrita de uma história que abordasse uma partícula da história nacional, dentro da sua perspectiva da existência de cinco brasis: o amazônico, o litorâneo, o baiano, o paulista e o riograndense<sup>68</sup>.

De acordo com Rebeca Gontijo, o ideal a ser alcançado no Brasil do início do Século XX, em termos historiográficos era conceber uma obra que tivesse caráter de conjunto, pretensa a expor uma síntese de história geral da nação, que poderia estar contida em um ou mais volumes. Capistrano ensaiou várias vezes realizar uma obra de história do Brasil, e ficou conhecido como aquele que mesmo podendo realizar esse projeto com autoridade, não o fez.

A despeito dessa preocupação em escrever uma história do Brasil, visando atender as expectativas da época, à revelia dos seus planos, o que falou mais alto foi sua predileção por

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>65</sup> Cf. DIEHL, Astor. Op. cit. p. 42.

<sup>66</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.º.1, 1988, PP. 28-54. (grifo meu)

<sup>67</sup> GONTIJO, Rebeca. Op. cit. p. 176

<sup>68</sup> Ibidem, p. 179.

“algo mais circunscrito a temas (...); ou a épocas particulares, como a história colonial”<sup>69</sup>. Essa sua preferência ao particular, mesmo frustrando as expectativas da época, parece estar ligado com sua sugestão para que Arthur Reis escrevesse a história de um desses cinco brasis.

Capistrano não atendeu ao que era solicitado na época, a escrita de uma história do Brasil, mas escreveu os *Capítulos de história colonial* com a característica de síntese histórica, característica comum na época, procedimento esse que influenciou Reis, pois no mesmo rumo, este traçou uma síntese da história do Amazonas, indo da Colônia aos começos da República. Reis foi além do exemplo do mestre, se fosse seguir-lhe à risca talvez tivesse abordado apenas um período da história do Amazonas. Assim fizeram J.B. de Faria e Souza e Bertino de Miranda, citados por ele como estudiosos que apenas examinaram episódios e reconstituíram períodos<sup>70</sup>.

Reis se “abalançou ao conjunto do que houve ontem às margens do Rio-Mar” como ninguém ainda havia feito. Propôs-se a realizar uma obra com “maior desenvolvimento” que Aprígio de Menezes autor de um ensaio “bem feito, é inegável, [mas] muito ligeiro, muito sintético”. Sua obra que também possuía características de síntese - assim como também foi a síntese realizada por Capistrano nos seus *Capítulos de história colonial*, procedimento comum na época - tinha pretensões maiores que o ensaio de Aprígio de Menezes, o que explica a “audácia do título – HISTÓRIA DO AMAZONAS”<sup>71</sup>.

Também esclarecedora para o que nos propomos é a discussão de Rebeca Gontijo, ressaltando o modo como esse saber histórico estava em transformação no final do século XIX e início do século XX. Havia uma “espécie de agenda” de discussão sobre a pesquisa e a escrita da história que colocava em pauta questões como “a busca de documentos e os esforços para ampliar o acesso a eles, ao lado das reflexões sobre a natureza e uso das fontes no estudo histórico; sobre os métodos de análise; os problemas da narrativa e interpretação”<sup>72</sup>. Porém, essa “agenda” possuía característica fragmentária, visto que essas discussões sobre a forma do fazer história, não eram divulgadas de modo sistemático como por meio de manifestos ou livros. Ao contrário, vinham à tona em publicações esparsas em forma de artigo de jornal e revistas, prefácios, discursos e traduções. Mas, apesar de não possuírem características sistemáticas, essas discussões serviam “para dar algum sentido à produção

---

<sup>69</sup> Ibidem, p.179.

<sup>70</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. História do Amazonas. 2ªed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 35.

<sup>71</sup> Ibidem. p. 35

<sup>72</sup> GONTIJO. Op. cit. p. 2.

historiográfica”<sup>73</sup>. Queremos destacar que nesse contexto de transformações e de discussões metodológicas quanto à prática historiográfica que se dava de modo fragmentado, Arthur Reis se propôs a produzir um trabalho de história que não seguia um manual, mas que fez parte desse momento de formação de novas idéias; por isso, nele encontraremos uma prática que ainda é devedora do IHGB e de Varnhagen, tem algumas influências de Capistrano e que ainda tentava responder aos anseios da sua comunidade intelectual local. Mas, suas preocupações, no que se refere ao contexto mais restrito a Manaus, discutiremos nos próximos capítulos.

Ricardo Benzaquen de Araújo aponta a obra de Capistrano de Abreu como a mais rica contribuição individual à historiografia brasileira do período entre a produção de Varnhagen e as análises de Freyre, Holanda e Prado Junior. Mas para situar Capistrano e suas contribuições nesse período, como autor que permitiu a discussão de uma série de questões ligadas à chamada “concepção moderna” de história (realista, factual e narrativa), Ricardo Araújo faz um apanhado da prática historiográfica, indo da “concepção clássica” até a “concepção moderna”, sendo essa última o motor que impulsionou as obras de Capistrano<sup>74</sup>.

A “concepção clássica” de história foi dominante na Europa desde o Renascimento até o Iluminismo e, portanto antecedeu a concepção “moderna”, sua opositora. Apresentava-se como “uma formulação ética e pedagógica da história, resumida na velha expressão latina de Cícero: “história magistra vitae” – história mestra da vida”<sup>75</sup>. Essa concepção de história era praticada por diversos autores, não se constituindo em gênero somente para especialistas. A busca pela verdade não se dava através de documentos e testemunhas, mas sim através de uma comparação, ainda que precária com os valores referentes à moral em vigor no presente<sup>76</sup>.

Mas a “concepção moderna” trouxe uma modificação na noção de verdade. Passou-se à busca por uma verdade exata, procurando-se saber quando e onde as ações dos homens efetivamente existiram. Na busca da “verdade”, as atitudes humanas em função dos seus valores éticos não mais interessavam como no classicismo. A preocupação agora era chegar o mais objetivamente possível à realidade.

---

<sup>73</sup>Ibidem, p. 2.

<sup>74</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Op. cit. p. 39.

<sup>75</sup> Ibidem, p.29.

<sup>76</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. O autor faz uma discussão pontual das transformações do topos historia magistra vitae e sua dissolução na história moderna. pp. 41-61.

A verdade e o fato eram entrelaçados pelos estudiosos, tornando-os quase que uma coisa só na tentativa de se afastarem ao máximo da fantasia. A concepção moderna exigia imparcialidade e objetividade que demandava procedimentos críticos, devendo auxiliar na busca por maior precisão rumo à “verdade dos fatos”. A exigência de domínio de procedimentos mais específicos pedia do historiador maior erudição, transformando-o em especialista que deveria dominar um determinado método revelador da verdade.

Ainda conforme Ricardo Araújo, a Revolução Francesa certamente marcou a mudança do classicismo para a concepção moderna de história, entre outros motivos, porque a intensidade dos conflitos alterou a noção de verdade que se tinha até então. Isso se deu porque a Revolução causou uma crise profunda obrigando a uma mudança de valores que incidiu na necessidade de se redefinir a noção de verdade. Contudo, essa nova definição de verdade no interior da “concepção moderna” de história não se apresentou como construção perfeita. Questões como a relação entre imparcialidade e posicionamento intelectual eram discutidas e atravessaram o século XIX. Araújo coloca Capistrano no interior desse debate por considerá-lo como provavelmente o mais importante historiador brasileiro moderno e “que talvez tenha melhor encarnado entre nós o ideal da busca moderna da “verdade””<sup>77</sup>. A busca de Capistrano pela “verdade” inclui a comprovação documental com o fim de ser o mais objetivo possível. Reis também preocupava com a objetividade, mas sua busca pela verdade, como veremos, recebeu ainda a influência do classicismo.

Pensamos que, ainda, vale à pena citar um ponto que nos chamou bastante atenção. Ao analisar o texto “O descobrimento do Brasil – Povoamento do solo – evolução social” de Capistrano, onde esse busca a identidade dos “verdadeiros” descobridores do Brasil, Ricardo Araújo cita um trecho do texto em questão onde fica evidente que a história do Brasil, para Capistrano só começa após a chegada dos portugueses. Depois de descartar outras hipóteses quanto aos prováveis descobridores do Brasil, através do método crítico, Capistrano chega a essa conclusão: “sociologicamente falando os descobridores do Brasil foram os portugueses, *neles inicia-se a nossa história*”<sup>78</sup>.

Semelhante percepção de história podemos encontrar em Reis, que inicia o primeiro capítulo de seu livro com a seguinte expressão: “ A América entrou na História com a aventura de Colombo, em 1492”<sup>79</sup>, sugerindo aquela mesma idéia vista em Capistrano para

---

<sup>77</sup> Ibidem, p.33.

<sup>78</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. “Ronda Noturna”... p. 40.

<sup>79</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. Op. cit. p. 36.

quem certamente, o que havia no Brasil antes da chegada dos europeus não pode ser considerado História.

Ambos estão imbuídos de um tipo de pensamento que acompanhou a historiografia por muito tempo. Pela ausência de documentos escritos, os povos ágrafos eram considerados a-históricos. Pois, a tradição oral ainda “não era digna de credibilidade”<sup>80</sup>, período no qual sem fontes escritas, não era possível a construção historiográfica.

Há também um outro indício que nos faz supor a proximidade entre Reis e Capistrano. Esse último inicia seus *Capítulos de História Colonial* com um capítulo denominado de “Antecedentes indígenas”, e depois de publicado esse livro, dedicou tempo ao estudo das línguas indígenas. Arthur Reis, ao contrário, decide não explorar a temática relacionada aos nativos. Mas o que em particular nos chama a atenção é a necessidade deste em justificar essa omissão. Embora não seja uma total omissão, visto que o autor ao longo da obra dá mostras suficientes de como trata a questão indígena. A sua justificativa se refere então, mais ao fato de os nativos não terem recebido capítulo específico como ocorrera no trabalho de Capistrano. Ainda que o argumento esteja menos baseado em qualquer comprovação documental e mais em suposições “farejadas” pelos indícios, pensamos que essa justificativa de Reis se devia, entre outras causas possíveis, à necessidade de explicação a uma comunidade de intelectuais que tinham Capistrano como modelo<sup>81</sup>; e nesse caso, ainda, pesava o fato deste sempre ter defendido a importância dos indígenas<sup>82</sup>.

Em suma, o período em que Arthur Reis produziu sua *História do Amazonas* estava vivenciando uma mudança na prática historiográfica com a publicação de textos do mestre Capistrano de Abreu, que trazia uma forma diferente na prática de pesquisa e produção de seus trabalhos baseados no método crítico. Teríamos desse modo, motivos suficientes para crer que Capistrano foi um grande exemplo de historiador para a composição da *História do Amazonas*. Entretanto, um fato de extrema importância nos chama a atenção. Essa dedicatória de Reis a Capistrano, só apareceu na segunda edição da sua obra em 1989, pois a primeira edição de 1931 não trazia a homenagem ao grande historiador, sendo essa uma questão interessante que pode alterar o curso da análise.

---

<sup>80</sup> FREIRE, José R. Bessa. “Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo”. In SALOMÃO, Jaime. América: descoberta ou invenção. 4º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago 1992. (pp 138-164).

<sup>81</sup> O próprio Francisco Adolpho de Varnhagem dedicou parte da sua História Geral do Brasil para tratar da questão indígena, ainda que com um claro posicionamento anti-indígena.

<sup>82</sup> WELHING p. 174.

Não colocamos em “xeque” aqui, uma possível inverdade de Reis, quanto à sugestão de Capistrano que ele escrevesse sua *História do Amazonas*. Preferimos acreditar que Reis, já consagrado em estudos amazônicos no período da segunda edição de seu livro, não necessitava de endossamento de autor algum para fazer sua obra respeitada. Nesse caso, pensamos a hipótese de o indício sugerir que, apesar de Capistrano de Abreu ter indicado a elaboração do trabalho, Reis não estava tão filiado assim às suas idéias, como um leitor desavisado poderia supor ao se deparar pela primeira vez com sua obra e nela encontrar uma dedicatória ao autor dos *Capítulos de história colonial*.

Pode ser que em trabalhos posteriores à *História do Amazonas* Reis tenha se aproximado cada vez mais de Capistrano, tendo em vista que, quando do falecimento deste em 1927, foi fundada a Sociedade Capistrano de Abreu, destinada a divulgar os ensinamentos do mestre; mas sua primeira obra ainda traz grandes influências de Varnhagen e do Instituto Histórico e em menor grau aparecem as influências de Capistrano.

Método crítico, neutralidade, objetividade, uso do tempo linear, são características fundamentais de Capistrano de Abreu apontadas pelos autores mencionados acima, que quando comparadas à escrita de Reis nos fazem crer que este estava muito mais atrelado às concepções ainda tomadas do IHGB e de Varnhagen, do que a Capistrano, apesar de ter-lhe dedicado a obra em sua segunda edição.

Em vários pontos dos argumentos usados por Reis, vemos essa mesma preocupação em se pautar em provas documentais diminuindo ao máximo a margem de dúvidas com o fim de alcançar a objetividade. Quando tentou provar a inocência de Ajuricaba quanto à acusação de ter “traído” os portugueses, apresentou alguns documentos seguidos da afirmativa de que “... há provas que elucidam mais, convencem definitivamente”<sup>83</sup>, ou seja, o documento era visto como uma prova incontestada da verdade. E esse é só um dos exemplos dos qual a obra esta permeada. Reis investe o documento de autoridade ao afirmar que este convence definitivamente; em outras palavras, não deixa margem para que essa verdade seja contestada.

Objetividade e o uso de um tempo linear são características de Capistrano que também podemos encontrar em Arthur Reis. Como vimos no trecho acima citado, Reis buscava de forma objetiva, através da documentação, comprovar certas “verdades” que, pautadas na documentação deveriam convencer definitivamente. Contudo, o uso que

---

<sup>83</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. p. 101



Capistrano fez do método crítico o levou a perseguir a neutralidade de acordo com seu pensamento acerca da história observada, quando afirmou que: “as perguntas são feitas muitas vezes de acordo com o presente, mas as respostas dependem da pesquisa, pois de outro modo o historiador se tornaria tendencioso e sem categoria científica”<sup>84</sup>. Reis não teve essa preocupação, visto que os julgamentos que fazia do passado, tal como Varnhagen, visava responder questões atreladas à concepção que tinha do presente.

Quanto ao uso do tempo linear, que Ricardo Araújo observa em Capistrano de Abreu, na análise de um dos seus textos, de que sua narrativa se desloca de modo absolutamente consistente e ordenado rumo a um final em que “pretende reunir todos os fios soltos do texto para criar uma imagem absolutamente coerente, regulada e compreensível da realidade, uma imagem, onde tudo (...) deve fazer sentido”<sup>85</sup>. Também observamos que Reis tem por objetivo traçar “um quadro da evolução amazonense”<sup>86</sup>, tendo seus argumentos em gradual avanço à intenção de mostrar os êxitos conseguidos pela ação portuguesa, com o ímpeto de colonizar os gentios ou bárbaros, como preferia denominar os nativos. Assim, junta todos os fios buscando uma coerência dentro da meta a ser atingida.

Trata do Amazonas colonial, da Capitania de São José do Rio Negro, da Comarca do Alto Amazonas, e quando chega à Província podemos verificar qual o objetivo central em torno do qual tece todo o texto. “Território imenso, povoado ainda de muitos milhares de aborígenes, a Província tinha necessidade imperiosa de atraí-los, pacificá-los, trazê-los ao convívio da sociedade”<sup>87</sup>, ou seja, civiliza-los e completar a grandiosa obra colonizadora. Mas uma questão muito importante separa Arthur Reis de Capistrano de Abreu e liga o primeiro a Francisco Adolpho de Varnhagen e à “concepção clássica” de história: a ausência de imparcialidade. Arthur Reis, como dito acima, não parecia muito preocupado com a neutralidade, pois sua busca era por uma verdade que atendesse aos valores éticos-pedagógicos. A história que escreveu, assim como a de Varnhagen, tinha a liberdade de julgar os atos das personagens históricas à luz dos valores morais de sua contemporaneidade. Assim, o que o diferencia imensamente de Capistrano é a forma como busca a verdade. Capistrano baseado no método crítico vai aos documentos tentando se desvencilhar ao máximo de preconceitos; cuidava para não passar para sua obra assertivas preestabelecidas

---

<sup>84</sup> Apud. RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

<sup>85</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. Op. cit. p.46.

<sup>86</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. p. 35

<sup>87</sup> Ibidem p.209

que visassem “a confirmação de valores que esposasse e desejasse defender, ainda que com finalidades louváveis”<sup>88</sup>. Arthur Reis, na abordagem de várias questões, foi aos documentos com verdades preestabelecidas na medida em que buscava constantemente justificar os feitos dos colonizadores, tornando-os modelos para a nova geração; portanto, esses deveriam aparecer sem máculas e quando porventura, essas fossem impossíveis de cobrir foram por ele justificadas em nome de um objetivo maior: a colonização/civilização<sup>89</sup>.

Provavelmente essa grande influência do Instituto Histórico e de Varnhagen, presente na *História do Amazonas* se deva ao fato de que, apesar de Capistrano ter apresentado uma forma alternativa de escrever história, a sua inovação não foi percebida imediatamente a ponto de ser logo tão utilizada assim, como propõem alguns historiadores, ou então, estes guardaram um tempo de maturação das idéias para que só mais tarde inserissem os pressupostos capistranianos em seus trabalhos. Ao menos é o que comprova o trabalho de Lúcia Maria Pachal Guimarães<sup>90</sup>, que afirma serem as décadas de 1910 e 1920 ainda portadoras de um extremado sentimento de nacionalidade que culminou com o I Congresso Nacional de História organizado pelo IHGB, em 1914. Segundo a autora, em 1913 o historiador Manuel de Oliveira Lima, membro do Instituto, pronunciou uma conferência de grande repercussão, onde defendeu o reforço do sentimento nacional.

“O IHGB, diga-se de passagem, desde o princípio da década de 1910, já vinha promovendo uma série de atividades, que se destacavam como manifestação de nacionalismo. (...) O certo é que, no Instituto, dias depois da citada conferência de Manuel de Oliveira Lima, Max Fleiuss e Afonso Arinos encaminharam à Mesa Diretora uma proposta formal” convocando o Primeiro Congresso Nacional de História”<sup>91</sup>.

Ao analisar o teor de todos os estudos proferidos no Instituto por conta do Congresso, Lúcia Guimarães asseverou que, na maioria dos trabalhos referentes ao período colonial

---

<sup>88</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro..., p. 99.

<sup>89</sup> Como veremos no próximo capítulo, Reis foi em nível local bastante influenciado pelas idéias de Álvaro Maia, assim para cumprir os anseios de sua comunidade local a obra de Varnhagen era o modelo que mais se aproximava do tipo de história praticada em sua primeira obra .

<sup>90</sup> GUIMARÃES, Lucía Maria Paschoal. “Primeiro Congresso de História Nacional”: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. In: Tempo, Rio de Janeiro, n° 18. pp. 147-170.

<sup>91</sup> Ibidem, p.152.

apresentados, a “relação das matérias calcava-se na obra de Francisco Adolpho de Varnhagen”:

“os estudos relativos à América Portuguesa, via de regra, eram tributários da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, confirmando as palavras de Oliveira Lima, de que a obra de Varnhagen (...) *foi e continua a ser a peça de resistência da nossa refeição histórica, o assado sólido, gordo, apetitoso na sua simplicidade sem adubos nem temperos franceses, com um molho leal e nenhum acompanhamento* <sup>92</sup>.

De acordo com a autora, isso comprova “que os estudiosos ainda não haviam incorporado certos encaminhamentos propostos por Mestre Capistrano”, pois foram raros os autores que se basearam no autor dos “Capítulos de História Colonial” para preparar suas apresentações <sup>93</sup>.

Os *Capítulos* foram publicados em 1907, e em 1914 ainda não haviam ecoado completamente, possivelmente porque as novidades não tinham sido absorvidas de imediato e os historiadores tenham optado pelo já consagrado *História Geral do Brasil*. Consagrados, Varnhagen e sua obra, ainda eram a opção mais segura e as inovações são sempre recebidas com cautela, como no demonstrativo do I Congresso, pois poucos foram os que se aventuraram por elas.

Quando Reis escreveu sua *História do Amazonas*, no final da década de 1920, certamente, que essas discussões da década passada ainda estavam a ecoar e, com a ausência de universidades que promovessem cursos específicos de História, o IHGB ainda era a grande referência. Apesar de Capistrano ter apresentado inovações, a força maior ainda era da Instituição que representava o mais alto indicativo de conhecimentos de história. E nesse contexto de transformações do saber histórico no Brasil, Capistrano apresentou uma nova alternativa; entretanto, boa parte dos seus pares ainda manterá uma atividade historiográfica “movidos pelo desejo do combate político por uma causa”, como Lisboa que carregou uma “nítida perspectiva “presentista” e com o sentido da defesa de uma verdade ética” <sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> Ibidem, p.164.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>94</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores...** p. 100.

Desse modo, Capistrano foi uma exceção em sua busca da verdade livre de preconceitos. E no caso de Reis, um outro fator a considerar era seu conservadorismo, e sua proximidade com Álvaro Maia que em sua “Canção de Fé e Esperança” atribuía ao historiador o papel de “restabelecer a verdade”, através da qual viria a público os “benfeitores” e os “detratores” da história do Amazonas. A história praticada com esses objetivos não teria como estar isenta de preconceitos, visto que buscava iluminar os “heróis” e mostrar os malfeitos dos “vilões” que não deveriam ser imitados, constituindo-se, assim, uma verdade ética e moral <sup>95</sup>.

No capítulo seguinte, essas questões deverão ser retomadas para um maior esclarecimento, quando trataremos da obra *História do Amazonas* e alguns temas trabalhados pelo autor que são extremamente importantes para o que por hora sugerimos.

João Ribeiro acusou a narrativa de Varnhagen de ser pouco atrativa e menos ainda interpretativa, impossibilitando o contato com “os vivos”, a história escrita sofria de falta de imaginação, se restringindo muitas vezes, aos papéis velhos, sem as interpretações que tornariam a história mais que “esqueletos” <sup>96</sup>. A nosso ver, Arthur Reis não pode ser, como Varnhagen, acusado de ser autor de uma narrativa desinteressante. O primeiro ainda estava em início de Carreira, e ainda iria melhorar bastante ao longo de sua trajetória; mas, ainda assim, não apresentou na *História do Amazonas* um trabalho que não se “comunicava com os vivos” <sup>97</sup>. Sua linguagem não é cansativa e já se mostrava fluida e, portanto, não é sua forma narrativa que o aproxima de Varnhagen.

A forma de escrever julgando o tempo todo, a busca por uma verdade ética, a escrita do passado como “oportunidade de mostrar aos nacionais a realização do projeto civilizatório empreendido pelo colonizador”, a construção de uma história onde “o passado é um grande enigma a ser decifrado e o plano para o passado é mesclado pelo porvir”, a forma de supervalorizar as intempéries sofridas pelos colonizadores, a fim de garantir maior valor aos colonizadores e a preferência em elogiar o civilizador em detrimento do nativo, entre outras que apontaremos, são questões que aproximam em grande medida Arthur Reis do autor de *História Geral do Brasil* <sup>98</sup>. Sempre lembrando que as maiorias dessas questões eram

---

<sup>95</sup> MAIA, Álvaro. Canção de Fé e Esperança. In: Poliantéia. p. 154

<sup>96</sup> GONTIJO, Rebeca op. cit. p. 175.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> MOLLO, Helena Miranda. História Geral do Brasil entre o espaço e o tempo. In: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2007. p. 17. Destacamos que essas características de Arthur Reis, semelhantes á Varnhagen também são demonstradas ao longo dos outros dois capítulos desse trabalho.

originárias do Instituto Histórico e através deste se irradiaram, tornando-se de uso freqüente na escrita de diversos historiadores. Assim, Reis pode ter adotado essas questões quando da elaboração de seu livro, não só diretamente da obra de Varnhagen, como também de outros autores que eram adeptos deste e divulgaram sua forma de fazer história como os referidos no texto de Lúcia Guimarães quando analisou os participantes do I Congresso Brasileiro de História.

José Honório Rodrigues, homenageando Varnhagen, destacou que o grande tema da *História Geral do Brasil* é a colonização. Varnhagen se baseou em von Martius na construção da sua História Geral, mas colhendo determinados aspectos que lhe interessavam. A idéia de valorizar o indivíduo da terra não foi aproveitada, pois “se dirige ao povo brasileiro, preferindo o elogio ao europeu e civilizador em detrimento dos elementos negro e índio. (...) O autor primeiro se refere aos índios e depois aos negros, na História Geral, atribuindo àqueles o papel de entrave na formação da nação”<sup>99</sup>.

Semelhante propositura também tomou Arthur Reis. Como já mencionamos, a história que escreveu visava “contar” a trajetória do colonizador português na “grande obra” de colonizar parte da América. Seu objeto principal foi sempre o elemento civilizador, pois como ele mesmo afirmou, deixou de lado propositadamente “o relativo às populações ameríndias” para não fugir aos seus objetivos e nem tornar o livro “maçudo”<sup>100</sup>. Nesse ponto silenciou ainda mais, porque diferente de Varnhagen que dedicou parte específica da obra para tratar do nativo, Reis preferiu frisar ao leitor que não trabalharia a questão do nativo. A tônica de sua obra também foi a colonização, o grande feito por meio do qual tudo seria justificável. Quando o nativo apareceu em sua narrativa foi sempre, como em Varnhagen, associado a “barbárie” e como um impeditivo à colonização. Para Reis “Tudo aqui conspirava contra eles [os colonizadores]: clima, meio geográfico, o indígena”<sup>101</sup>.

“Preconceitos políticos, sociais, religiosos se revelam sempre, especialmente no julgamento das figuras e no tratamento dos inconformismos”, assim José Honório Rodrigues se refere a Varnhagen, completando que este exerceu “com o maior rigor, seu julgamento histórico sobre as personalidades”<sup>102</sup>. Por outro lado Nilo Odália ressalta que no seu processo de definição da Nação, Varnhagen criou “um panteão de heróis”<sup>103</sup>. Arthur Reis

---

<sup>99</sup> MOLLO, Helena. op. Cit. p. 15.

<sup>100</sup> REIS, Arthur. Op. cit. 37.

<sup>101</sup> Ibidem. p.48.

<sup>102</sup> RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. p.208.

<sup>103</sup> ODÁLIA, Nilo. **Varnhagem**. São Paulo: Editora Ática, s.d. p. 21.

constrói ao longo de sua obra os heróis e os vilões; para aqueles, palavras elogiosas e justificativas para os seus atos contra os nativos, ao passo que estes receberam o seu julgamento mais duro e condenatório. Tudo isso sempre redundando na busca por uma verdade ética que servisse aos princípios do presente e “à nova geração de sua terra”. Ou seja, a história que planejou escrever tinha uma função didática, pois a busca pelo passado assumiu características de resolução de questões do futuro, sempre numa defesa aberta à colonização. À semelhança de Varnhagen, que no dizer de José Honório Rodrigues “quem o ler de fio a pavio, como aconselhava Capistrano de Abreu, verá que são inumeráveis as passagens de louvor e de compreensão até para com os erros da colonização”<sup>104</sup>.

Mas aprofundaremos muito melhor essas questões quando da análise detida da obra, principalmente as temáticas que nos propusemos: índios, missionários, colonizadores e civilização. O que por ora temos apresentado nos auxiliará, na medida em que situamos o autor em um contexto intelectual, para que facilite o nosso processo de compreensão quanto aos rumos que tomou ao abordar as temáticas que discutiremos no decorrer deste trabalho. As formas como construiu suas representações acerca dessas temáticas certamente foram fruto de sua filiação a um grupo específico de historiadores em nível nacional (Varnhagen/IHGB e Capistrano) e a nível local seguiu muito das premissas de Álvaro Maia como veremos no segundo capítulo, atestando que foi em menor grau a influência recebida de Capistrano. Primeiro pela sua própria posição conservadora e depois por que talvez o cerne das inovações de Capistrano só tenha circulado com mais força no Rio de Janeiro através da Sociedade que levava seu nome a partir de 1927, ano de sua morte, período em que Reis havia acabado de chegar a Manaus, recém-formado em Direito, provável época em começou a pensar a construção de uma história do Amazonas. Não iremos discutir nesse capítulo, ponto a ponto, as semelhanças entre Reis e Varnhagen sob pena de tornar o trabalho cansativo, visto que as discussões dos próximos capítulos, que destacarão a obra em si, serão um demonstrativo do quanto Arthur Reis ainda estava distante da prática historiográfica proposta por Capistrano de Abreu e o quanto seu modelo foi a obra de Varnhagen, como ocorreu com os autores dos trabalhos apresentados ao I Congresso de História Nacional tão devedores à Varnhagen.

---

<sup>104</sup> RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. p. 219.

### 1.3 A HISTÓRIA DO AMAZONAS, E SUA RECEPÇÃO ENTRE OS INTELLECTUAIS BRASILEIROS

Aparentemente, a *História do Amazonas*, por se tratar de uma produção que privilegiou um dos “Cinco Brasis”, não se incluindo na categoria de história geral ou historia universal, como preferiam denominar esse tipo de história mais abrangente na época, deveria somente ser analisada, como uma obra importante no contexto regional. Mas, por se tratar de obra de um autor muito bem articulado com a historiografia brasileira, preocupado desde o início em fazer seu trabalho conhecido, e por ter mantido contato com a intelectualidade dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, nos preocuparemos em acompanhar de que modo sua primeira obra foi recebida no período, não só na Região Norte, mas sua repercussão no restante do Brasil. Isso irá corroborar com a idéia apresentada acima, relativa ao pertencimento de Reis ao grupo de intelectuais que estavam impregnados pelas concepções correntes nos Institutos Históricos espalhados pelas capitais brasileiras.

Arthur Reis foi filho único de Emília Ferreira da Silva Reis e de Vicente Torres da Silva Reis. Formado em Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, o carioca Vicente Reis obteve reconhecimento em Manaus, no jornalismo, como Diretor-proprietário do Jornal do Comércio que adquiriu em 1906. Jornal que serviu à carreira de Arthur Reis, onde trabalhou como redator e publicou diversos artigos seus, inclusive trechos da *História do Amazonas*, quando ainda estava em período de elaboração.

Certamente que a posição ocupada pelo seu pai na sociedade amazonense propiciou a Arthur Reis um reconhecimento, também, mais rápido do trabalho que se propôs a realizar. Vicente Reis exerceu as funções de promotor público e delegado de polícia no Rio de Janeiro, paralelas às funções de escritor e teatrólogo<sup>105</sup> com produção de textos para o teatro e uma obra de cunho policial publicada em 1904<sup>106</sup>. A convite do governador Antônio Constantino Nery, estabeleceu-se em Manaus no ano de 1904, sendo inicialmente secretário da Prefeitura da capital e, posteriormente, deputado estadual. Logo obteve maior visibilidade, ainda, com a aquisição Jornal do Comércio.

Foi considerado, em um artigo de jornal do Rio de Janeiro, o decano dos escritores teatrais do Brasil, “uma das criaturas mais populares e mais festejadas do nosso teatro” do início do século XX. O jornal o recupera como personagem importante no cenário carioca:

---

<sup>105</sup> BRAGA, Robério. **Arthur Cezar Ferreira Reis**. Manaus: Imprensa Universitária, s.d. p.2

<sup>106</sup> REIS, Vicente Torres da Silva Reis. **Consultor policial: guia para qualquer funcionário**. S.L., s.d.

“(…) Vicente Reis era um homem de intensa vivacidade, com um que de boêmio. ... Todo o Rio de Janeiro o conhece. Era jornalista de vida intensa. Era teatrólogo de intensa produção ... Todo o Rio de Janeiro o conhece. Era jornalista de vida intensa. E de intensa produção. ... Para mostrar a vivacidade de Vicente Reis basta dizer que, aos dezenove anos, já era escritor de teatro”<sup>107</sup>.

O artigo, em evidente homenagem ao pai de Arthur Reis, prossegue dando conta da sua transferência para Manaus e do seu destaque como diretor do Jornal:

“Um dia Vicente Reis desaparece do Rio de Janeiro. ... Havia ido para o Amazonas... Hábil jornalista que conhecia todos os segredos da profissão fundou em Manaus o Jornal do Comercio. Êxito completo, êxito maior ainda do que em teatro. Em pouco tempo o Jornal se tornou o primeiro do Estado. O primeiro em tudo: em numero de leitores, em prestígio, em importância política, em recursos financeiros”.

Apesar da informação equivocada, pois o Jornal do Comércio foi fundado em 1904 por Rocha dos Santos, este artigo nos indica o prestígio de Vicente Reis tanto no Rio, como teatrólogo, como em Manaus na direção do Jornal, que facilitou em grande medida os contatos posteriores estabelecidos por Arthur Reis no mundo intelectual brasileiro. Sua função como redator-chefe do Jornal foi um dos espaços que deu visibilidade e credibilidade aos seus trabalhos, contribuindo para seu crescente prestígio. Através do jornal, levou a público, como dito acima, trechos da sua pesquisa em andamento, publicadas em primeira página, onde logo abaixo do título dizia: “Da ‘História do Amazonas’ a ser publicada brevemente”<sup>108</sup>. Assim, pôde sem dificuldades aguçar a curiosidade dos leitores quanto ao trabalho que estava produzindo. Nesse período, essa prática de utilizar as páginas dos jornais para fins de divulgação dos trabalhos de pesquisa era comum pelas regiões brasileiras. Selda

---

<sup>107</sup> Jornal disponível no acervo digital do Centro Cultural dos Povos da Amazônia. [www.ccpa.am.gov.br](http://www.ccpa.am.gov.br).

<sup>108</sup> “O início do povoamento” e “Capitania de São José do Rio Negro”, artigos de Reis publicados no Jornal do Commercio, respectivamente em 04 de maio e 20 de julho de 1930. Acervo de jornais dos documentos pessoais de Arthur Reis, disponíveis na Biblioteca Arthur Reis.



Vale da Costa afirma que em Natal, “a redação dos jornais era a escola dos intelectuais da época. Com fraco parque editorial/gráfico, eram os veículos naturais da produção intelectual”<sup>109</sup>. Essa afirmativa também é válida para Manaus e esteve presente no início da carreira de Arthur Reis.

Arthur Reis estabeleceu bons contatos com intelectuais de Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, entre outros lugares do Brasil, possivelmente consolidados durante sua estada nas duas primeiras capitais onde cursou Direito. Em Manaus, possuía a visibilidade de filho de jornalista e, posteriormente, a de redator-chefe do Jornal, ocupando desde cedo lugar de prestígio na sociedade amazonense, que pelo visto através de suas correspondências pessoais, se estendeu aos intelectuais com os quais se comunicava: (Affonso de Taunay, Basílio de Magalhães, Max Fleiuss), no Rio de Janeiro (José Bueno de Oliveira Azevedo Filho), em São Paulo, (Luis A. Câmara Cascudo de Natal e Braga Ribeiro) e em Belém.

A *História do Amazonas* foi, em certa medida, o cartão de visitas de Reis. Através dela pôde mostrar que realmente tinha aptidão para pesquisa. Sua colocação de destaque e prestígio o auxiliaram na distribuição da obra; mas, o que realmente o impulsionou foi sua incansável persistência junto aos arquivos, gerando diversos trabalhos. De todas suas funções profissionais, queremos destacar a de historiador, pois junto a todos os cargos que exerceu, o gosto pela história foi constante. De redator-chefe do Jornal do Comércio a Superintendente do Plano de Valorização Econômica do Amazonas (SPVEA), Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Governador do Estado do Amazonas (INPA), entre outras funções importantes, admiravelmente nunca abandonou a pesquisa e a produção historiográfica.

Alguns indícios mostram o quanto de seriedade Reis empregou no seu trabalho de pesquisador desde sua primeira obra, que não tinha pretensões de ser obra única, mas de abrir caminhos para novas publicações. O autor já traçava planos para seguir carreira na função. Antes da publicação, já fazia propaganda da obra ao anunciar trechos no Jornal do Comercio. E quando publicada em 1931, trazia na folha de rosto o anúncio de mais quatro trabalhos que estavam em preparo: “O povoamento do Amazonas”, “Diccionario Geographico e Histórico do Amazonas”, “História da América” e “História do Brasil”. Talvez com um pouco de

---

<sup>109</sup> COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do saber: Nunes Pereira e as culturas amazônicas**. Tese de Doutorado defendida na Puc de São Paulo em 1997.

exagero, pois eram obras de grande abrangência para que estivessem em preparo ao mesmo tempo. Algumas delas nunca apareceram, mas certamente foram cogitadas pela ânsia produtiva que cercava Arthur Reis.

Publicada a obra, Reis cuidou de fazê-la conhecida fora do Estado, mais uma demonstração de sua certeza na carreira que pretendia seguir e a busca de meios para efetivá-la. Já em dezembro, no mesmo ano da publicação (1931), recebia carta de Affonso de Taunay, então diretor do Museu Paulista e membro do Instituto Histórico de São Paulo, opinando sobre a obra:

“(...) agradeço a remessa do volume de sua História do Amazonas, enriquecido por tão generosa dedicatória. Li com o maior interesse e prazer a sua obra em que tanto aprendi. Parabéns por esta brilhante série de páginas tão interessantes e tão bem escritas. Seu livro fica sendo um excelente guia a que se reportarão os consultantes dos fatos do Amazonas”<sup>110</sup>.

E toma a “liberdade de fazer dois pequenos reparos”; no primeiro, se ressentiu pela ausência de referência à passagem da “prodigiosa bandeira de Raposo Tavares, pelas águas do Rio Mar”; e no segundo, corrigiu Reis, quando este disse ter sido extinto pela varíola o corpo de artilharia que fez parte da expedição de Mato Grosso: “Creio que há ahi um engano de informação”, pois os soldados amazonenses, em número reduzido “estiveram na retirada da Laguna sob a chefia de um verdadeiro herói o 1º tenente (pernambucano) Cesário de Almeida Nobre de Gusmão”. Taunay fez essa afirmação baseado nos relatos de seu pai em seus livros de campanha. Depois em 1932, Taunay, respondendo outra carta, agradeceu a Reis por suas gentis palavras quanto ao seu trabalho e quanto aos “Annaes do Museu Paulista” e pediu desculpas pelo atraso na resposta que:

“Pretendia dá-la em publico num artigo no “O Estado de São Paulo”. Mas é tal o acúmulo de serviço que não consigo por me em dia. Espero porém, mais dias menos dias, escrever uma

---

<sup>110</sup> Carta de São Paulo em 02 de dezembro de 1931. Todas as correspondências consultadas neste trabalho fazem parte do Acervo de Correspondências Passivas localizadas na Biblioteca Arthur Reis, a partir de agora identificado com a abreviatura ACPBAR. As cartas por enquanto estão indisponíveis ao grande público por estar em processo de catalogação. Neste trabalho a grafia das correspondências foi atualizada, sem, contudo, alterações na pontuação.

pequena crítica á sua excelente Historia do Amazonas de que gostei imenso”<sup>111</sup>.

A correspondência entre ambos demonstra a liberdade que tinham em opinarem um sobre o trabalho do outro, ao mesmo tempo em que vemos na forma de tratamento certa formalidade de Taunay em relação a Reis:

“Verifico que o Dr tem carradas de razão do que disse a respeito do corpo policial do Amazonas na Retirada de Laguna. Que fiasco da minha parte ter me esquecido de um trecho dos servidores ilustres do Brasil que eu havia tão pouco ainda corrigira em provas de impressão.”

Outras correspondências também atestam a circulação do “História do Amazonas” em outros Estados. Antônio de Sousa Amorim, secretário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, em resposta à carta de Reis, informa, ainda, não ter recebido o livro “História do Amazonas”, “que se dignou a oferecer-nos para a Biblioteca desta colectividade”.<sup>112</sup> Max Fleuiuss, do IHGB, o informa: “ Logo que me seja possível, pois tenho estado sobrecarregado de trabalhos, escreverei sobre o seu livro – que deveras me agradou – no “Jornal do Commércio””<sup>113</sup>.

Também do IHGB, recebeu:

“Ao Exmo. Amigo, confrade e colega Sr. Dr. Arthur César Ferreira Reis cumprimenta atentamente o abaixo assinado, agradecendo a preciosa dádiva da interessantíssima – História do Amazonas, que é mais um atestado dos talentos e nobre operosidade do seu autor (...)”<sup>114</sup>.

Recebeu também de Epifanio Doria, diretor da Biblioteca Pública de Sergipe, duas correspondências que demonstram a recepção de seu trabalho. Na primeira, Doria expõe sua preocupação em reunir na Biblioteca, “documentos que atestem aos coevos e aos posteros a

---

<sup>111</sup> Carta de São Paulo em 23 de maio de 1932. ACPBAR.

<sup>112</sup> Carta do Rio de Janeiro em março de 1932. ACPBAR.

<sup>113</sup> Carta do Rio de Janeiro em 27 de maio de 1932. ACPBAR.

<sup>114</sup> Carta do Rio de Janeiro em 11 de março de 1932. ACPBAR.

altura da intelectualidade brasileira”, por isso, “(...) tomo a liberdade, meu ilustre patrício, de suplicar-lhe a remessa de um exemplar do seu livro HISTÓRIA DO AMAZONAS”<sup>115</sup>.

E na segunda agradece:

“Acusando o recebimento de um exemplar do vosso substancioso livro HISTÓRIA DO AMAZONAS, livro que é um testemunho de uma inteligência robusta e de um espírito talhado a grandes conquistas na carreira das letras”<sup>116</sup>.

Pelo acima exposto, nota-se o sucesso de Reis quanto ao seu primeiro trabalho. Através de alguns conhecidos de peso no meio intelectual brasileiro, fez acontecer a circulação da obra no Brasil e, conseqüentemente, seu nome como historiador começava a ter respaldo, para quem viria ser reconhecido posteriormente como o grande autor sobre temas amazônicos. Autor respeitado, que certamente serviu como fonte para outros pesquisadores.

Em 1935, portanto, passados quatro anos da publicação do “Historia do Amazonas”, encontramos sinais de seu vigor, pois nesse período o autor já havia produzido outros trabalhos, como o “Manaos e outras villas”; mas sua primeira obra continuava a ecoar pelo Brasil como leitura necessária. Max Fleiuss, por carta informou a Arthur Reis do interesse de Basílio de Magalhães em receber um exemplar do livro “cuja leitura lhe parece indispensável”<sup>117</sup>. Mas, foi do amigo Luis A. Câmara Cascudo que recebeu a mais elogiosa consideração acerca do livro:

“(...) Estou lendo a HISTÓRIA DO AMAZONAS e gostando de tudo. Inicialmente você é uma fisionomia, um estilo delicioso de graça, leveza, brilho e liberdade de frase. Um estilo serelepe, ágil, pronto, flexível, envolvente, com todas as nuanças. Sua HISTÓRIA é verdadeiramente uma História, mas, antes de tudo, a história da inteligência criadora e nítida de seu autor”<sup>118</sup>.

E prossegue em tom quase poético e crítico aos escritores nortistas:

---

<sup>115</sup> Carta de Aracaju em 28 de janeiro de 1932. ACPBAR.

<sup>116</sup> Carta de Aracaju em 20 de abril de 1932. ACPBAR.

<sup>117</sup> Carta do Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1935. ACPBAR.

<sup>118</sup> Carta de Natal em 4 de outubro de 1935.

“Tenho uma leve superstição sobre o verbalismo ahi do extremo norte quase sempre, a custa de ver tanta água e mirar tanta folha, surge um jacto luminoso, sonoro e lindo, tão embriagador como efemero e tão ressonante como vazio. Lê-se aquillo como se ouve uma música dos clavincelistas, movimento, força, clareza, deslumbramento. Intrinsecamente, nada. Você bate outra estrada. Estylo água-forte, Kodak, gênero vivo. Copyrigth Arthur Reis a quem Deus cubra de mercês e de livros. Oportunamente escreverei um depoimento sobre seus livros. Desde já anuncio que não me juro suspeito por dizê-los magníficos”<sup>119</sup>.

Arthur Reis e Câmara Cascudo eram amigos íntimos, pelo que indicam as correspondências. Em uma delas, Cascudo se refere ao amigo, em tom carinhoso, como “rei Arthur da tábola redonda”. Em reciprocidade, recebeu de Reis considerações apreciáveis sobre seu trabalho, às que agradeceu:

“Recebi as ‘provas’ e a palavra inicial de apresentação que você escreveu. Fiquei extremamente grato pela sua generosa bondade em realçar méritos e trabalhos que só podiam ter relevo através de um gesto gentil e claro como o seu”<sup>120</sup>.

Arthur Reis escreveu essa apresentação ao trabalho do amigo, atendendo à sua solicitação feita em carta anterior, que demonstra o quanto de admiração cultivava pelo autor da *História do Amazonas*, autorizando-o, inclusive, a representá-lo: “Subentende-se que você tem bastante procuração para intervir em tudo quanto meu nome figure (...). O melhor e mais lógico será que você escreva um prefácio sobre meu ensaio... e assine”<sup>121</sup>.

Entretanto, a amizade entre os que viriam ser grandes nomes da intelectualidade brasileira, não diminui em nada a importância do reconhecimento que Câmara Cascudo dispensou à *História do Amazonas*, considerando-a verdadeiramente uma História. E a despeito dos laços de amizade que uniam os dois autores, fez questão de dizer, como visto na

---

<sup>119</sup> Carta de Natal em 4 de outubro de 1935. ACPBAR.

<sup>120</sup> Carta de Natal em 28 de março de 1936. ACPBAR.

<sup>121</sup> Carta de Natal em 23 de março de 1936. ACPBAR.

transcrição acima, não se jurar suspeito em considerar magníficos os trabalhos produzidos por Arthur Reis.

Nesse período, Câmara Cascudo, um dos mais assíduos missivistas de Reis <sup>122</sup>, ainda não era reconhecido no contexto nacional e, ressentido “do silêncio do sul-maravilha acerca de seu trabalho”, confia a Nunes Pereira:

“... No final das contas, eu sou um provinciano, bicho de conta, morando a 2.400 quilômetros do Rio de Janeiro, escrevendo sem autorização da Cidade Maravilhosa e suas pompas. É natural que irrite e se faça um silenciosinho derredor do ousado catucador de bonzos. É fácil citar quem vive morando na primeira folha dos jornais!” <sup>123</sup>

À semelhança de Reis, que também buscava reconhecimento, mantendo contato e enviando seus livros aos intelectuais dos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar de reclamar da pouca notoriedade em outras capitais, em Natal, Câmara Cascudo, de acordo com Veríssimo de Mello, “teve existência de príncipe. Andava de polainas, monóculo e bengala do Egito, guiando um “Ford de bigode”, dos primeiros chegados à cidade. A Vila Cascudo, no Tirol, era centro permanente de reuniões literárias, jantares festivos, recitais de músicos famosos, que transitavam em Natal...” <sup>124</sup>. Nunes Pereira registrou que “Cascudo era chamado de Dom Luiz Câmara Cascudo, para lhe agregar ao nome sonoro uma liga de nobreza... Quando, no remoto ano de 1924, chegamos a Natal, estava ele à frente de um jornal próprio (A Imprensa) de existência acidentada, em cujas colunas, moço e rebelde como um deus primitivo, desdobrava os mais variados espetáculos da sua inteligência” <sup>125</sup>. E sua influência, certamente, contribuiu para que tornasse Arthur Reis conhecido entre os intelectuais do seu círculo e indicasse seu nome, com aprovação, a pertencer ao Instituto Histórico de Natal como sócio-correspondente.

Certamente que os trabalhos de Reis, produzidos pouco depois da sua primeira obra, foram complementando o reconhecimento de sua recente iniciação como historiador, espaço que havia sido aberto com o envio da *História do Amazonas* aos amigos intelectuais pelo

---

<sup>122</sup> Essa parece ter sido uma de suas características, pois Selda Costa o intitula de missivista compulsivo pelas longas cartas que escrevia a Nunes Pereira.

<sup>123</sup> Apud. COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do saber...** p.76

<sup>124</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>125</sup> Ibidem. p. 72.

Brasil afora, e até aos que se encontravam no exterior, como foi o caso de Fidelino de Figueiredo, também escritor, que recebeu o livro em Portugal:

“(…) tive o gosto de receber a excelente obra “História do Amazonas”, com que V. Exa. quis ter a bondade de me obsequiar. Agradeço muito a V. Exa. a sua gentileza e cumprimento-o pela sua obra, escrupulosamente documentada, muito bem ordenada e dominada por um elevado espírito crítico, com o que honra a erudição brasileira”<sup>126</sup>.

Não temos números relativos à quantidade de exemplares que circularam pelo Brasil, mas vimos que a obra teve uma boa aceitação entre os leitores acima citados, que no mínimo demonstra o quanto Reis estava determinado a prosseguir seu caminho na pesquisa historiográfica. Seus trabalhos não parecem ter começado ao acaso, ou como capricho de filho do reconhecido Vicente Reis. Pelos indícios acima, é perceptível que Arthur se preocupou seriamente com todos os detalhes, da produção à distribuição dos exemplares, visando uma circulação abrangente e não restrita a um círculo local de leitores; afinal, como disse Câmara Cascudo, se referindo à publicação de um trabalho, *Crônicas do Norte*, junto com Reis, “... nenhum de nós deduz a possibilidade de ganhar dinheiro com livros de história”<sup>127</sup>.

De B. Silva do Valle, proprietário da Livraria Universal, localizada em São Paulo, Reis recebeu um pedido de 20 exemplares do livro, estabelecendo o compromisso de se interessar pela sua venda na região Sudeste, demonstrativo da repercussão imediata da obra, pois o pedido foi feito em 6 de junho de 1932, portanto pouquíssimo tempo depois de sua publicação aqui em Manaus<sup>128</sup>.

Desse modo, fica evidente que o primeiro trabalho de Arthur Reis, que abordava em forma de síntese uma região específica do Brasil, provavelmente serviu como símbolo representativo da história amazonense. Até aquele momento, não havia ainda trabalhos, como ele mesmo afirmou, com maior profundidade sobre o assunto; logo, sua obra se tornaria referência aos ávidos por conhecer mais sobre uma região ainda misteriosa e com muito por

---

<sup>126</sup> Carta de Lisboa em 5 de fevereiro de 1932. ACPBAR.

<sup>127</sup> Carta de Natal em 23 de março de 1936. ACPBAR.

<sup>128</sup> Carta de São Paulo em 6 de junho de 1932. ACPBAR.

ser descoberto. Afinal, a Amazônia despertava grande interesse, nos habitantes do Sul, visto nessa carta de Brito Pereira recebida por Reis:

“Hoje será a sua “História do Amazonas” entregue ao “Círculo de Estudos”. Na mesma ocasião entregarei os outros livros que trouxe. Garanto-lhe que vai ser uma sessão “cheia”. As cousas da Amazônia são sempre muito bem recebidas por aqui. O sulista vê em nossas cousas qualquer nota de mistério, que o atrai”<sup>129</sup>.

A *História do Amazonas* foi o primeiro de muitos outros livros que tornaram Arthur Reis grande expoente nacional, o amazonólogo respeitado, que construiu representações sobre a Amazônia, servindo como base para diversos estudos, pois a referência às suas obras estão em muitos trabalhos de outros autores e ao longo de sua carreira não lhe faltaram reconhecimentos quanto ao seu trabalho. Foi, provavelmente, o destaque recebido como historiador, um dos fatores que o encaminharam como autoridade competente para ocupar os diversos cargos no cenário político local e nacional. Como o cargo de Diretor da Instrução Pública que já ocupou, em Manaus, em 1935.

E interessado que estava, desde o início, em fazer carreira como historiador, distribuiu sua obra para o conhecimento e reconhecimento que esperava receber pelo Brasil e até fora do âmbito nacional, como foi o caso de correspondências recebidas de Buenos Aires da lavra do historiador Enrique de Gandia onde, este elogia:

Su “História do Amazonas” es un libro fundamental. Está escrito con gran erudicion y un estylo claro y elegante. Esta sola obra basta para hacer-lo reconocer a usted como a uno de los más notables historiadores americanos. Su estudio sobre “Manaos e outras villas” es, también, un libro de muy grande utilidad. No se imagina con quanto provecho he leído sus obras admirando sus conocimientos y alegrandome de conocer a su autor<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> Carta de Curitiba em 15 de fevereiro de 1934. ACPBAR.

<sup>130</sup> Carta 24 de outubro de 1936. ACPBAR.



Arthur Reis enviou sua obra, também, ao amigo Arthur Ramos, que morava em Lisboa há dois anos e dirigia a filial da Livraria Aillaud & Lello com matriz no Porto, provavelmente com intenções de irradiar seu trabalho em Lisboa através do auxílio do amigo diretor da Livraria. Arthur Ramos, em carta de 1933, agradeceu o envio da *História do Amazonas* e parabenizou Arthur Reis “por tão bela obra, única no gênero e que agora nos faz esperar que continue a produzir mais para orgulho dos que estremecem o nosso muito amado Amazonas”.<sup>131</sup>

Em Jaboticabal, seu amigo, o advogado Pires dos Santos também recebeu o livro, ao qual não poupou elogios:

“Só agora, depois da ligeira carta que te fiz acusando o recebimento do teu precioso livro – “Historia do Amazonas”, é-me dado escrever-te com um pouco mais de vagar. Conforme te fiz ver em minha carta referida, encontrei o teu trabalho – que, de passagem se diga, é um primor, já quanto á forma, já quanto ao método, (...) Com a leitura da Historia do Amazonas, estou agora perfeitamente ao par de fatos e coisas da nossa maravilhosa terra. Já não os ignoro mais. É preciso, porém, que continues a escrever sobre a Amazônia. E para tanto estás habilitado; não te faltam conhecimentos. Pelo menos é o que acabo de verificar ante a erudição demonstrada no teu livro”.

É importante frisar que não encontramos em seu acervo de correspondências, referentes às décadas de 1920 e 1930, nenhuma correspondência recebida de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, o que de certo modo atesta que não pertenciam nesse momento ao mesmo grupo intelectual.

De um funcionário do Tribunal Eleitoral do Rio de Janeiro e autor de artigos para o “Correio da Manhã”, Arthur Reis recebeu em 1934, a notícia da publicação do *Casa Grande & Senzala*, que, como podemos ver, já era recebido como trabalho inovador:

“Acaba de sair o livro do Gilberto Freyre: Casa Grande e Senzala. Estou lendo. Parece bem interessante. É um estudo da

---

<sup>131</sup> Carta de Lisboa em 12 de fevereiro de 1936. ACPBAR.

vida e da formação social do Brasil colonial. Feito a luz dos conhecimentos modernos sobre história e ciências auxiliares. Para o nosso meio, coisa bem original. Além do mais, escreve muito bem. Peço que me mande a sua opinião. Como disse, ainda estou lendo, de sorte que não posso lhe dar uma impressão mais segura”<sup>132</sup>.

Não temos como precisar se essa foi a primeira notícia que Reis teve da publicação de Freyre, e também não será possível verificar nesse trabalho, se após tomar ciência desse livro “moderno” e “original”, houve alguma modificação na escrita da história de Reis influenciado pelas novidades presentes na obra de Freyre. Pela importância imediata de sua obra entre os intelectuais que se correspondiam com Reis, é possível e provável que sim. Em 1936, Arthur Reis propôs, em carta a Câmara Cascudo, a produção de uma obra sob o título “Crônicas do Norte”, recebendo a seguinte resposta:

“Idéia magnífica. Ótima. Tenta como sorvete em dia de calor. (...) Várias dificuldades estão de permeio. Parece que a melhor é pensar em um camarada para cada Estado, mas aceitando incluir aspectos sociais e econômicos em todos os livros, para dar uma feição comum e própria”<sup>133</sup>.

Câmara Cascudo prossegue sugerindo nomes para cada Estado. Em Pernambuco, sugere o nome de Barbosa Lima Sobrinho:

“(...) Gilberto Freyre, não se discute, construiria a melhor história social e econômica, mas dentro dos dois trilhos onde corre atualmente sua inteligência formosíssima. Explicaria tudo pelo açúcar e fome-de-terras. Mas não devemos o pôr de lado. Pensemos”<sup>134</sup>.

Suas afirmações, apesar de assumirem, de um modo sutil e irônico, um tom de críticas, não deixam de ressaltar que Freyre faria a melhor história social e econômica,

---

<sup>132</sup> Carta do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1934. O autor assina só o sobrenome: “Pinto”. ACPBAR.

<sup>133</sup> Carta de Natal em 23 de março de 1936. ACPBAR.

<sup>134</sup> Carta de Natal em 23 de março de 1936. ACPBAR.

reconhecendo a força de suas interpretações, sendo, pois possível, que após o reconhecimento do trabalho de Freyre, Reis possa ter de algum modo buscado aproximação para seus próximos trabalhos. Mas, esse será um tema para futuras pesquisas.

## 1.4 ARTHUR REIS E OS INSTITUTOS

Os Institutos Históricos fundados em vários Estados brasileiros, em geral seguiram o mesmo propósito do pioneiro Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), com fundação em 1838. Foi esse o caso do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), inaugurado em março de 1917 com seus objetivos voltados ao: “estudo, discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geografia, da História e das ciências a elas conexas... reunindo, concatenando, publicando e arquivando documentos e trabalhos concernentes ao Brasil e especialmente ao Estado do Amazonas”<sup>135</sup>. Envolvidos por esses objetivos, certamente que os intelectuais associados ao IGHA buscavam inserção numa associação que respaldasse seus trabalhos, que os fizessem ser reconhecidos como pertencentes a um grupo seletivo. Portanto, o Instituto era mais que “relicário das honrosas tradições amazonenses”<sup>136</sup>; era reduto de pessoas que recebiam o “status” de a ele pertencer, validando as produções científicas e culturais dos seus sócios. O diploma de sócio do Instituto era quase como o passaporte que possibilitava o livre transitar de seus membros em outros círculos intelectuais fora do Estado. Isto é, pertencer a um, ou mais dos Institutos existentes no país facilitava as relações com a intelectualidade dos demais centros destinados à produção científica e cultural, ao menos é o que demonstra Mario França (Rio de Janeiro), em carta dirigida a Arthur Reis, datada de 22 de dezembro de 1933:

“Consegui mais uma boa quantidade de livros sobre historia e geografia dos estados em que passava, visitando ao mesmo tempo seus respectivos Institutos Históricos. *Fazendo sempre valer a qualidade de sócio dos do Amazonas e Pará, era por toda a gente recebido com a maior gentileza e simpatia.* (grifo meu) Estive dest’ arte nos do Maranhão, onde me recebeu o Dr. Antonio Lopes, no do Ceará, no do Rio Grande do Norte, acompanhado do Luiz da Câmara Cascudo, no da Baía ( mas que colosso que realmente é, de fato o primeiro do Brasil) no de Alagoas, com Craveiro da Costa e no de Pernambuco com Mario Melo. O da Paraíba estava fechado e não houve meio de encontrar o Secretario.

---

<sup>135</sup> COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do saber...** p.188.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 187

Também obtive com as autoridades locais, que sempre visitava, mapas murais de quase todos os estados.

Quanto a livros devo lhe dizer que cheguei ao Rio com 5 caixotes e, um vasto embrulho deles”.

E foi desse respaldo oferecido pelo IGHA, que Arthur Reis legitimamente se beneficiou, facilitando o seu reconhecimento nos grandes centros Rio-São Paulo. A primeira edição da sua *Historia do Amazonas* traz na capa a comprovação da qualidade do livro, pois foi produzido por “Arthur Cezar Ferreira Reis, do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas”, e esse era um dos selos de certificação de competência do autor.

A ata de 21 de março de 1926, constante nos arquivos do IGHA, registra a reunião ordinária onde foram propostos e aprovados como sócios efetivos os nomes “dos Senhores Doutores Manuel Pais Barreto, Marcílio Dias, Arthur Reis, Paulo Sarmento, Roberval Pompílio Nogueira Castro”<sup>137</sup>. Portanto, Reis foi eleito aos vinte anos de idade, ainda em fase de conclusão do seu curso de Direito, num período em que acabava de ser instituído o novo corpo administrativo do Instituto, para os anos de 1926 a 1929, tendo como presidente reeleito Bernardo Ramos e como primeiro secretário Agnello Bittencourt. Nessa reunião de 21 de março, o “senhor presidente marcou às oito horas da noite de vinte e cinco do corrente para ter lugar a sessão plenária de posse dos novos eleitos”<sup>138</sup>, propositalmente no dia em que o Instituto completaria nove anos de existência, tornando ainda mais memorável a solenidade de posse.

O próximo passo de Reis no Instituto foi ocupar o cargo administrativo de primeiro secretário em 1931, coincidência ou não, no ano de publicação da *História do Amazonas*. A eleição ocorreu na sessão extraordinária de Assembléia Geral, em 22 de março, convocada especificamente para fins de eleição de membros a cargos vagos. O professor Agnello Bittencourt, até então primeiro secretário, pediu através de ofício a renúncia do cargo, “alegando que os seus múltiplos afazeres não permitiam mais exercê-lo”, obtendo o aceite da Assembléia. Assim:

“O Senhor Presidente (Alfredo da Matta) mostrou a necessidade de ser o cargo de 1º Secretário preenchido por sócio que aliasse zelo e dedicação a conhecimentos dos

---

<sup>137</sup> Livro de Atas de 1926 do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, localizadas neste mesmo Instituto.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

múltiplos ramos da atividade do Instituto. Autorizado pela Assembléia a indicar um nome, indicou o do sócio Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, que foi aclamado por unanimidade”<sup>139</sup>.

Estando bem colocado no seu Instituto, e com um livro publicado, Arthur Reis seguiu os próximos passos para ter aceitação e livre circulação entre os intelectuais de outros Institutos de pesquisa do país, muito auxiliado pelas correspondências trocadas com grandes nomes desses Institutos, que o subsidiavam na indicação do seu nome, numa relação de troca. Arthur Reis também fazia suas indicações para eleição de sócios correspondentes do IGHA. Como demonstra Câmara Cascudo, em carta de 1936, onde reclama por Arthur Reis não ter recebido sua carta anterior, devido os maus serviços do “correio ladrão”, e diz: “Mande todos os meus agradecimentos pela proposta ao Instituto e solicitei de você uns dois livros seus e me permiti apresenta-lo no nosso Instituto potiguar na próxima sessão”<sup>140</sup>. A reciprocidade dos amigos intelectuais lhes rendeu frutos, confirmado por outra carta de Cascudo em 1937:

Recebi o numero da revista do Instituto Histórico do Amazonas assim como um officio assinado por V. informando a aprovação do parecer que me aceita por sócio correspondente. Creio que V. já deve ter em mão comunicação idêntica a respeito de seu ingresso no Instituto daqui, desde 12 ou 13 de março p.p.(...) Muita alegria tive em poder incluí-lo no nosso Instituto e não foi menor honra saber-mo sócio do “seu” Instituto<sup>141</sup>.

Nessa mesma carta, Câmara Cascudo elogia Arthur Reis por suas publicações nas Revistas do IHGB, de onde já era membro desde dezembro de 1936, quando recebeu de Max Fleuss, 1º Secretário, o comunicado: “foi por unanimidade de votos aprovado o parecer da Comissão de Admissão de Sócios favorável á entrada de V. Exa para a classe dos membros correspondentes”<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> Ata da reunião realizada em 22 de março de 1931. In: Acervo do IGHA.

<sup>140</sup> Carta de Natal em 28 de abril de 1937. ACPBAR.

<sup>141</sup> Carta de Natal em 28 de abril de 1937. ACPBAR.

<sup>142</sup> Carta de Natal em 28 de abril de 1937. ACPBAR.

A documentação não nos permite afirmar com precisão se a aprovação de Reis para o IHGB, foi realizada por indicação de Max Fleiuss, mas certamente teve sua influência e a de Afonso de Taunay que tinham pelo autor amazonense uma alta estima. Trocou com Taunay diversas correspondências. Nas recebidas por Reis, Taunay assinava como “afetuoso e grande amigo”, e de Fleiuss recebia “um afetuoso abraço”.

Foi a partir desse círculo de trocas que Reis passou também a fazer parte do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo por indicação do Secretário José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, que diz em carta de 1935:

“Consulto o prezado amigo se poderei propor-lhe o nome para membro correspondente do Instituto de Estudos Genealógicos... Tal distinção é puramente honorífica, não acarretando nenhuma obrigação. E nada mais é que uma homenagem que o “Instituto” presta a quem dela é merecedor, residindo fora da cidade de São Paulo...”<sup>143</sup>

Convite aceito, Reis foi eleito como membro correspondente em novembro de 1935. Mas descuidado em retribuir o amigo, foi por ele cobrado em abril de 1936:

“Como foi recebido aí meu trabalho folclórico? Ele seria suficiente para me aproximar (sob sua égide) do Instituto Histórico do Amazonas? Peço sua condescendência para um escritor tão modesto quão bem intencionado...”<sup>144</sup>.

José Bueno pede a interferência do amigo para fazer parte do IGHA, nessa saudável barganha intelectual, ao mesmo tempo em que reafirma a confiança que tem em Reis quando este indica alguns nomes para fazer parte do Instituto de Estudos Genealógicos: “A sua proposta do nome do Jorge HURLEY já foi aceita e ele proclamado. (...) Subscrevi a proposta com muito gosto. Repito que todos os seus candidatos, o são meus também”<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> Carta de São Paulo em 29 de setembro de 1935. ACPBAR.

<sup>144</sup> Carta de São Paulo em 27 de abril de 1936. ACPBAR.

<sup>145</sup> Carta de São Paulo em 27 de abril de 1936. ACPBAR.

As correspondências recebidas por Arthur demonstram o intercâmbio comum entre os intelectuais da época, pois seus vínculos de amizade intermediavam a aceitação de novos sócios indicados pelos laços de respeito e admiração mútua pelos trabalhos realizados. E era uma prática comum a troca de notícias sobre a atuação dos institutos, pois cada um queria fazer conhecida a atuação do seu Instituto e, ainda compartilhar a falta de uma atuação mais enérgica. A sensação é de que não havia uma disputa para comprovar qual instituto produzia mais, mas sim uma preocupação geral com o desempenho de cada um, dando a impressão de que os institutos em conjunto formavam um todo; por isso com a decadência de um deles, o conjunto, isto é, a produção científica e cultural do país seria desfalcada.

Em viagem a Belém, Ambrosio Peres escreveu a Arthur Reis, lamentando a situação do Instituto Paraense:

“O Instituto Histórico e Geográfico do Pará, funciona n’uma das dependências da Prefeitura Municipal. É muito acanhado. A biblioteca é inferior á nossa, tanto em numero de exemplares como na organização. Possui elevado número de sócios. Mas de nada valem. Lá não aparecem. Está análogo ao do Amazonas, infelizmente”<sup>146</sup>.

Enfim, os Institutos eram os santuários de preservação e criação científicas, e os que deles fizeram parte, de uma forma ou de outra, produziram uma historiografia atreladas aos seus princípios teórico-metodológicos.

---

<sup>146</sup> Carta de Belém em 23 de janeiro de 1933. ACPBAR.



## 2.1 POR UMA HISTÓRIA CÍVICA

(...) As ossadas são necessárias às nações. Não morre o povo que se nutre dos exemplos grandiosos dos mortos.<sup>147</sup>

Álvaro Maia

A *História do Amazonas*, como visto no capítulo anterior, traz em sua forma e métodos as influências do fazer história praticado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas também traz em seu ideal as noções de civismo proclamadas por Álvaro Maia; práticas não excludentes, muito pelo contrário, o modelo recebido dos Institutos Históricos e as proposições de Álvaro Maia foram complementares entre si na construção da primeira obra de Arthur Reis.

Após ter concluído seu curso de Direito no Rio de Janeiro, Álvaro Maia retornou a Manaus, onde “iniciou suas atividades intelectuais, colaborando com os periódicos *Jornal do Comércio* e *A Imprensa*”<sup>148</sup>, o primeiro de propriedade de Vicente Reis. Seu contato com a família Reis teve início, quando Arthur Reis vivia seu período de adolescência e Álvaro Maia já começava a trilhar uma carreira que lhe renderia a admiração da mocidade amazonense.

Álvaro Maia representou uma liderança política advinda de grupos dominantes locais, como era comum nos estados emergentes nas décadas de 1930 e 1940<sup>149</sup>. De acordo com Eloína Monteiro seus primeiros empregos públicos atestam sua proximidade com os grupos dominantes denominados de “classes conservadoras amazonenses”.

Sua atuação em cargos públicos de relevância, sua participação na fundação da Academia Amazonense de Letras em 1918 e sua intensa produtividade como escritor, tendo diversos artigos publicados em jornais e revistas, certamente chamou a atenção do jovem Arthur Reis. A proximidade de ambos pode ser percebida quando da participação de Reis como Primeiro Secretário da Comissão Comemorativa do Centenário da Adesão do Amazonas à Independência do Brasil, solenidade realizada a 09 de novembro de 1923. Arthur Reis trabalhou ativamente nessa comissão, enviando ofícios às instituições da época para pedir auxílio financeiro ao evento<sup>150</sup>. O Teatro Amazonas foi palco desse momento

---

<sup>147</sup> MAIA, Álvaro. Canção de Fé e Esperança. In: **Poliantéia**. p. 154.

<sup>148</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Álvaro Maia: uma liderança política cabocla**. Tese de doutorado, p. 30.

<sup>149</sup> Ibidem, p.31.

<sup>150</sup> Cartas recebidas por Arthur Reis na década de 1920, localizadas na Biblioteca Arthur Reis.

cívico, onde Álvaro Maia apresentou sua famosa *Canção de Fé e Esperança*, dirigida à mocidade amazonense.

“Era uma convocação com clarinadas de extraordinária sonoridade; uma convocação à juventude para os prélios cívicos e uma advertência vigorosa e decisiva à situação política dominante. A “Canção de Fé e Esperança” tornou-se uma espécie de Bíblia para as gerações do Amazonas...”<sup>151</sup>.

Mario Ypiranga Monteiro em homenagem póstuma também deu a medida da importância do famoso texto de Álvaro Maia:

“Havia muito, já o admirava, através de seus belos poemas, discursos e outras peças literárias, como aquela formosa “Canção de Fé e Esperança”, que, com a pureza do seu significado, a beleza de suas imagens e a musicalidade de suas frases, andava a empolgar o pensamento sócio-lítero-cívico da época, entre os da velha e os da nova geração”<sup>152</sup>.

Desse modo, Álvaro Maia se constituía modelo para os aspirantes a intelectuais da pouco populosa Manaus, pelo seu ascendente papel junto à intelectualidade e junto às “classes conservadoras amazonenses”. Como lembra Eloína Monteiro, “na ótica de Djalma Batista, intelectual amazonense, seu contemporâneo, ele se tornou uma espécie de “evangelizador das gerações moças”<sup>153</sup>.

No mesmo ano em que se comemorou a adesão amazonense à Independência do Brasil, Arthur Reis seguiu para Belém para iniciar seus estudos em Direito, mas certamente levou consigo o exemplo de sucesso já alcançado por seu, então, amigo Álvaro Maia e suas proposições proclamadas no discurso “Canção de Fé e Esperança”. Se Álvaro Maia era o “evangelizador das gerações moças”, conseguiu plantar no jovem Reis algo de suas propostas intelectuais, dada a proximidade de ambos, visto que Reis também foi redator da Revista

---

<sup>151</sup> MONTEIRO, Mario Ypiranga. In: **Poliantéia**... p. 40.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>153</sup> SANTOS, Eloína. Op. cit. p. 31.

Amazonense de 1923, da qual Álvaro Maia era Diretor. Nessa revista, Arthur Reis já dava mostras da sua inclinação para a história com a publicação de pequenos artigos.<sup>154</sup>

Arthur Reis deixou Manaus, levando para Belém e Rio de Janeiro a semente plantada pelos intelectuais amazonenses representados por Álvaro Maia e por outros membros do IGHA. Essa Instituição, desde seu início, indicava o papel da história como detentora da “capacidade de exercer remodelações e mudanças no modo de conceber a realidade presente”<sup>155</sup>, assim vista por seu fundador Bernardo Ramos; expectativa expressa em seu discurso de inauguração do Instituto: “(...) não esqueçamos as sábias doutrinas de Cícero, que define: a história é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a escola da vida. ”<sup>156</sup> E no seu contato, especialmente no Rio, Arthur Reis pôde acompanhar de perto as produções dos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao retornar a Manaus, apesar da pouca idade, já tinha convivido em meios intelectuais importantes para o amadurecimento de algumas idéias que iriam despontar na sua *História do Amazonas*.

A *História do Amazonas* foi um misto dessas suas experiências. Como vimos no capítulo anterior, esteve ligado ao IHGB, produzindo uma historiografia um pouco distante da prática historiográfica de Sergio Buarque e Gilberto Freyre. A partir de agora a nossa proposta é acompanhar as influências recebidas por Arthur Reis do seu, então companheiro, Álvaro Maia.

Quando retornou do Rio de Janeiro em 1927, devidamente qualificado no curso de Direito, Arthur Reis encontrou Álvaro Maia já lecionando no Ginásio Amazonense D. Pedro II, nas cátedras de Instrução Moral e Cívica e Português, cargo que ocupou através de aprovação em concurso de 1926. Através das cartas recebidas por Arthur Reis, resgatamos a proximidade deste com Álvaro Maia nos preparativos da comemoração da adesão do Amazonas à Independência do Brasil ocorrida em 1923. Carta específica recebida do Rio de Janeiro em 1933, ano em que Álvaro Maia estava lá se preparando para retornar a Manaus, dá mostras da admiração que Reis nutria pelo autor da famosa *Canção de Fé e Esperança*:

---

<sup>154</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. “A Aventura de Orellana”. In: Revista Amazonense. Manaus, ano I, nº I, 1923, pp 49-51.

<sup>155</sup> PAIVA, Marco Aurélio de. **A Conquista Intelectual do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2000.

<sup>156</sup> Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, Imprensa Pública do Amazonas, ano I, v. I, 1917, p.64.

“O Álvaro, o homem que você tanto reclamava, aí vai, atendendo ao chamado dos seus amigos e conterrâneos. Que a sua jornada frutifique em bênçãos sobre sua querida terra. Tenho a impressão que, agora, vai começar a revolução. Os responsáveis por ela, compreenderam que a enterravam e pedem o auxílio dos que valem alguma coisa nos seus Estados. O Álvaro vai trabalhar por ela, que nunca o deveria ter esquecido. Que tudo seja para a felicidade do Amazonas”.<sup>157</sup>

E o mesmo amigo de Arthur Reis, em carta de 1935, parabenizou Reis pela nomeação para o cargo de Diretor da Instrução Pública no governo de Álvaro Maia acrescentando:

“Tenho a impressão de que vocês venceram, sim a partida. E lindamente. Resta, agora, que todos se agrupem em torno do nosso querido governador e o ajudem a levar a cruz, que lhe puseram sobre os ombros.”

Essa proximidade com Álvaro Maia está também refletida na construção da sua primeira obra. A *Canção de Fé e Esperança* traz duas noções que estão presentes na representação do passado construído por Reis. Nosso autor utilizou a história como instrumento para proclamar os brados de *civismo* de Álvaro Maia, defendendo ardentemente a *pátria*. Seu texto objetivou construir os heróis e os vilões da história, os primeiros devendo ser imitados, em seu aspecto moral, pelas novas gerações, e os segundos foram apresentados como figuras que deveriam ser conhecidas nas profundezas de sua falta de caráter para jamais serem copiadas. Portanto, a representação do passado construída por Reis está intimamente ligada com a função presente e futura da história no interior de um projeto educativo apresentado por Álvaro Maia. Entretanto, Reis, como historiador, adaptou algumas propostas de Álvaro Maia ao âmbito da história, seguindo em linhas gerais, alguns de seus passos.

---

<sup>157</sup> Carta recebida de Abelardo Santos em 31 de março de 1933.

Álvaro Maia, ancorado em Olavo Bilac, acreditava que “a ausência de civismo produzia a indiferença e o marasmo”<sup>158</sup>. Assim como outros intelectuais da década de 1930, via na educação a chave para a superação de dificuldades contemporâneas:

“Aos moços amazonenses – homens em botão e mulheres em manhã – cabe arquitetar a obra ressurgente, em qualquer profissão que tentarem, mas principalmente no trabalho de ensinar crianças, de formar almas e modelar caracteres.”<sup>159</sup>

A cadeira de Educação Moral e Cívica adotada nos cursos secundários recebeu seus aplausos porque “com a República, as gerações novas, cedendo ao pessimismo e à descrença nos erros republicanos, haviam esquecido a noção de pátria”. Desse modo, deu “ênfase ao civismo destinado a fortalecer a “unidade moral da pátria””.<sup>160</sup>

A *Canção de Fé e Esperança*, destinada a comemorar o centenário de adesão do Amazonas à Independência do Brasil, demonstra a reverência com a qual seu autor se reportou aos homens do passado:

“(…) ave aos conquistadores, aos exploradores, aos bandeirantes, que percorreram a terra pela primeira vez, recebendo, pobres abelhas, o prêmio do aniquilamento pelo gozo fluido; ave as tribos guerreiras, que em seu heroísmo inconsciente, defenderam as balizas do solo, tingindo-o de sangue num último adeus sangrento aos vencedores”<sup>161</sup>.

Europeus e indígenas foram considerados igualmente dignos de louvores desde que seus atos estivessem direcionados em prol de uma causa maior. Os segundos ainda que considerados selvagens, nos momentos apropriados foram tidos em alta consideração, como foi o caso de Ajuricaba, declarado herói por Álvaro Maia e seguido por Arthur Reis, autor de um grande esforço para mostrar as gerações moças do Amazonas o caráter íntegro do indígena que não poderia ser considerado “traidor”, pois ao contrário do que alguns disseram não travava relacionamento com os holandeses em oposição aos portugueses. Antes foi

---

<sup>158</sup> SANTOS, Eloína Monteiro. Op. cit. p.52.

<sup>159</sup> MAIA, Álvaro. *Canção de Fé e Esperança*. Poliantéia. p. 162.

<sup>160</sup> SANTOS, Eloína Monteiro. Op. cit. p. 50.

<sup>161</sup> MAIA, Álvaro. Op. Cit. p. 162.

injustiçado e morreu como herói. No próximo capítulo, retomaremos detalhadamente a abordagem de Reis em relação a Ajuricaba.

Álvaro Maia buscava um Amazonas onde a justiça fosse feita, um Amazonas que colheria seus méritos através da história:

“Nós cremos nessa época de paz e de justiça, sem ser obsessões vesânicas de crimes, ó Amazonas, novo berço das Amazonas! (...) Há de chegar o dia em que, sob o efeito da sinceridade, as calúnias se esgarçarão, confundindo os seus inventores delinquentes. (...) ... *os historiadores do futuro*, consultando fontes seguras, espanarão a poeira, a imundície, o monturo, e irão *restabelecer a verdade*, embora revolvam os arquivos mais complicados e secretos. Todos os “monstros feios, cujo peso afrontoso a terra oprime”, todos os “espíritos obscenos”, que ferem, em vez dos corações, os calcanhares, todos esses anões “vastos e estéreis, ocios e sonoros, unicamente grandes no tamanho”, - serão obrigados a sair de fojos e antros, e aparecer em sua nudez, para serem inoculados e desmedulados, como os coelhos nas salas dos laboratórios... (...) *Surgirão, frente a frente, os teus benfeitores e os teus detratores, ó Amazonas...*”<sup>162</sup>.

Essa foi a missão de Arthur Reis: consultar “fontes seguras”, “espanar a poeira” e “restabelecer a verdade”, fazendo vir à luz através da história os “benfeitores” e os “detratores” do Amazonas. A *História do Amazonas* tinha, entre outros objetivos, o de servir como modelo educativo à nova geração amazonense:

“À geração nova de minha terra, para educar-se no exemplo dos homens que passaram e ter forças a fim de batalhar pelo Amazonas, que começa a redimir-se ao civismo de Álvaro Maia”<sup>163</sup>.

---

<sup>162</sup> MAIA, Álvaro. Op. cit grifo meu.

<sup>163</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 2º ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. p. 13.

Por isso, seu autor se preocupou em definir com a maior precisão possível o caráter dos personagens históricos. Os heróis, que deveriam ser copiados pelo exemplo de força e dedicação, e os vilões que deveriam ser conhecidos, mas não imitados. Portanto, Reis assinalou a necessidade de dar um maior enfoque aos que denominou de figuras impressionantes como Samuel, Fritz, Lobo D’almada, Tenreiro Aranha e Ajuricaba, pois não poderiam ficar escondidos em trechos de capítulos, merecedores que eram, na visão do autor, de um destaque especial. Esses foram personagens que ganharam maior visibilidade; entretanto, todos que trabalharam em favor da colonização receberam frases e outras vezes parágrafos elogiosos.

Arthur Reis iniciou a narrativa relacionada à região amazônica, através da famosa expedição de Orellana seguida pela de Ursua. E como fez ao longo de toda a obra, iniciou ressaltando o “heroísmo” dos colonizadores que, vencendo os mares, conquistaram a América, e “armados de coragem, vararam as selvas, arrostando mil perigos... semeando a civilização”. E parafraseando Maquiavel, afirma que os fins justificam os meios utilizados pelos espanhóis na saga colonizadora. As qualidades dos conquistadores que venceram o clima, o meio geográfico e o indígena os redimiam de tudo “quanto perpetraram de mau”, pois “era preciso vencer”<sup>164</sup>. Proposta semelhante à de Álvaro Maia, para quem, “toda morte deve ser bendita, desde que seja em nome da pátria”<sup>165</sup>.

A partir daí construiu o contexto que elegeu Orellana como o primeiro grande herói de sua narrativa. Gonçalo Pizarro partiu em expedição saída de Cuzco, em busca do *País da Canela*, lugar rico nessa especiaria considerada “das mais preciosas do Novo Mundo”. Passando por Quito, Francisco Orellana se ofereceu para participar da expedição, dispondo inclusive, de recursos materiais e financeiros em prol da mesma. Pizarro deixou Quito em 1539, com “trezentos e quarenta soldados, destes cento e cinquenta bem montados, gente da melhor sociedade e mais de quatro mil índios recrutados nas prisões”. Orellana só se juntou à expedição no vale de Zumaco “com um punhado de companheiros” e quarenta mil pesos-ouro; recebendo logo de Pizarro, chefe da expedição, o posto de lugar-tenente, “como prova de confiança”<sup>166</sup>. Ao iniciar, demonstrando a confiança que Pizarro depositou em Orellana,

---

<sup>164</sup> Ibidem. p. 37.

<sup>165</sup> MAIA, Álvaro. Op. cit. p. 159.

<sup>166</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op, Cit. p. 41.

Arthur Reis visava preparar o leitor para a importância deste último, por ele consagrado como herói ao longo da narrativa.

A busca ao País da Canela foi frustrada, quando os espanhóis chegaram ao destino e perceberam inviável a exploração da canela, porque apesar de farta suas árvores eram muito espalhadas, “não compensavam as despesas da colheita”. A chegada até o País da Canela foi feita à custa de muitas dificuldades, pois nos dois meses que lá ficaram a fome e as doenças vitimaram cerca de duzentos espanhóis. Seguiram para as margens do Coca. Diante das intempéries sofridas pela falta de alimentação, construíram um bergantim e quatro canoas para a descida do rio em busca de mantimentos. Sendo que “Francisco Orellana tomou a seu cargo a obra”<sup>167</sup>.

Na descida, que se fez com sessenta homens, as dificuldades não foram poucas: “novamente a fome apertava, desta vez forçando ao aproveitamento de cintos, solas de sapatos para saciá-la”. Distante do lugar onde tinha ficado Pizarro e os demais expedicionários, Orellana e os seus tiveram que seguir, diante da inconveniência de retornar rio acima. Num percurso que durou oito meses, Orellana atingiu o Atlântico em agosto de 1542, tendo percorrido todo o Solimões/Amazonas.

“Pesa ainda sobre sua memória a pecha de traidor a Gonzalo Pizarro. Homem de feias ações, escrevem os historiadores antigos e modernos, dando curso à inverdade. Francisco de Orellana, de que José Toríbio de Medina, autêntico sabedor do passado da América, traçou um retrato fidelíssimo, foi soldado disciplinado, ardoroso, fiel à palavra empenhada”<sup>168</sup>.

A partir daí, Arthur Reis seguiu em busca de “provas”, que confirmassem a “inocência” de Orellana, entre elas a petição por escrito em que seus companheiros requisitaram a descida, que está registrada e por isso, segundo o nosso autor, não admite contestação. Outra prova foi o fato de em carta de Gonçalo Pizarro a Carlos V não haver menção da existência de esmeraldas e quantia em dinheiro dada por Gonçalo a Orellana. E acima de todas essas provas está a atitude do Conselho das Índias, que atuante quanto à prática da justiça e a perseguição de culpados, não hostilizou Orellana, situação

---

<sup>167</sup> Idem, p. 41 e 42

<sup>168</sup> Ibidem p. 46.



comprobatória da sua hombridade. A preocupação do autor se dá sempre no sentido de procurar provas a seu ver irrefutáveis, tendo o documento como prova máxima da verdade, no sentido de provar os grandes louros colhidos pelos colonizadores. E no caso de Orellana, autor de um grande feito, não poderia ser passada às novas gerações uma imagem de um herói com máculas; portanto, seu caráter deveria estar bem definido.

Por todas essas qualidades, Orellana pode “figurar na galeria dos criadores do Novo Mundo, como dos mais bravos pioneiros da civilização ocidental nas selvas amazônicas, [e por isso merece] a glória de ter desvendado a maior artéria fluvial do globo”<sup>169</sup>. Estava criada uma das figuras que deveriam servir de inspiração aos moços amazonenses, pelo seu caráter, dedicação e por ter realizado uma grande conquista.

Segundo Arthur Reis, quando conhecida na Europa e na América, a expedição de Orellana provocou interesses exploratórios em portugueses, espanhóis e nos habitantes que se encontravam no Peru. Inicialmente, foram desencorajados pelas autoridades régias que não aprovaram os projetos exploradores. Mas tempos depois, o vice-rei do Peru, D. Andrés Hurtado de Mendonza, preocupado com o aumento do número de desocupados, resolveu autorizar uma expedição a Pedro de Ursua, que deveria ocupar muitos dos que estavam sem trabalho.

A partir da narrativa da expedição de Ursua, Reis vai confirmando seu intuito de construir e dignificar “heróis” e condenar “vilões”. Cheio de mérito, “por seus feitos dignos de bravos”, Pedro de Ursua deixou Lima em fevereiro de 1559 com dinheiro e poderes repassados pelo vice-rei. No caminho, arregimentou sertanistas desejosos de ir ao Dorado e aos Omáguas. Mas, Lopo d’Aguirre, integrante da expedição, “indivíduo de precedentes sujos, useiro e vezeiro em motins, conhecido pelas misérias que praticava, pela alcunha de louco”<sup>170</sup>, chefou uma conspiração contra Ursua, motivada pelo desejo deste e dos conquistadores pela mestiça Ignés Atienza que Ursua levava em sua companhia.

Ursua e outros foram assassinados. A partir daí “surgiram novas rivalidades entre os que se julgavam os diretores novos da jornada”. E em março de 1561, enquanto construía novos bergantins entre o Catuá e o Coary, Aguirre reuniu seus companheiros dos quais obteve consentimento para declarar D. Fernando de Gusmão, como príncipe do Peru, posição até então ocupada por Felipe II. Segundo Arthur Reis, alguns historiadores tomaram esse momento como precursor das independências no continente americano; entretanto, sua visão,

---

<sup>169</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., p. 48.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 51.

visto que defendia princípios éticos e morais, se associou a de outro grupo de historiadores que analisando os feitos de Aguirre associado aos marañones, como eram conhecidos esses expedicionários, assinalou-lhe “apenas como gesto de traição à pátria”, pois faltava aos seus realizadores “o ideal honesto de separatismo que mais tarde apontou” em outros movimentos de independência.<sup>171</sup>

Arthur Reis fez uma leitura das fontes, sempre preocupado com o cunho ético e moral da situação estudada. Afinal, seu livro deveria cumprir a função de “formar almas” como havia sugerido Álvaro Maia em sua “Canção de Fé e Esperança”. A expedição de Ursua foi exposta de modo a deixar bem evidente os papéis. De um lado Ursua, o colonizador que recebeu as bênçãos da Coroa para realizar sua grande façanha; de outro lado, Lopo d’Aguirre, personagem cruel, assassino, “malvado”, “alma danada de todas as maquinações”, “bandido”. “Não se fartava. Escrevia em sangue a página mais trágica da história amazônica”<sup>172</sup>. Da Venezuela

“...escreveu a Felipe II uma carta atrevidíssima, dando as razões do motim que chefiava. Insultou o rei. A carta é verdadeiro amontoado de diatribes, valendo como documento da ousadia e do despudor de Aguirre.(...) teve a memória declarada infame. Ninguém mereceu tanto ficar assim marcado. Os historiadores são unânimes na condenação aos desmandos de Aguirre<sup>173</sup>.”

Aguirre é apresentado como o grande vilão, que nosso historiador, preocupado com a moral, pretendia revelar aos seus leitores. Um personagem que deveria ser conhecido, mas, jamais honrado, pois seu final foi trágico: teve “cortada a sua cabeça, retalhado o corpo, exposto aos pedaços em vários lugares da Venezuela para exemplo aos vindouros”<sup>174</sup>. Era de extrema importância para o nosso autor justificar eticamente as “boas ações” de colonizadores “ilustres”, assim como caracterizar e julgar devidamente os praticantes de atos que ele considerou desonesto. Como visto acima, a história que se propôs a escrever tinha deliberadamente, a intenção de resgatar o passado com a missão de servir ética e moralmente

---

<sup>171</sup> REIS, Op. cit., p. 52.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 53.

aos jovens do presente. Reis transfere todos os seus valores éticos e morais para a história, foi com esse olhar do qual não conseguiu se despojar que escreveu a *História do Amazonas*, julgando a história de acordo com seus princípios, muitos dos quais aprendidos com Álvaro Maia.

Com esse mesmo espírito o autor prosseguiu no resgate da personalidade de Pedro Teixeira, “um sertanista que não conhecia hesitações e valia muito pela experiência adquirida em anos de lutas na Amazônia”<sup>175</sup>. Responsável pela expedição que percorreu toda a extensão do rio Amazonas de 1637 a 1639, primeiro de Belém a Quito, depois, no sentido oeste-leste, de Quito a Belém, Pedro Teixeira e seus comandados fizeram o reconhecimento de todo o curso e das áreas próximas ao rio Amazonas, abrindo caminho para novas expedições portuguesas que futuramente conquistariam toda a região.

Representante de todas essas conquistas, Pedro Teixeira, recebeu os louvores de Arthur Reis, como um verdadeiro herói ao qual “Portugal deve-lhe a conquista da Amazônia”<sup>176</sup>. No período da expedição, estava vigorando a União Ibérica, que permitiu aos portugueses efetuarem a conquista territorial nos domínios, antes espanhóis, fixados pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, preocupado continuamente em dar aos personagens históricos seu senso ético e moral, Reis acentuou que os portugueses expedicionários desse período, “súditos de D. Felipe III não cometiam invasão nas façanhas, não desrespeitavam direitos alheios. Trabalhavam para o seu rei, comum às duas nações ibéricas”<sup>177</sup>. É relevante como Reis avaliou a história da Amazônia colonial, como a desejar o tempo inteiro caracterizar as atitudes dos personagens históricos como certas ou erradas de acordo com seus valores, visando internalizar em seus leitores as noções de civismo proclamadas por Álvaro Maia. Na sua concepção, havia uma grande necessidade de registrar que os portugueses não cometiam invasão, para que dessa forma, a imagem desses grandes realizadores não fosse manchada. Afinal, perseguia a construção de uma imagem límpida da colonização portuguesa e para tanto seus realizadores deveriam ser homens íntegros e honestos. Ao contrário dos holandeses, ingleses, e franceses que, “disputando-se de direitos que não existiam para eles”, foram aos poucos invadindo e explorando o delta do rio Amazonas.<sup>178</sup>

Nem o consentimento de Pedro Teixeira ao derramamento de sangue indígena, realizado por Pedro da Costa Favela, fez Reis manchar a imagem imaculada do grande

---

<sup>175</sup> REIS, Op. cit. p. 57.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>178</sup> Ibidem. p. 55.

sertanista. Ainda quando a expedição subia o Napo, Teixeira encarregou Favela de ficar com grande parte da tropa no lugar onde provavelmente, tempos atrás, havia sido morto, pelos índios Encabelados, o expedicionário Juan de Palácios. Entrando em choque com os índios,

“Pedro da Costa Favela, para garantia de seus comandados, assinalava em sangue e fogo a sua presença de disciplinador passando pelas armas os Encabelados que pudera agarrar e incendiando-lhes aldeamentos. Pedro Teixeira castigou os culpados, aprovando, com tamanha decisão, o procedimento enérgico de seu oficial subordinado”<sup>179</sup>.

Foi o próprio Reis, quem assinalou a aprovação de Teixeira aos atos destrutivos de Favela contra os indígenas. Entretanto, defende-o, criando sobre o mesmo a imagem de um homem de uma integridade irrefutável. Assim o descreve com grande admiração:

“Pedro Teixeira é o mais impressionante tipo de sertanista da Amazônia. Durante três décadas a fio, não há um episódio de vulto, seja de guerra, seja de que natureza for, a que seu nome não esteja ligado e coberto de ilustrações. Um ou outro deslize com que pretendem toldar-lhe a vida de heroísmo, de ardor patriótico, nada exprime ao lado da esplêndida folha de serviços. Varonil, disposto aos últimos sacrifícios, não encontra rival nas atitudes. Batendo holandeses ou ingleses, varando o coração da selva, tratando com o ameríndio, é sempre a figura esplêndida do homem-arrojo, do homem-desprendimento”<sup>180</sup>.

Para Arthur Reis não há nenhuma contradição em considerar Pedro Teixeira como um grande sertanista, a despeito de sua aprovação à carnificina realizada por seu subordinado Pedro da Costa Favela. Sua tentativa era de procurar meios que o “inocentasse”. Desse modo, assinalou que “acossando os nativos, nunca os tratou com barbaria”<sup>181</sup>. Reis aplicou na narrativa sobre Pedro Teixeira a máxima que utilizou no início do livro, “os fins justificaram

---

<sup>179</sup> Ibidem, p.61.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>181</sup> Ibidem, p.65.

os meios”, utilizados pelos colonizadores. Os deslizes de Teixeira são irrisórios diante da lista de contribuição que deu à colonização e diante da necessidade de nutrir os seus conterrâneos dos exemplos grandiosos dos mortos, como expressou Álvaro Maia na epígrafe transcrita no início deste trabalho. Companheiro de Francisco Caldeira Castelo Branco, quando este fundou o futuro núcleo de Belém, Pedro Teixeira, “desde esse instante, simples alferes, principiou a destacar-se”. Mandado ir a São Luiz, por terra, avisar Jerônimo de Albuquerque do ocorrido, em uma viagem extremamente arriscada

“... por causa da tapuiada que se ajuntava para incomodar os portugueses. Pedro Teixeira, sem nenhuma queixa que o revelasse receoso do cometimento, com uma escolta de poucos homens, atravessou o emaranhado sertão, de que tomou posse para Portugal... indo sair na capital maranhense afamado e a despertar espanto <sup>182</sup> .

Arthur Reis ainda continuou, ressaltando mais os grandes feitos realizados por Pedro Teixeira. Dedicou páginas consideráveis a narrar suas qualidades. A expedição comandada por Texeira foi realmente de grande importância para a colonização portuguesa na Amazônia, fato que enaltece, visto que procurou em sua obra inaugural tecer fio a fio os pontos que ligaram a grandiosa obra portuguesa colonizadora que trouxe para o Novo Mundo a civilização tão prezada pelo nosso autor. Por isso, Pedro Teixeira, ícone da colonização, se revelou como “o grande soldado merecendo a *admiração da posteridade* e de seus contemporâneos na luta contra os holandeses e ingleses, plantados ao longo do Amazonas”<sup>183</sup>. Mais uma vez se confirma, nessa passagem, sua preocupação em fazer dos personagens históricos exemplo aos seus leitores. A história que escrevia devia ter uma função prática.

Seguindo a cronologia da obra, os três próximos “vultos esplêndidos de sertanistas” apresentados são Pedro da Costa Favela, Francisco da Mota Falcão e Guilherme Valente: “são as figuras mais interessantes desse período da história amazonense”<sup>184</sup>. O período ao que o autor se refere é o da fixação do forte do São José do Rio Negro, marco inicial do que viria a ser a cidade de Manaus. Ao supervalorizar os colonizadores, Arthur Reis,

---

<sup>182</sup> REIS, Op. cit, p.63.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 64. Grifo meu.

<sup>184</sup> REIS, Op. cit. p. 71.

consequentemente minimiza os nativos, pois como já foi visto acima, sua intenção era narrar a história da colonização, a história de vencedores, que enfrentaram a adversidade do ambiente e as dificuldades impostas pelos nativos em busca de um fim supremo e legítimo: a colonização que traria a civilização.

Pedro Teixeira foi o sertanista que abriu as portas do território amazonense para as novas entradas; por isso, teve o tão grande reconhecimento de Reis. E os três vultos citados acima foram responsáveis pelo início do povoamento, merecedores também de glórias. É bom lembrar que Reis não foi incoerente ao longo da sua narrativa, na medida em que anunciou inicialmente que os fins justificaram os meios usados pelos colonizadores. Assim, reconheceu os abusos cometidos pelos sertanistas sem nenhum pesar; nesse ínterim, não teceu comentários éticos em favor dos indígenas, ainda que tenha reconhecido as atrocidades cometidas contra os mesmos.

Em sua abordagem sobre o início do povoamento do território amazonense, ressalta a necessidade de braços indígenas para a ocupação e desenvolvimento da região. “A caça ao índio, mais lucrativa, foi, todavia, a mais custosa”, pois a legislação acerca do nativo imposta desde D. Sebastião, que “procurava protegê-lo, defendendo-lhe os direitos à liberdade como legítimos donos da gleba”, ofereceu algumas dificuldades. Mas,

“Apesar dos rigores, os abusos eram constantes. Os sertanistas, nas suas penetrações, reduziam à escravidão quantos indígenas encontravam, estivessem ou não nas condições exigidas pela lei. Os nativos, assim subtraídos à liberdade, carregados aos montões, para Belém, eram vendidos aos moradores por preço marcado pelo governador e pela câmara. Tinham de escravizar-se-lhe por dez anos, findo o que deveriam regressar às aldeias, determinação jamais cumprida e mesmo revogada, ilegalmente, em deliberação tomada numa junta reunida em Belém para violar os dispositivos da legislação<sup>185</sup>.

Arthur Reis não fez “vistas grossas” à situação do nativo. Reconheceu como historiador compromissado, como já se apresentava desde o início, a situação atravessada pelo nativo. Em vários momentos, aponta situações onde este, ao tentar resistir à invasão

---

<sup>185</sup> Ibidem, p.66.

portuguesa era exterminado juntamente com o seu grupo. Entretanto, a história que, deliberadamente, se propôs a escrever era a da grande obra colonizadora, que necessitava de heróis, como os já citados. Não desprezava a história indígena, como fica exposto em sua exaltação a Ajuricaba, destacada no próximo capítulo desse trabalho; apenas escrevia uma história, comum à época: a história dos “vencedores”.

Apesar de todas as práticas violentas de Favela em relação aos indígenas, Reis traçou um esboço biográfico o arrolando na lista dos grandes heróis, relatando os seus feitos em prol da ocupação portuguesa no Brasil:

“Tomara parte na expulsão dos franceses da Ilha do Maranhão. Na Amazônia, combateu os holandeses e ingleses instalados no Xingu e na Ilha de Tucujus. Sertanista dos mais ousados, no Tapajós, no Tocantins, revelou-se terrível perseguidor dos índios. Seu nome causava-lhes terror. Foi companheiro de Pedro Teixeira na subida a Quito e exerceu várias comissões de importância, tal a confiança que nele depositavam as autoridades”<sup>186</sup>.

Mesmo o massacre aos índios do rio Urubu, levado a cabo por Favela, foi narrado por Arthur Reis a partir da ótica dos colonizadores, não interferindo em nada a apresentação dos méritos do sertanista que fez sua parte na grande obra colonizadora “infligindo uma tremenda lição” aos indígenas “traidores”. O sargento-mor Antônio Arnau de Vilela, em 1663, em expedição chegou à missão do Saracá, onde deságua o rio Urubu, povoado por Caboquenas, Bararurus e Guanaveses, que persuadiram Vilela e Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, “da facilidade de conseguir escravos se subissem mais para as cabeceiras do Urubu”. No percurso de subida, Vilela e a maioria de seus companheiros foram “barbaramente” assassinados. Em defesa dos sertanistas, o alferes João Rodrigues Palheta e seus soldados acabaram “vencendo-os num sangrento combate”. Chegada a notícia até Belém, foi organizada uma expedição sob o comando de Favela, “para castigar os Caboquenas, Guanaveses e Bararurus”.

---

<sup>186</sup> Ibidem, p. 70.

“A 25 de novembro, Favela chegava à boca do Urubu. (...) Não teve contemplações. Levou tudo a ferro e fogo. Reduziu a cinzas trezentas malocas, liquidou setecentos indígenas, aprisionando quatrocentos. Infligiu uma tremenda lição. Reforçado com um importante destacamento comandado pelo sargento-mor Antônio da Costa, (...) caçou os traidores por todos os cantos do rio. Fez uma sangueria.”<sup>187</sup>

O massacre praticado sob o comando de Favela não mereceu maiores comentários de Arthur Reis; bastou a narração do feito, justificável, pois de volta ao Urubu em 1668 Favela, guiado até o Rio Negro pelos Aroquis, “onde os Tarumás o acolheram bem” acompanhou Frei Teodósio da Veiga na fundação de Santo Elias do Jaú, o primeiro povoado da região. Enfim, Favela cumpriu sua missão auxiliando na garantia do domínio português na região. Feito digno de nota que, a despeito dos meios utilizados, o que realmente se sobressaiu na narrativa de Reis foi o heroísmo da ação.

Traçou também uma breve biografia de Francisco da Mota Falcão, não o fazendo em relação a Guilherme Valente por falta de documentos. Com esses três nomes, Reis encerra a narração do início do povoamento e a partir daí entra no século XVIII, destacando a ação dos sertanistas e missionários na exploração da Amazônia que, “exibindo provas de uma coragem, de uma resistência admiráveis (...). Galgaram cachoeiras, lutaram com a aspereza do clima, batalharam contra o indígena. Venceram quase sempre. Foram os protagonistas de um drama sensacional”<sup>188</sup>.

Assim, o autor da *História do Amazonas* buscava modelo na história para as novas gerações, próximo do pedido por Álvaro Maia. A *Canção de Fé e Esperança*, foi acima de tudo, um chamado à juventude para o valor do Amazonas e para o papel que deveriam assumir politicamente em benefício da região:

“A nossa luta para o desvirginamento da nova Atlântida, boiando na vastidão da América como um corpo verde e voluptuoso, reclama também uma audácia inflexível no sentido de repelir a injúria e a pequenez, até no dia, sonhado em deslumbramento, em que as gerações novas, gerações

---

<sup>187</sup> Reis, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. p. 68

<sup>188</sup> Ibidem. p. 71.



amazonenses (estão incluídos nesse termo todos os homens honestos que aqui vivem, ou para aqui vêm) for entregue a direção do Amazonas”<sup>189</sup>.

O jovem foi o público alvo da *Canção de Fé e Esperança*:

“Encarar os dias com indiferença (...) é um crime, que deve ser regra de velhos caquéticos e de moços corrompidos; jamais, porém, da gente nova de uma terra, (...). É o instante da mocidade intervir na luta”<sup>190</sup>

Mas, esse chamado à juventude veio carregado de “reverência ao passado”, pautado nos heróis da história, e de “saudação ao futuro”<sup>191</sup>, depositado na esperança de ação das novas gerações amazonenses. Em vários pontos do texto, Álvaro Maia se reportou ao passado em alusão aos personagens-símbolos de gestos nobres em nome da região. Quando se referiu “à primeira injustiça” praticada contra os amazonenses ao serem incorporados ao Pará, quando deveriam ser província, como as demais regiões após a independência, lembrou a glória dos que conquistaram a autonomia do Amazonas: “somente hoje restabelecem o lado real das coisas e coroam de racimos e corimbos os heróis de um século atrás”<sup>192</sup>.

Glorificou os que na história mais recente, fizeram parte do crescimento da região:

“Todas as bênçãos devem cair sobre os homens destemerosos que desbravam o Amazonas (...) O poema da colonização do Amazonas iluminado pelo clarão gelado de trezentos mil mortos, ainda não foi escrito, mas o seu fulgor, como o luar nas geleiras, espadanando Himalaias de chamas, cai sobre nós à maneira de um opulento *gulf stream*, que nos traz do passado, das idades remotas, a coragem e o calor para a beleza e para a glória.(...) O Amazonas reconhece quanto deve aos nobres bandeirantes do nordeste: a mocidade proclama-o, neste minuto religioso. (...) Somos guiados pelo passado e pelo futuro (...) nos momentos supremos do

---

<sup>189</sup> MAIA, Álvaro. Op. cit. p. 159.

<sup>190</sup> Ibidem, p.159.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 148.

combate, temos sobre a cabeça, como uma flâmula espiritual, a visão protetora dos antepassados, dos mortos amparando-nos do fundo de suas covas<sup>193</sup>.

Foi através dos exemplos grandiosos dos homens do passado que Álvaro Maia conclamou a juventude a adotar atitudes cívicas em prol do Amazonas, uma região que junto a outros estados do Norte era colocada em posição inferior em relação ao Sul do país: “Devido a isso, chega a haver dentro das lindes da mesma pátria, em pleno Rio de Janeiro, conjuntos para a defesa do norte, como se o norte fosse um feudo do sul”. A história deveria resgatar o valor do Amazonas por que o lugar que ocupava na federação foi conquistado pelos missionários e pelos seringueiros: “Esses sim, são os nossos credores supremos”, em outras palavras, Álvaro Maia reanimou a juventude a isentando de dívida com o sul do país e redirecionando a dívida para com os heróis da história.<sup>194</sup>

Arthur Reis se incumbiu de trazer à tona, na *História do Amazonas*, os heróis que ajudaram a “fazer” a região; e continuou na mesma linha, quase como um sucessor de Álvaro Maia, tornando-se ele próprio modelo para as novas gerações do Amazonas, fazendo seu trabalho e seu profissionalismo repercutir no sul do país, e sendo por isso, muito admirado pelos seus conterrâneos como veremos no subcapítulo a seguir. Nesse sentido, sua missão em escrever um livro para que a juventude se educasse no exemplo dos homens do passado foi cumprida.

Ainda nesse mesmo intuito de nutrir o povo “do exemplo grandioso dos mortos”<sup>195</sup>, Arthur Reis prosseguiu colocando em relevo as “figuras impressionantes”<sup>196</sup> de Ajuricaba, Samuel Fritz, Lobo d’Almada e Tenreiro Aranha. Cobrindo-os de elogios e quando necessário justificando seus atos eticamente duvidosos.

Samuel Fritz, “inteligência vivaz, cultura magnífica, os que lhe dirigiam a formação espiritual o destinavam à cátedra de Teologia conquanto seu desejo constante fosse o trato com os selvagens da América, na obra admirável de tirá-los da barbaria.” Fundou vários povoados, entre eles o que viriam a ser Fonte Boa, Coari, Tefé e São Paulo de Olivença. “Revelou-se então missionário modelar, que não media sacrifícios, arrostando com perigos

---

<sup>193</sup> Ibidem, p. 153, 154.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 154 e 158.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>196</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. p. 35.

materiais de toda natureza, minando a saúde com as febres de mau caráter, próprias da região”.<sup>197</sup>

De acordo com Arthur Reis, o padre espanhol em território reclamado pelos portugueses enfrentou alguns problemas, mas, “homem inteligente, sabia vedar dificuldades”<sup>198</sup>; e após algumas rugas com portugueses, chegando mesmo a ficar detido em Belém por um período de nove meses, “não se deu por vencido”<sup>199</sup> e retornou às missões.

“À sua voz, Omaguas, Jurimaguas, Aisures, regressaram aos aldeamentos. Reanimou-se tudo. Os povoados foram restabelecidos. De todos os cantos, vinham bandos, tribos inteiras, procurar-lhe os ensinamentos preciosos. Não houve agrupamento indígena que não lhe rendesse homenagens. Adoravam-no. Havia motivos. Curando os doentes, animando os indecisos, ensinando processos de lavoura, distribuindo carinhos, encaminhando todos para uma vida mais organizada, não os escravizava, não os explorava e ainda os defendia da agressividade dos sertanistas paraenses. Seu nome tornou-se respeitado. Tomaram-no por santo, filho de Deus. No Pará, é ele próprio quem relata, os negros receberam-no como redentor da raça”<sup>200</sup>.

Entretanto as disputas por território continuaram, e após a confirmação de que Samuel Fritz “não se ocupava apenas de sua igreja, mas de objetivos políticos, tentando a conquista espiritual e material da larga porção do vale”<sup>201</sup>, o Conselho Ultramarino mandou capturá-lo. Fritz partiu para Quito mandando um substituto em seu lugar. O intuito político de Fritz não foi criticado por Arthur Reis, pois o padre havia sido “missionário modelar”; estabeleceu povoado, tratou os nativos com carinho, defendendo-os da agressividade dos sertanistas e com um “espírito privilegiado” que possuía elaborou um mapa “tido como o melhor levantamento da bacia amazônica (...). Os anteriores são imperfeitíssimos, e dos posteriores, muitos não passaram de cópia dele”<sup>202</sup>.

---

<sup>197</sup> Ibidem, p. 86 e 87. Grifo meu.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>200</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 90 e 92.

Estava constituído mais um herói da história para nutrir as novas gerações de exemplo, Fritz,

“Encarado como missionário, sem ser esquecido o político, a sua obra resulta gigantesca. Chamaram-lhe Apostólo do Amazonas. Fica-lhe bem o título, que ninguém, de justiça, lhe pode disputar”<sup>203</sup>.

Ajuricaba marcou pela dignidade a história do Amazonas, defendeu suas convicções até ao extremo e quando capturado não se deixou ser morto. Num ato heróico “para não sujeitar-se às humilhações do inimigo, ufano da vitória, lançou-se com outro principal às águas do oceano fluvial que tanto amava”. Não percebemos na narrativa de Arthur Reis uma aversão ao nativo; no entanto, seu enfoque principal foi a colonização que traria a civilização e conseqüentemente o progresso para a região amazônica. Quando o contexto pediu, justificou as atrocidades cometidas pelos sertanistas, mas quando abordou a saga de Ajuricaba também o defendeu e encheu de glórias ele e os “famosos Manaus”<sup>204</sup>, grupo ao qual pertencia. Assim, Arthur Reis adequava sua narrativa na busca dos heróis da história, ora defendendo os colonizadores, ora defendendo os colonizados, embora os colonizados tenham maior número de representantes em sua narrativa.

Os Manaus, grupo ao qual pertencia Ajuricaba, “povo inegavelmente superior a quantos correram a bacía, o elogio dele está no respeito com que o olhavam as autoridades régias”. No começo do século XVIII se juntaram “para o combate ao conquistador que não os deixava na faina violenta de fazer escravos”. Diante do avanço dos conquistadores, Ajuricaba “deu então o grito de rebeldia”, obedecendo junto com os seus “ao sentimento de justa repulsa ao sertanista preador”. Entretanto, após várias investidas contra os portugueses Ajuricaba teve o final tanto trágico quanto heróico narrado acima.<sup>205</sup>

Na busca de traçar um perfil da identidade de Ajuricaba, Arthur Reis se ocupou em limpar da biografia do nativo o rótulo de traidor aos portugueses: “Ajuricaba foi traidor? Ajuricaba manteve aliança com os Holandeses? Eis a grande questão.” Foi o governador do Pará João da Maia da Gama que, em 1723, ao tomar conhecimento da primeira agressão comandada por Ajuricaba contra os conquistadores, pediu auxílio a Lisboa para conter a

---

<sup>203</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 94.

hostilidade dos nativos, informando que estes “se apresentavam com armas e munições fornecidas pelos holandeses da Guiana, a que se ligavam em perigosa aliança”<sup>206</sup>.

Continuada as resistências comandadas por Ajuricaba, Maia da Gama se dirigiu novamente a Lisboa, em 1724, juntando “as devassas que concluía por dar Ajuricaba como amigo dos holandeses, cuja bandeira tinha a flamejar na embarcação em que fendia os rios na perseguição aos sertanistas paraenses”<sup>207</sup>. Entretanto, contra essas acusações a Ajuricaba, Arthur Reis buscou provar sua inocência, primeiro através de documentos holandeses tornados público através de Joaquim Nabuco, que iluminam a questão; concluindo que os Manaus eram aliados dos Badon e,

“De Badon os Manaus, em troca de escravos, feitos nos povoados aportunados, obtinham as mercadorias holandesas, as tais armas. As relações, com a gente do Surinan<sup>208</sup>, por conseguinte, não existiam. Ajuricaba, diante de tais provas, não manteve absolutamente não manteve aliança com os holandeses”<sup>209</sup>.

Arthur Reis prosseguiu apresentando provas que na sua concepção “elucidam mais, convencem definitivamente”. Os documentos holandeses relatam a inimizade entre os Manaus e os Caraíbas, estes aliados dos holandeses. Em 1724, sendo os Caraíbas atacados e derrotados pelos Manaus, a Corte de Essequibo determinou que fosse morto qualquer dos Manaus encontrados na colônia de Surinan. “Ajuricaba, que chefiava os Manaus, contra os quais se tomavam em Surinã tamanhas medidas de hostilidade, foi aliado dos holandeses?” . Esse questionamento de Arthur Reis é por ele respondido com uma negativa; a acusação a Ajuricaba havia sido arranjada para que se obtivesse de Lisboa fácil aprovação à guerra contra os Manaus<sup>210</sup>.

É importante destacar que dos documentos holandeses aos quais Arthur Reis se refere, nomeou apenas um, o relatório de 15 de junho de 1724. E numa nota de rodapé diz ter tomado como base uma publicação de Miranda Leão sobre Ajuricaba na revista carioca

---

<sup>206</sup> Ibidem, p. 95 e 100.

<sup>207</sup> Ibidem, p.96.

<sup>208</sup> Surinan foi o nome dado a colônia fundada pelos holandeses. Reis, p.100.

<sup>209</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. p. 96.

<sup>210</sup> Ibidem. p. 101 e 102.

*Mundo Literário*: “Socorremo-nos dela para as provas de que Ajuricaba nem foi traidor nem aliado dos holandeses da Guiana.”. Desse modo, não ficou bem claro se Arthur Reis leu a documentação primária ou apenas retomou o texto de Miranda Leão. Mas, para o que nos propomos, não é interessante seguir como o autor da *História do Amazonas*, na busca de definir o caráter de Ajuricaba. O que realmente nos interessa é a tentativa de Arthur Reis, dentro dos seus preceitos éticos, em apresentar Ajuricaba com uma imagem sem ranhuras. Segundo o autor, foi Ribeiro de Sampaio em seu *Diário de Viagem* quem “deu curso a inverdade”, rotulando Ajuricaba de traidor no que foi seguido por outros cronistas. Mas, depois de lançadas o que chamou de provas da inocência de Ajuricaba, pôde lançar a consagração do herói:

“Ajuricaba; que esse mesmo Ribeiro de Sampaio, proclamou “um herói entre os índios”, esperado, segundo a lenda, ainda hoje, entre os seus Manaus, para redenção da raça, foi, assim um guerreiro ilustre, dos primeiros a batalhar pela liberdade na América. Este o título a que tem direito”<sup>211</sup>.

Ainda em relação aos heróis da *História do Amazonas*, de acordo com Arthur Reis, Tenreiro Aranha equiparado “com Lobo d’Almada, pelos relevantíssimos e desinteressados serviços prestados, foi dos maiores governantes do Amazonas”<sup>212</sup>. Foi o próprio autor quem assemelhou essas duas personagens históricas em termos de relevância como grandes nomes da história amazonense. Manuel da Gama Lobo d’Almada por todas suas realizações “revelara capacidade de trabalho, tino administrativo, inteligência, honestidade e patriotismo ardente”, méritos que “naturalmente o indicaram à confiança real para o governo da Capitania”<sup>213</sup> exercido entre 1788 e 1799. A imagem criada por Arthur Reis em torno desses personagens se aproxima da perfeição. Lobo d’Almada soube aproveitar a agricultura, ciente de que “compensadora, fácil, encontraria os meios por que reanimar a região”<sup>214</sup>; montou várias fábricas, incentivou a pesca e o comércio de peixes, introduziu o gado no vale do rio

---

<sup>211</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>212</sup> Ibidem, p.196.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 143.

Branco o que valeu “para eternizar-lhe o nome”<sup>215</sup>. Enfim, Almada foi um “homem de visão, enxergava e sabia resolver *todos* os entraves ao progresso da Capitania”<sup>216</sup>.

Tenreiro Aranha, primeiro presidente da Província do Amazonas, “militar, educador, jornalista, político, economista, era das melhores expressões de cultura e civismo na região”<sup>217</sup>

“A escolha de Tenreiro Aranha para a presidência da nova Província não podia ser mais acertada. Dados os seus conhecimentos das necessidades vitais da região, o ardor de suas atitudes *sempre* claras e a atividade desinteressada que revelara na obtenção da grande medida pleiteada pelo povo da comarca, ninguém, no momento, com melhores credenciais para o alto cargo. Estava naturalmente indicado”<sup>218</sup>.

Tenreiro Aranha se preocupou com o povoamento, sugerindo a fundação de colônias militares nas fronteiras. A agricultura “lhe mereceu carinhosa observação e especial cuidado”; ele se destacou por ter sido pioneiro na indicação do “plantio da hevea, na previsão do que ela seria tempos adiante”, procurou restaurar algumas indústrias, reanimou o comércio, inclusive baixando um regulamento para tal atividade que incorria em tolher “ao grande princípio da liberdade de negócios”, mas as condições urgentes da Província “desculpavam a medida”. A imagem criada por Arthur Reis se propunha tão pura que qualquer ato do herói histórico, passível de crítica, merecia ser justificado. Pois, “infatigável, Tenreiro Aranha tinha a atenção sempre voltada para o bem público”<sup>219</sup>.

“A província, como se percebe, tinha a administrá-la um homem de energia, que guardava em si as qualidades de construtor, de organizador. Embora, só muito vagarosamente poderia levantar-se de todo, a não ser que o governo central se dispusesse a auxiliá-la eficientemente”<sup>220</sup>.

---

<sup>215</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 191.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 190.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 193, 194 e 195.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 196.

Os dois modelos de governantes eleitos por Arthur Reis tiveram suas qualidades maximizadas de tal modo que parecem utópicos. Em comum, Lobo d'Almada e Tenreiro Aranha possuem as qualidades que os indicariam naturalmente ao cargo. Eram desinteressados em usar o cargo em benefício próprio; olhavam a questão indígena com atenção; o primeiro procurando vencer os nativos através da docilidade e o segundo cuidando de pacificá-los “favorecendo-os no que pleiteavam, animando-os ao trabalho e ao respeito aos diretores que, por lei, os governava” <sup>221</sup>. E, principalmente, tinham em comum o fato de terem de deixar o cargo não por conveniências políticas ou por possíveis incompetências, mas porque foram alvo de injustiças causadas por intrigas políticas, no caso de Tenreiro Aranha; e de invejas que atingiram Almada, tendo sua fama de bom administrador crescido tanto que D. Francisco de Souza Coutinho, governador do Pará, “não tremeu em criar-lhe os maiores embaraços e em infamá-lo junto à metrópole” <sup>222</sup>. Ambos deixaram seus cargos políticos porque foram alvos de calúnias e difamações. Competentes como foram, dentro da perspectiva da construção historiográfica de Arthur Reis, a imagem desses dois grandes ícones deveria permanecer incólume.

Desse modo, a história escrita por Arthur Reis, como temos demonstrado até agora, visava um fim prático na medida em que pretendia implantar nas novas gerações o ideal de civismo proclamado por Álvaro Maia, sendo necessária a representação de figuras históricas portadora de virtudes e de caráter inquestionável. A *História do Amazonas* visava incorporar novos valores à sociedade através da história, na mais perfeita expressão da *historia magistra vitae*. Através dessa proposta, Reis se distanciou da moderna busca da verdade proclamada por Capistrano de Abreu, próximo que estava de Álvaro Maia e num contexto mais amplo das proposições de Francisco Adolfo de Varnhagen <sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> Ibidem, p.194.

<sup>222</sup> Ibidem, p.146.

<sup>223</sup> O primeiro capítulo desse trabalho, principalmente as páginas 49, 50 e 52, discute rapidamente a busca da verdade em Arthur Reis que se distancia da proposta de Capistrano. Afonso de Taunay, seguidor de Capistrano, na mesma linha de pensamento de seu mestre propunha que o historiador deveria se libertar do seu ponto de vista moderno e aceitar que “os séculos transformam fundamentalmente o conjunto de idéias que formam o caráter nacional ou o caráter de uma época”, portanto “imparcialmente” o historiador deveria tratar do tema que era relevante para a época e não aquele que se apresentasse como significativo para ele no presente. (ARAÚJO, Karine Anhezine de. Op. cit. p. 42) O exposto no presente capítulo também corrobora com a afirmativa desse distanciamento de Arthur Reis em relação a busca da verdade histórica perseguida por Capistrano e por seus seguidores.



## 2.2 “MESTRE DOS MOÇOS”

Pelo que indicam as missivas recebidas por Arthur Reis, sua missão de ensinar aos moços amazonenses foi cumprida, em parte, já na década de 1940. Através das cartas, pode ser verificado o nível de influência que exercia sobre seus conterrâneos. Foi um intelectual manauense que buscou seu espaço e, ainda, muito jovem saiu de Manaus rumo a Belém, trocando uma capital em situação intelectual não tão privilegiada por outra, à época, vista como mais promissora. Belém simbolizava o primeiro passo para quem queria se deslocar rumo a um “novo mundo”, pois servia como ponto de partida para os que queriam alçar vôos mais altos, que levariam ao grande centro Sul/Sudeste. Acerca da importância de Belém na carreira dos que queriam galgar melhores postos, escreveu Moacyr Dantas a Arthur Reis em 1941:

“(…) Estimo saber que há possibilidade na minha ida até ahi, por conta da Prefeitura de Belém, para passar algum tempo fazendo estudos nos arquivos paraenses. (...) *O essencial é sahir daqui com a garantia de um mez. O resto virá depois. (...) Peço-lhe também todo o seu prestígio.*(...) Calcule a dor de cabeça dessa gente daqui, caso eu saia a convite do Prefeito de Belém! Imagine as caras...”<sup>224</sup>

O primeiro e mais importante passo era sair de Manaus, símbolo de atraso cultural e intelectual. O sucesso viria, conseqüentemente, com os contatos feitos em Belém, possibilitando maiores realizações, nos grandes centros, sonho de grande parte dos estudiosos amazonenses:

“Creio que Waldir já deve ter passado por aí. Este pode dizer-se que triunfou. Levado por seu esforço e trabalho, conseguiu atingir à meta de seus sonhos. Irá aos Estados Unidos sorver o supra-sumo da ciência que professa. E voltará, naturalmente, com uma nova mentalidade das coisas,

---

<sup>224</sup> Carta recebida de Moacyr Dantas de Manaus em 07 de maio de 1941.

sem a estreiteza de ambiente e de clima que vivemos e sem a involução que sofremos, principalmente na nossa terra natal. Infelizmente a verdade é dura e crua. Já que não o podemos acompanhar, resta-nos, a satisfação espiritual de vê-lo sair de um vale e meter-se num vastíssimo oceano, onde tudo é grande e belo. Onde não há limites na mentalidade, porque essa acompanhou as fronteiras extensas do desenvolvimento econômico e intelectual. Acompanhou de perto as fronteiras naturais que tomaram contato com outros povos. Ele haverá de elevar o nome de nosso Estado à altura que merece, embora este não tenha culpa de ser mal orientado. O Amazonas é sempre o Estado sofredor e mais tristes são ainda os seus filhos, que são comparados às aves de arribação, nunca estão bem onde nascem – não podem de forma alguma se sujeitar ao mimetismo, porque aqui nada valem ou valem menos do que os estranhos. Para que possa progredir é necessário ir-se do torrão natal. Eis porque Waldir ganhou 100% de vantagem e também porque todos nós ambicionamos sair daqui, mesmo até para outros Estados, contando que não vegetemos mais com os outros. E também porque o senhor triunfou aí e lá fora. E agora granjeou muitíssimo mais do que se aqui estivesse”<sup>225</sup>.

Arthur Reis havia conquistado um passo para a tão sonhada escalada rumo a outros centros; de Belém recebeu provas da admiração dos amigos amazonenses. Moacyr Dantas continuou, através das cartas, dando a medida da importância do grande historiador amazonense. Mencionando, em carta ainda de 1939, sobre o livro que estava escrevendo, pediu a Reis que escrevesse seu prefácio:

“E o prefácio? Como vai? Nem o Dr. Álvaro Maia, nem o Jorge Andrade, nenhum leu os originais, pois somente quero dar-lhes depois de encadernados, juntamente com o prefácio.

---

<sup>225</sup> Carta recebida de Walter Vieiralves de Manaus em 22 de setembro de 1943. Grifo meu.

Isso é apenas um desejo de mostrar que minha obra recebeu o aplauso do mestre de estudos amazônicos. Nada mais”<sup>226</sup>.

Dantas dispensava ao “Dr. Arthur Reis” um tratamento respeitoso e formal, ao mesmo tempo em que expressava um nível íntimo de amizade entre os dois; amizade baseada na admiração pelo historiador que, apesar do pouco tempo de experiência, já figurava como grande exemplo a ser seguido, como expressou seu discípulo: “Dr. Arthur Reis, (...) Estou resolvido a seguir-lhe os passos, senão publicando obras, ao menos escrevendo-as para eu próprio ler”<sup>227</sup>.

André Araújo também expressou sua admiração por Arthur Reis, elegendo sua obra como grande contribuição aos amazonenses:

“Recebi o seu magnífico livro “A política de Portugal no vale amazônico”, que muitíssimo lhe agradeço. (...) li-o todo de um fôlego só, pois o que você escreve tem o dom de atrair o espírito daqueles que sabem apreciar a erudição.(...) Pretendo escrever breve um trabalho de apreciação ao seu livro, que bem merece o acolhimento que tem tido nas rodas intelectuais do Paiz. Essa obra veio afirmar mais uma vez as suas grandes qualidade de historiador e sociólogo. (...) O Amazonas, ou melhor, o Brasil, já deve ao seu talento uma das maiores contribuições em prol das futuras gerações”<sup>228</sup>.

*A Política de Portugal no Vale Amazônico* era o livro do momento, publicação recente com a qual presenteava os amigos, como fez com a *História do Amazonas*, mas tendo o autor muito mais renome e reconhecimento nas rodas intelectuais do país. Antonio Maia, prefeito de Manaus em 1940, expressa sua opinião acerca das obras do autor que se tornara motivo de orgulho para os amazonenses:

---

<sup>226</sup> Carta de Manaus em 5 de março de 1939.

<sup>227</sup> Carta de Manaus em 23 de abril de 1940.

<sup>228</sup> Carta de Manaus em 8 de abril de 1940.

“Prezado e ilustre amigo Arthur Cezar, (...) Tenho grande satisfação em acusar recebido o exemplar da nova e magnífica obra de sua autoria intitulada “A política de Portugal no vale amazônico” (...) Suas obras representam para o Amazonas um verdadeiro patrimônio histórico-cultural, já pela realidade descritiva dos seus entrecos, já pela escolha feliz dos seus temas”<sup>229</sup>.

Moacyr Dantas continuou asseverando sobre a importância que o “mestre dos moços”, Dr. Arthur Reis, tinha junto à intelectualidade, e de como suas opiniões possuíam grande valor no meio intelectual amazonense. Reis o orientava em relação aos trabalhos que estava escrevendo, e este, querendo se mostrar digno dessa orientação, muitas vezes interpelava e desafiava o mestre:

“Recebi sua carta, onde me falava a respeito do estudo que escrevi sobre o problema do índio na Amazônia. Diz o senhor que entre o regime de colonização inglês e espanhol com o português, há grande diferença. Concordo. Apesar disso, espero seus ensinamentos, no artigo que vai escrever, para então me convencer de que *havia humanidade na colonização do homem português*. Disse, no meu artigo, que a política da Corte era toda de proteção e de amparo ao índio. As leis que a Metrópole nos mandava, todas elas, eram de caráter benigno. Não neguei isso. Neguei apenas que elas fossem adotadas aqui. A culpa da desumanidade existente, portanto, não cabe a administração, mas somente ao colono em si. Não acha que tenho alguma razão?”<sup>230</sup>.

Moacyr Dantas queria ser convencido por Arthur Reis, de que havia humanidade na colonização portuguesa, dando a entender que havia recebido deste, através de carta, tal afirmativa. Isso só confirma o que temos exposto quanto à defesa que Arthur Reis fez da colonização, o que, aliás, salta aos olhos na leitura da sua obra pelo leitor mais desavisado.

---

<sup>229</sup> Carta de Manaus em 13 de fevereiro de 1940.

<sup>230</sup> Carta de Manaus em 17 de junho de 1940.

Nesse sentido, não há como deixar de relacioná-lo a Varnhagem. José Carlos Reis trabalhou com clareza essa questão na *História Geral do Brasil* de Varnhagem, demonstrando que “o olhar de Varnhagem sobre a história do Brasil é... o olhar do colonizador português”<sup>231</sup>. A colonização foi vista por este “como bem-sucedida, trouxera a civilização européia, a religião cristã e tornara produtiva uma região abandonada e desconhecida. Portugal integrou o Brasil na rota da ‘grande história’”<sup>232</sup>. Nessa questão, a diferença entre ambos, era apenas que Arthur Reis em vários pontos reconheceu as atrocidades cometidas pelos portugueses, mas as justificou, sendo, desse modo, conivente; enquanto que Varnhagem defendeu com mais contundência, tendendo mesmo, a não reconhecer a violência praticada, em muitos momentos, durante o processo de colonização. Conforme José Carlos Reis, Varnhagem defendeu

“...como sempre o colonizador: eles não matavam e escravizavam os índios! Não sejamos tão injustos com os nossos antepassados! Eles não podem se defender! Se houve excessos, foram punidos. Os donatários se comportaram bem com os indígenas! Eles procuraram cooptá-los, defendê-los, tutela-los, cristianizá-los. A força só foi usada contra os mais ferozes. O tipo índio, na verdade, ele afirma, desapareceu mais em virtude de cruzamentos sucessivos do que do verdadeiro e cruel extermínio”<sup>233</sup>.

Mas, retornando às cartas recebidas por Arthur Reis de Moacyr Dantas. Nessa relação de embate produtivo, em 30 de abril de 1941, Dantas suplicou pelo apoio de Reis ao seu trabalho e se propôs a retribuí-lo publicando críticas aos seus livros *Lobo d’Almada* e *D. Romualdo de Sousa Coelho*. Essa carta também expressa possíveis rejeições dos governantes e da imprensa às realizações de Reis, que merecem ser investigadas em momento apropriado.

“Dr. Arthur Reis

---

<sup>231</sup> REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 33.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p.32.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p.40 e 41.

(...) Sei que o Mario Ipiranga e o Aderson de Menezes vão publicar criticas, muito favoráveis a respeito da minha tese. Mandarei ambas , para que o senhor veja como está sendo encarada, pelos moços daqui, uma vitória de moço. Não esqueça de que a sua opinião escrita sobe até nós todos como uma afirmação única. Peço, por isso, sua opinião. (...) Já deve ter sabido de que fiz aproximação com o Abelardo Condurú e em um almoço intimo, em casa dele, esclareei a situação em que vivemos no Amazonas. Interessante a admiração que ele sentiu ao saber que “o mestre dos moços” (o Dr. Arthur) era visto com pouco apreço pelos governantes da terra e até por gente de imprensa. (...) Logo que receba o seu livro publicarei algo. Não se espante com o que escreverei. O seu “Lobo d’Almada” e o “D. Romualdo de Sousa Coelho” serão retratados. Mas retratados à minha maneira. O Mario Ipiranga também escreverá a respeito”<sup>234</sup>.

Mas é de 1943 a carta que dá maior ênfase à missão de orientador de Arthur Reis:

“Creio que estou em grande falta com o ilustre Professor. De vez enquanto tenho sabido de noticias agradáveis acerca de sua personalidade e procurado ter contacto com a sua família aqui.(...) Sentimos a sua falta, quando pela vez primeira saiu daqui. Era o nosso mentor intelectual. Não somente nosso como da mocidade amazonense. Esta foi que mais sofreu com a sua falta. Hoje não tem aquela orientação nos traçados de estudo com a que sempre lhe acudia nos momentos mais precisos. Acha-se atualmente desunificada, dispersada, melhor. Talvez hoje já tivéssemos grupos bastante aproveitáveis, centros de estudos e especializações. Justamente é a nossa grande falta. Não possuímos nem grupos, nem centros de estudos e menos ainda especializações. Por que? Por falta de um orientador, de um mentor da mocidade. Esta era a sua grande função aqui em

---

<sup>234</sup> Carta de Manaus em 30 de abril de 1941.

Manaus. Cobia-lhe a missão árdua, mas dignificante porque seriam reflexos de sua personalidade...E nos vimos forçados a ficar sós, sem a sua assistência e sem a sua aquilatada orientação”<sup>235</sup>.

Em 1944, Geraldo Pinheiro também reverencia o mestre:

“Caro prof. Arthur Reis  
Sua carta, datada de Belém, deu-me a satisfação esperada, pois é sempre com alegria que noto o mesmo entusiasmo e amor, da parte do mestre, pelos assuntos de nossa terra. Grato pela leitura dos meus trabalhos e o oferecimento de sua orientação, para minha pessoa, desde os bancos de escola, tão valiosa e indispensável”<sup>236</sup>.

Desse modo, a proposição de Arthur Reis foi em grande parte cumprida, pois através do prestígio que alcançou com a produção incansável de trabalhos historiográficos conseguiu influenciar parte dos moços amazonenses, proposta da sua *História do Amazonas*. As cartas recebidas dos amigos de Manaus, de modo geral, davam notícias do meio intelectual local, deixando latente a sensação de abandono pela qual passava a região em termos intelectuais. Arthur Reis representava o “sucesso”, na medida em que estava conseguido despontar nos círculos intelectuais dos grandes centros do país.

Num conjunto de cartas recebidas entre os anos de 1944 e 1949, fica notório o que temos afirmado. Manaus ainda era, na visão de seus intelectuais, um ambiente provinciano e a narrativa contida nas cartas que expressavam com pesar a situação do local tinha o objetivo de compartilhar a situação de penúria pela qual passava a cidade, mas também visava receber alguma ajuda do “mestre dos moços”. Afinal, este estava em contato com pessoas que representavam o ápice da produção intelectual do país, e os manauenses que se correspondiam com Arthur Reis pareciam ávidos em participar desse círculo, como demonstra essa carta de Walter Vieiralves:

---

<sup>235</sup> Carta de Walter Vieralves de Manaus em 10 de fevereiro de 1941.

<sup>236</sup> Carta recebida de Geraldo Pinheiro de Manaus em 13 de setembro de 1944.

“Continuo a ser um fervoroso admirador de seus trabalhos e de seu valor pessoal. Seu nome, aqui em Manaus, ainda é de vez em quando lembrado por antigos discípulos, amigos e por todos os que vêm, indiscutivelmente o seu valor. Parece, que, quanto mais se distancia, mais se aproxima o seu contato, a falta que faz na orientação das gerações novas e no aprumo dos futuros destinos de nossa triste Terra. Faz anos que o professor daqui saiu, *amargurado pelo meio sórdido*, ingrato e fartamente hipócrita. Também outros já tomaram a mesma resolução. Agora, é minha vez. Saturado das decepções administrativas que diariamente presenciamos, do retrocesso da civilização e do ambiente extremamente oposto à nossa mentalidade, é que resolvi ir com minha pequena família residir em São Paulo. Creio que o prezado amigo é conhecedor do meio e do ambiente que ora temos atravessado aqui. Nada se faz, nada se constrói, nada se produz. Tudo se vê. Parece a lei de Lavoussier ao contrário. E assim, com os mesmos propósitos seus e dos que se seguiram, outros virão atrás de mim, decepcionados com os homens daqui. O Amazonas sempre é o Estado que fica no extremo. Até na interpretação da mentalidade sempre é o último a compreender o progresso. Em outros Estados a mentalidade nova está em franco desenvolvimento e trabalho. Aqui, ainda continuam os partidarismos improdutivos e que tem por finalidade tornar o Estado do Amazonas sempre na retaguarda da retaguarda. Vejo-me, como filho daqui, a decidir o dilema irrefragável, emigrado do Estado ou sucumbir. Eu vou optar pelo audacioso de sair daqui, onde tudo é farsa e por este motivo é que nada temos e nada somos. Parece incrível esta realidade que se anuncia pelo lado oposto. Mas, porque temos uma política de tapeação, de embromação é que permanecemos sempre iludidos e nos iludindo a nós mesmos. Eis porque prezado professor, dentro em breve, deixarei a nossa Terra na esperança de me divorciar completamente dela, de me desligar de todos os seus vínculos, para não mais participar



dessa inércia material e moral que assola os nossos responsáveis pelo retrocesso do Amazonas<sup>237</sup>.

A expressão “de vez em quando”, usada pelo autor da carta, para as lembranças que os manauenses tinham de Arthur Reis, não diminui absolutamente, o valor que o mesmo tinha para sua região. O próprio autor da carta menciona a falta que Arthur Reis fazia na orientação às novas gerações. Mas, o que realmente queremos destacar dessas relações são as descrições de uma Manaus que estava pedindo socorro, como sugere essa missiva de Geraldo Pinheiro:

“Felizmente tenho a registrar para o mestre e amigo que o ambiente de Manaus está se modificando a contento. Como deveis saber, eu, Nunes, André, Ypiranga e outros fundamos há alguns meses o Instituto de Etnologia e Sociologia do Amazonas, reunindo um grupo de elementos mobilizáveis visando, exclusivamente, a terra e os seus problemas culturais. O ideal seria a criação de um centro de estudos amazônicos para abranger toda a preocupação de estudar o que é nosso. Estamos em pleno movimento e tudo leva a crer que venceremos a apatia do meio e a indiferença dos responsáveis pelo destino de nossa terra. Esperamos contar com vossa preciosa orientação no desenvolvimento de nossas pesquisas”<sup>238</sup>.

Geraldo Pinheiro apresentou a criação de um novo Instituto, como paliativo à situação de “apatia” pela qual passava a cidade. Com outras palavras, mas, expressando a mesma situação, Djalma Batista reiterou:

“O Amazonas, que não o compreendeu, permitiu-lhe ao menos isto: que, com a sua (digamos a palavra certa) expulsão, lhe fossem abertas novas perspectivas aos labores intelectuais, e muito mais ampla projeção perante o Brasil. O país todo está lhe concedendo aquilo que *a província*

---

<sup>237</sup> Carta recebida de Walter Vieiralves de Manaus em 18 de janeiro de 1944.

<sup>238</sup> Carta recebida de Geraldo Pinheiro de Manaus em 09 de agosto de 1944.

*mesquinha* lhe negou. Abstraindo o travo inelutável da mágoa que deve pungi-lo, por sem dúvida, convenhamos que a vantagem foi sua, foi do Brasil e foi também do Amazonas, onde não havia clima espiritual para a ampliação, que agora se corrobora, dos horizontes de sua vida. (...) Meus parabéns, pois, meu abraço fraterno e amigo, de congratulações pelas suas merecidas vitórias. Esteja certo de que eu e muitos moços, que lhe somos gratos e lhe conhecemos o quilate da inteligência, o acompanhamos daqui, na sua escalada ascensional, com o melhor do nosso carinho e da nossa simpatia.<sup>239</sup>

Num misto de admiração por Arthur Reis, descontentamento com a situação local e pedido de ajuda intelectual, as cartas indicam a importância do manauense que havia dado um passo em busca de alçar maiores vôos:

“Recebi a tua amável notícia de haver a minha tese sido aprovada com “grandes louvores” aí no Congresso. Mas os grandes louvores não serão porventura bondade tua? Sei que devo agradecer a sua imediata preocupação, pois de outro modo não creio que ela tivesse sido tão louvada. Mas como quer que seja, foi para mim uma surpresa agradável a tua notícia telegráfica. Espero que tenha gostado da representação amazonense no Congresso. Ao menos não se diga que ficamos no esquecimento, e você, meu nobre amigo, não se esqueça de para o futuro procurar levar-me pela mão até essa gente, que nós desconhecemos como *provincianos* que somos”<sup>240</sup>.

De forma mais explícita, Mário Ipiranga, na carta citada acima, contou com o amigo, para sua inclusão, como era comum no interior da “barganha saudável” que ocorria de um modo geral, entre os intelectuais do país, como foi mostrado no capítulo anterior desse trabalho. Anísio Jobim também contava com Arthur nesse mesmo sentido:

---

<sup>239</sup> Carta recebida de Djalma Batista de Manaus em 25 de outubro de 1947.

<sup>240</sup> Carta recebida de Mario Ipiranga Monteiro de Manaus em 11 de maio de 1949.

“Respondo sua última carta que me deu muito prazer. E creia, estou admirado da sua invejável capacidade de trabalho, em se tratando de coisas difíceis, e em que entra em grande cópia a pesquisa bem dirigida. (...) Fico-lhe muito obrigado por tudo. Desejo ingressar como sócio correspondente do Instituto Histórico Brasileiro. Você será o braço que me guiará a essa altura <sup>241</sup>.

Em suma, esse conjunto de cartas exposto, demonstra ao menos três situações para os objetivos aos quais nos propomos: 1º) Os méritos colhidos por Arthur Reis entre os intelectuais manauenses, cumprindo o objetivo citado na *História do Amazonas* de educar a nova geração de sua terra “no exemplo dos homens que passaram” <sup>242</sup>; 2º) As queixas feitas por seus amigos em relação à situação da intelectualidade local, inclusive retratando-a como província, e sua população como sendo de provincianos, termos pejorativos usados respectivamente por Djalma Batista e Mário Ipiranga, denotando o lugar de inferioridade ocupado pela cidade em relação aos grandes centros de produção literária ; 3º) E consequentemente essas queixas assumiam a função de um pedido de ajuda a um autor da “terra” que, pelo trabalho realizado e pelo papel que já ocupava junto à intelectualidade brasileira, representava um possível e provável apoio aos seus pares.

Arthur Reis foi incumbido e assumiu o papel de “padrinho” da intelectualidade manauera. Sendo ao longo do tempo considerado pelos seus amigos e intelectuais manauenses, como exemplo de profissional e refúgio à falta de estrutura em termos de incentivo à pesquisa pela qual passava a cidade. O Padre Raimundo Nonato Pinheiro quando tratou dos “Aspectos evolutivos do IGHA”, escrito em 1967, retratou bem essa situação:

“Arthur Cezar Ferreira Reis marca uma fulgurante moldura nessa casa, que lhe dedicou um salão e lhe apôs o retrato no dia da sua solene reinauguração. *Seu amor ao Instituto vem de longa data. E sem sua passagem pelo governo do Estado, tão benéfica ao progresso cultural do Amazonas não teria*

---

<sup>241</sup> Carta recebida de Anísio Jobim de Manaus em 27 de fevereiro de 1949.

<sup>242</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas...** p. 13.

*... sido possível a recuperação desta Casa, e mais do que sua recuperação, sua prodigiosa opulência*”<sup>243</sup>.

A despeito do tom de lisonja contida nessas declarações, as mesmas denotam a importância que Arthur Reis continuou a ter para as gerações moças do Amazonas, pois em 1967, muitos anos depois de sua primeira publicação e agora com o peso de ter sido governador do Estado, recebia ainda mais os louvores pela atuação junto aos intelectuais locais. O Boletim do IGHA de nº 03 expõe a situação de abandono da Instituição e a falta de investimento das autoridades, realidade melhorada quando da passagem de Arthur Reis pelo Governo:

“Era o Governo Revolucionário do Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, que assumia as rédeas do Estado, era o Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas que estava no poder e numa visita que fez, a nosso pedido, a “Casa da Memória Amazonense”, num domingo, acompanhado da esposa e que constatou a miséria e sua decepção foi incontida, sentiu também a revolta e vendo a necessidade por que passávamos deu-nos uma ajuda de dois milhões de cruzeiros velhos, com a qual, num alento de satisfação, pudemos evitar, em parte, a queda desastrosa de nosso rico Salão Nobre...”<sup>244</sup>

Enfim, trinta e seis anos depois de sua primeira publicação, Arthur Reis ainda com mais força continuava a ser o “mestre dos moços”, certamente que com alguns desafios<sup>245</sup>, porém mantendo sua posição de destaque iniciada na década de 1930 com a edição de sua primeira obra. Na década de 1940, encontramos-lo, visto através das cartas recebidas, como grande historiador a oferecer um auxílio aos colegas no campo das idéias. Em 1967, depois de ter passado pelo governo, foi reconhecido por poder contribuir também com a estrutura

---

<sup>243</sup> PINHEIRO, Raimundo Nonato. “Aspectos evolutivos do IGHA”. In: Boletim do IGHA de 1967. Edição Comemorativa ao Cinquentenário de Fundação do Instituto.

<sup>244</sup> Boletim do IGHA, nº 03, de 1967.

<sup>245</sup> O próprio Álvaro Maia, anos depois da proximidade que teve com Arthur Reis, parece ter se tornado seu desafio. (Em carta recebida de Genesino Braga de Manaus em 01 de janeiro de 1940, este teceu comentários negativos quanto à Álvaro Maia, sugerindo um possível desencanto de Arthur Reis para com aquele).

física da Instituição que representava o Centro do conhecimento geográfico e histórico da região.

### 3.1 HISTÓRIA DO AMAZONAS: “ORGULHO DOS AMAZONENSES”

“O leitor da *História do Amazonas* chega ao fim das duzentos e sessenta páginas maciças, que compõem o livro, com uma noção clara, vivaz do nosso *drama civilizador*, das nossas conquistas, dos nossos sofrimentos, da nossa grandeza e da nossa glória”<sup>246</sup>.

A *História do Amazonas* assumiu a função de representante maior da historiografia amazonense entre os intelectuais locais. Veio para preencher uma lacuna e foi recebida como trabalho mais “completo” comparado aos poucos escritos anteriormente. Afinal, “antes o Amazonas ainda não tinha escrita a sua história sistematizada. Havia escritos e crônicas fragmentárias, esparsos, muito difícil de reunir, e de ler”. A *Cidade de Manaus* e a *Corografia do Amazonas*, respectivamente de Bertino de Miranda e de Agnello Bittencourt, são apontadas por Anísio Jobim como únicas publicações antes da *História do Amazonas*. A primeira “de tão sintética é mais um arcaibouço de história, como chamou o seu preclaro autor”, e a segunda “condensa grandes estudos”. Mas foi Arthur Reis “mostrando uma cultura superior, um cabedal científico extraordinário” quem “organizou a história do Amazonas”<sup>247</sup>.

Anísio Jobim escreveu sua crítica sobre a *História do Amazonas*, no jornal de propriedade do pai de Arthur Reis, onde este era redator. E pelo grau de amizade que ambos nutriam mutuamente, a crítica, obviamente, só ressaltou os aspectos positivos da publicação, com todos os elogios “merecidos” pelo autor do livro. Entretanto, não deixa de ser uma crítica útil ao que propomos desenvolver, na medida em que ressalta o tom de pioneirismo do trabalho e junto com a crítica de Agnello Bittencourt, também publicada no Jornal do Comércio, demonstra mesmo que rapidamente o tipo de leitura que foi feita da obra.

Apesar de ter sido uma obra de grande importância, a *História do Amazonas* recebeu apenas três edições. A primeira de 1931, a segunda de 1989 e a terceira de 1998. “Que dizer sobre a estranha ocorrência de um livro, publicado no ano de 1931, em Manaus, logo se esgotando, (...) permanecer nas sombras, quando, por sua importância, deveria ter aparecido

---

<sup>246</sup> JOBIM, Anísio. “História do Amazonas”. Jornal do Comércio. Manaus, sex. 23/10/1931.

<sup>247</sup> Ibidem.

sucessivamente nestes longos tempos que se contam em mais de meio século?”<sup>248</sup>. Esse questionamento feito por Leandro Tocantins quando da terceira edição da obra, pode ser respondido possivelmente, menos pela falta de procura pela obra do que pelo envolvimento do autor com outras publicações, visto que a *História do Amazonas* foi a primeira de um grande número de obras publicadas por Arthur Reis. Ao menos é o que expressa a carta de Genesino Braga, então diretor da Biblioteca Pública dos Estado, recebida por Arthur Reis em 1944:

Que está preparando, você, agora? Não pretende reeditar a “História do Amazonas”? Havia muito andava em luta para obter um exemplar para a Biblioteca, onde dele se fazia muita procura e eu ficava um tanto vexado para explicar que não tínhamos. Cheguei a anunciar nos jornais. Finalmente consegui comprar um exemplar já bastante usado, por Cr\$ 120,00. Mande encadernar e está prestando bons serviços, principalmente aos americanos, que muito o procuram. Um capitão aviador americano, na impossibilidade de adquirir um exemplar, chegou a pagar Cr\$ 200,00 a uma datilógrafa nossa para copiar alguns capítulos que o interessavam. Penso que uma reedição valeria a pena. Esta é, pelo menos, a opinião de um Bibliotecário, esse obscuro intermediário sem lucros entre o produtor e o consumidor de lucros.<sup>249</sup>

Em 1972, portanto, antes da segunda edição da *História do Amazonas*, uma reportagem do Jornal A Crítica sob o título *Arthur Reis, um dos mais procurados na Biblioteca*, visava informar ao público sobre os espaços, acervos e funcionamento da Biblioteca Pública. Entre as informações sobre os livros mais procurados, o jornal informou: “A História do Amazonas, de autoria do professor Arthur Cezar Ferreira Reis, ex-governador do Estado, é o mais procurado, seguido de Oliveira Lima”<sup>250</sup>. Sem informar maiores detalhes, a reportagem sugere a importância para o público amazonense da primeira obra de autoria de Arthur Reis, ainda que este já tivesse publicado diversos outros trabalhos.

---

<sup>248</sup> TOCANTINS, Leandro. Arthur Cezar Ferreira Reis: da História ao governo de seu Estado. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1998.

<sup>249</sup> Carta de Genesino Braga a Arthur Reis de Manaus em 30 de dezembro de 1944.

<sup>250</sup> “Arthur Reis, um dos mais procurados na Biblioteca”. Jornal A Crítica, Manaus, 10 de março de 1972.

Inicialmente, quando da primeira publicação, o livro surgiu como obra de um “menino”, o jovem Arthur Reis, que apesar da pouca idade, como visto na introdução deste trabalho, já atraía muitas expectativas quanto ao seu potencial intelectual. A tenra idade trouxe aos apresentadores da sua obra à imprensa local, os já referidos Anísio Jobim, Agnello Bittencourt e Alberto de Castro e Carlyle de Chevalier a preocupação de validar seu trabalho. Carlyle de Chevalier foi bem específico quanto a essa questão:

A juventude desse elegante escritor, viçosa e reverberante, sempre esteve a serviço dessa invulgar paciência do pesquisador da História, quer Universal, quer particularmente do Amazonas.

Não lhe faltaram, contudo, pela agravante incongruente da mocidade florida de estudioso, as turras e os cochichos dos mosqueteiros da perfídia insidiosa, que os há em toda parte, guiados ali pela senilidade apavorante de um velho rebutalho da quadrilha Rego Monteiro, ainda escapo – sabe Deus como – da vergasta necessária dos homens dignos do Amazonas com o só intuito de empanar o brilho da vitória decisiva que o ilustre historiador alcançou merecidamente.<sup>251</sup>

O cenário é de intrigas políticas, mas não iremos entrar no mérito da questão para não desviarmos do foco principal. O quadro que temos é de um grupo disposto a legitimar o trabalho de Arthur Reis, posto à prova por determinado segmento da sociedade manauense que duvidava de tal trabalho saído da “pena” de um tão jovem escritor. Alberto de Castro e os demais escritores citados publicaram suas críticas em 1931, antes de Chevalier, e expressavam a mesma necessidade de legitimar o trabalho do jovem escritor.

(...) fui lendo grande parte do livro, tendo podido formar uma segura opinião sobre esse belo espécime da nossa cultura regional, a História do Amazonas de autoria do esforçado e apreciado jornalista, que é o Dr. Artur Cezar Ferreira Reis, um dos mais jovens e distintos intelectuais do Amazonas.

---

<sup>251</sup> CHEVALIER, Carlyle de. “História do Amazonas”. Jornal O Imparcial. Manaus, 01 de janeiro de 1932.



Muito moço admirei a temeridade do gênero literário com que se estreava, pois demanda de uma pena forte, que vá gravando, imperturbável e friamente, os atos, os feitos, as cousas e os fatos de um povo, conservando completamente independente a sensibilidade natural, do pensamento que vai delineando a idéia e traduzindo-a para o papel <sup>252</sup>.

No texto de Anísio Jobim se faz presente também a apresentação de um autor “no verdor dos anos”, mas com um “cabedal científico extraordinário” <sup>253</sup>. Agnello Bittecourt, na mesma linha de pensamento, anunciou que acabava de sair

(...) a História do Amazonas, da lavra do Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis. O seu jovem autor, (...) sempre teve um especial pendor uma natural vocação para o estudo da História. (...) Obra de um espírito moço, mas ponderado, está destinada à consagração dos que lhe quiserem fazer justiça (...) <sup>254</sup>.

A palavra jovem e moço foram unanimidades entre as publicações de críticas favoráveis ao trabalho, mas sempre acompanhadas de adjetivos que tornavam a pouca idade apenas um detalhe diante de tamanha competência enxergada pelos seus críticos admiradores.

Essas críticas visavam apresentar o trabalho ao público local, desfazer qualquer dúvida em relação à qualidade do trabalho, devido a pouca idade do seu autor, para então tornar o livro um arauto da história Amazonense. Afinal, a conjuntura que o Estado atravessava diante da consolidação da crise da borracha <sup>255</sup> afligia seus intelectuais que buscavam uma saída e uma forma de se impor no contexto nacional <sup>256</sup>.

---

<sup>252</sup> CASTRO, Alberto de. “História do Amazonas”: de Arthur Cezar Ferreira Reis. *Jornal do Comércio*. Manaus, 25 de outubro de 1931.

<sup>253</sup> JOBIM, Anísio. “História do Amazonas”. *Jornal do Comércio*. Manaus, sex. 23/10/1931.

<sup>254</sup> BITTECOURT, Agnello. *Op. cit.*

<sup>255</sup> Capítulo 2 deste trabalho, p. 38.

<sup>256</sup> Caberia aqui uma discussão sobre regionalismo devido à necessidade da população local em ter um representante diante da posição “periférica” que ocupava em relação ao “sul maravilha”. As quatro críticas sobre a obra a apresentam como portadora de um conhecimento necessário aos de fora do Estado. O Brasil deveria conhecer o Amazonas.

Assim, a *História do Amazonas* cumpriu a função de “criar” a primeira sistematização mais completa da história do Estado, estruturando um conhecimento que seria “vendido” ao Brasil; e de forjar pontos de vista acerca de determinados temas que foram aceitos como verdade pelos seus críticos. O texto de Alberto de Castro congrega todas essas expectativas em relação à obra:

*Irmanou a sentimentalidade regional com o sentir pessoal, lançando deste Paraíso Verde, cheio de encantamentos, de riqueza e de mistério, a Vitória Régia dos anaes amazonenses através das multidões da terra brasileira, onde ainda – caso original – o Amazonas é tão pouco apercebido e tão mal e indevidamente apreciado, quer no seu próprio valor, quer no heroísmo de seus filhos, quer nas suas manifestações de alegria ou de amargura, passando através dos tempos e dos fatos, altivo, forte, dedicado e leal, sempre resignado e cheio de fé e de esperança*<sup>257</sup>.

O sentimento regional estava ferido; o Brasil não dava a devida atenção às coisas do Amazonas, apesar deste estar sempre “cheio de fé e esperança”, como antes já propunha Álvaro Maia. Aliás, essa discussão está inteiramente relacionada com a do capítulo anterior. Arthur Reis e sua *História do Amazonas* foram produtos de um momento em que o Estado atravessa a fase final das agruras da crise da borracha, tendo sido depositário de um ideal de civismo que visava reerguer o Estado, ainda que, no campo intelectual. Sua primeira obra foi, de certo modo, porta-voz de um grupo que almejava notoriedade além das fronteiras do Norte do país:

O livro *História do Amazonas* incontestavelmente é um triunfo e fará sucesso; será um *paladino da terra amazonense*; uma vibração da alma heróica da nossa gente, ecoando galhardamente ao longo dos esmaltes floridos da selva e do sussurro das torrentes prodigiosas, levando o canto da vitória através do azul onde cintila o Cruzeiro, esculpindo na etérea página do infinito, seus feitos, suas

---

<sup>257</sup> CASTRO, Alberto de. Op. cit.

glórias e suas dores, em caracteres de brilhante imortalidade, revivendo e palpitando nessas páginas o altruísmo da vida regional e, de certo, da grandeza nacional <sup>258</sup>.

O livro foi recebido como representante maior da história amazonense, orgulhando os seus filhos, por imortalizar os seus feitos e torná-los mais que um mero “conjunto social”:

A obra é um ensinamento e uma revelação; tem forma, tem qualidades, demonstrando cultura e proficiência; tem equilíbrio na exposição; tem todos os requisitos para, com justiça, ser recebida com aplausos, com encômios, e tornar-se *orgulho dos amazonenses*, pelos aspectos, pela originalidade e pelo assunto em que culminam fatos que ilustram, engrandecem e imortalizam um povo.

E um povo sem história, não é precisamente um povo; não passa de um mero conjunto social que vive e passa com espetros; e o Amazonas tem história, e tanto que Artur Reis acaba de brilhantemente a escrever e publicar <sup>259</sup>.

Sendo uma obra que assumiu lugar de destaque no espectro de parte dos intelectuais amazonenses e tendo seu autor crescido em importância para o seu Estado, cabe a discussão em torno dos principais temas por ele abordados, visto que foi uma fonte produtora de determinados eixos de “verdade” que permearam a visão da população local sobre a sua história, isto é, muitas das representações construídas por Arthur Reis na sua *História do Amazonas* receberam status de “verdade” dos seus leitores e merecem ser vistas mais de perto.

---

<sup>258</sup> CASTRO, Alberto. Op. cit.

<sup>259</sup> Ibidem.

### 3.2 HISTÓRIA DO AMAZONAS: TEMÁTICAS E ABORDAGENS

Vê-se, pelas páginas da *História do Amazonas* que os *arautos da civilização* ibérica haviam despertado bem cedo, para a luta, que logo tiveram, de dividir o território e chamar à sua fluência e posse as grandes riquezas sonhadas e, depois verificadas nessa parte da América <sup>260</sup>.

Agnello Bittencourt ressaltou o fio condutor da *História do Amazonas*: a busca pela civilização, isto é, a trajetória dos “grandes homens” que a tornaram possível. Como visto, ainda que de forma resumida, no primeiro capítulo deste trabalho, Arthur Reis desenvolveu toda a sua argumentação, defendendo a colonização que, afinal, teria sido a responsável por tirar o Amazonas do estado de barbárie no qual se encontrava antes da chegada dos europeus e no qual ainda permaneceu por longo tempo, sendo motivo de trabalho duro para os colonos e missionários.

As temáticas eleitas para essa discussão são exatamente os esteios com os quais o autor sustentou a obra. A relação índios/sertanistas/missionários, cheia de intempéries, deveria resultar na civilização. Nosso autor transferiu para as personagens históricas seus anseios pelo civismo e sua preocupação com a formação de uma consciência de pátria que não eram próprias do contexto histórico que estudou, mas fazia sim, parte do seu tempo presente.

Assim, é de fundamental importância compreender quais foram as representações construídas por Arthur Reis em torno dos indígenas, sertanistas e missionários, sendo estes os responsáveis pela “salvação” daqueles do estado de barbárie em que se encontravam. Que lugar o autor deu em sua obra a esses três grupos ainda que tenha tratado deles de forma genérica? A resposta para essa questão tem dupla finalidade: a) desvendar que tipo de história Arthur Reis colocou em prática tendo sempre em vista que suas análises foram gestadas e compartilhadas por um grupo de intelectuais locais e, portanto nos dá a dimensão de como a região foi pensada nesse período; b) dada a importância da obra e compreendendo de que forma o autor construiu suas representações acerca dessa temáticas, estaremos mais próximos de chegar às formas de apropriação que os leitores locais fizeram dessas questões. Mas, essa é apenas uma sugestão para futuros trabalhos.

---

<sup>260</sup> BITTENCOURT, Agnello. Op. cit. Grifo meu.

Impregnada das propostas de Álvaro Maia, a *História do Amazonas* lançou as bases para a construção de uma forma de pensar a história amazonense que, conforme Anísio Jobim, trouxe à tona assuntos desconhecidos “ou rapidamente tratados pelos cronistas”<sup>261</sup>; e pela repercussão que a obra alcançou, certamente essas bases permearam a visão de história local, tornando-se presentes no conjunto da população.

Iremos em busca das representações construídas por Arthur Reis na *História do Amazonas* acerca da imagem dos três grupos que participaram do processo de colonização do Amazonas que resultaria na tão esperada civilização. Como a proposta do autor não era discutir diretamente a história indígena sob pena de tornar o trabalho “maçudo”<sup>262</sup>, não encontramos na obra definições claras da visão que o mesmo possuía em torno dessa temática. Entretanto, ao longo da obra e de forma dispersa encontramos alguns indícios do modo como o autor pensava esse nativo.

De um modo geral, em vários trechos, como seria esperado, visto que o autor defende a colonização, o indígena foi apresentado como um impeditivo à colonização/civilização<sup>263</sup>. Portanto, legitimamente sujeito às formas que fossem necessárias para civilizá-lo. O *bárbaro*, *selvagem*, de *costumes rudes*, como Arthur Reis preferia denominar os nativos, precisava ceder aos novos hábitos impostos pelos colonos e missionários a fim de que se completasse a obra civilizadora.

Longe de ter formado uma concepção homogênea, Arthur Reis, deu uma conotação ao nativo ora como “selvagem”, que precisava ser “domado”; ora como “menos bárbaro”, isto é, o índio bom que de algum modo contribuiu para o processo colonizador. No primeiro caso eram os que se impunham ao avanço dos sertanistas e missionários, sendo por isso merecedores de justa punição. Como pode ser visto quanto tratou do tratamento enérgico de “Gonçalo Pizarro [que] não poupava um só indígena que lhe caísse às mãos. Assinalava a passagem em rastros de sangue. Os índios que lhe mentiam nas informações pagavam caro a *ousadia*, queimados em vida ou entregues aos cães que lhes dilaceravam as carnes e as devoravam”<sup>264</sup> Esta questão está evidenciada no capítulo anterior deste trabalho quando tratamos da exaltação de Reis aos colonizadores, sem imputar-lhes falta quanto ao massacre que realizaram contra os nativos.

---

<sup>261</sup> JOBIM, Anísio. Op. cit.

<sup>262</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. P. 35.

<sup>263</sup> Colonização/civilização: os termos vêm acompanhados porque durante a narrativa de Arthur Reis percebemos que conta a história da colonização, porém, com o fim maior de chegar ao seu ápice, isto é, a colonização, estando, portanto um termo relacionado ao outro.

<sup>264</sup> REIS, Op. cit. p. 42.

No segundo caso estão os nativos que, de certa forma, até auxiliavam na colonização, não apresentando resistência aos sertanistas e/ou missionários. Ainda sobre a expedição de Gonçalo Pizarro antes de se separar de Francisco de Orellana, Reis asseverou: “A expedição lançou-se de novo pelo desconhecido. Beirando o Coca, foi sair entre nativos que, menos bárbaros, cobrindo-se em vestes de algodão, conheciam o milho que empregavam no fabrico do pão. *Pizarro socorreu-se deles...*”.<sup>265</sup>

Quando construiu um rápido panorama da atuação de Portugal no primeiro século de colonização que lançou “as bases de um grande império-colonial”, Arthur Reis teceu uma narrativa perfeita do empreendimento português. Após o estabelecimento do sistema de Governo-Geral, para o autor, a partir daí deu-se início à colonização com segurança e eficiência. Os bandeirantes avançaram pelo sertão “dilatando o território”. Foram fundadas as primeiras cidades ao longo da costa e no sertão surgiram os primeiros povoados. O comércio com Portugal era praticado de forma intensa. O gado “espalhava-se em fazendas florescentes” e até “*o próprio selvagem prestava o seu concurso, deixando-se aldear*”. Nesse caso, apesar de ter usado a denominação de selvagem para esses nativo, fica evidente que os mesmos contribuíam para a colonização, o que os torna co-participantes do processo que levaria a civilização<sup>266</sup>.

No ponto onde relatou as demarcações de terras feitas por portugueses e espanhóis na Amazônia, frisou que os demarcadores contaram com a “bondade” dos nativos. Na expedição demarcadora de 1782, portugueses e espanhóis discutiam qual seria “o verdadeiro curso da grande artéria diante das várias extensões fluviais”.

Corriam nesse desencontro de opinião as verificações quando violenta epidemia de febre assolou o rio. Os demarcadores, impossibilitados de fugir-lhe aos efeitos, atingidos por ela, *socorreram-se dos índios* Coretus que se revelavam cheios de caridade cercando os enfermos de cuidados extremos<sup>267</sup>.

Os missionários também aprenderam com o nativo que na compreensão de Arthur Reis, quando “menos bárbaro” deixaram sua contribuição:

---

<sup>265</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. P. 42. Grifo meu.

<sup>266</sup> Idem, p. 38.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 138. Grifo meu.

Desde o primeiro instante, *recebendo a lição do nativo*, tinham aprendido a aproveitar as riquezas que lhes oferecia a terra, regada pela maior corrente d'água doce que o mundo conhece. As reservas piscosas, os frutos selvagens, a caça dos matos, toda, enfim, a cozinha indígena, entrara a ser aceita, saboreada, com grandes desvantagens para a alimentação européia, que fora sendo posta de banda <sup>268</sup>.

Em outro momento, quando tratou da população da Capitania de São José do Rio Negro, também ressaltou a contribuição dos nativos: “essa gente toda alimentava-se da caça, da pesca e dos produtos naturais, que *os índios ensinavam* a aproveitar em vinhos saborosos. A cozinha européia desprestigiava-se dia a dia” <sup>269</sup>.

Esse posicionamento de Arthur Reis de forma a não generalizar quanto à barbárie do nativo, possivelmente estivesse ligado com sua preocupação em resgatar aspectos positivos dos nativos, já que foram das relações desses com os brancos que surgiu “os fundamentos da família amazonense” <sup>270</sup>. Tendo em vista que estava sistematizando um pensamento sobre a história do Amazonas que se pretendia servir às novas gerações, de algum modo os nativos tinham que ser valorizados; afinal, eles estavam na base da formação da população do Amazonas. Talvez daí venha a explicação para corroborar com a exaltação ao mito Ajuricaba, pois de que forma explicar tamanha admiração de Arthur Reis a um guerreiro nativo que impôs resistência à colonização/civilização que tanto procurou destacar em sua narrativa? Era preciso incluir um típico “amazonense”, ou o “grande amazônida” <sup>271</sup> no rol de “grandes homens” que estava criando na *História do Amazonas*. Interessante como Arthur Reis descreveu os Manaus de forma diferenciada como a merecer, junto ao seu líder Ajuricaba, as glórias da resistência ao invasor:

Indômitos, assinalando a presença pela força das armas, esses ameríndios destacavam-se no volume das gentes, por que se impunham às demais, exigindo-lhes vassalagem, obrigando-as a sujeição. Não lhes tendo sido possível dominar os Cararais, do Cauauri, esmagaram-nos

---

<sup>268</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>271</sup> Dessa forma Agnello Bittencourt preferiu denominar Ajuricaba.

completamente. (...) Votavam a mais decidida aversão aos brancos conquistadores que vinham subindo o rio e contra o qual se defenderam sempre. (...)

Povo, inegavelmente, superior a quantos correram a bacia, o elogio dele está no respeito com que o olhavam as autoridades régias (...) <sup>272</sup>.

Os nativos foram exaltados devido sua resistência à conquista, diferente do que aconteceu ao longo do restante da narrativa, onde os índios só foram bem vistos quando auxiliaram os conquistadores. Quando tratou de Ajuricaba, os “brancos conquistadores” referidos na citação acima não são os heróis da civilização antes revelados, mas agora estes especificamente faziam parte da massa de sertanistas que cometeram desatinos os mais variados na caça ao índio. Os heróis, diferentes dessa massa de sertanistas, foram antes colocados acima de qualquer suspeita. Como vimos no capítulo anterior deste trabalho, quando tratamos da preocupação de Reis em eleger “grandes” sertanistas, mas, esses sertanistas contra quem os Manaus guerreavam estavam imbuídos de uma “faina violenta de fazer escravos. Faina de tal modo violenta que de Portugal o monarca ordenara ao governador Christóvão da Costa Freire que tomasse cuidado, empenho, em fazer evitar tamanhos desacertos que resultavam mal para a religião e para o Estado” <sup>273</sup>. Diante da “avançada criminosa” desses sertanistas com o fim de obter escravos, “os Manaus entenderam que só os recursos da força. Formou-se, por esse tempo, a maior confederação ameríndia da Amazônia. Todos os Manaus, obedecendo ao sentimento de *justa repulsa* ao sertanista preador, se dispuseram a continuar na guerra que os tinha tornado famosos e respeitados” <sup>274</sup>. Enquanto em outros momentos Arthur Reis justificou a ação dos sertanistas quanto à dizimação de nativos, nesse caso fez o inverso, pois justificou a ação dos nativos quanto à sua repulsa ao sertanista. O importante era contar a história do “nosso drama civilizador, das nossas conquistas, dos nossos sofrimentos, da nossa grandeza e da nossa glória” <sup>275</sup>; e Ajuricaba fazia parte dessa glória, elevado que foi à galeria dos “grandes homens”. Afinal, “mais adiante, por meados do século XVIII, em pazes, em fusão com os

---

<sup>272</sup> REIS, op. cit. p. 93.

<sup>273</sup> Idem, p. 94. De um modo geral os sertanistas foram considerados por Arthur Reis juntamente com os missionários como responsáveis pela grande obra colonizadora, mas quando necessário, como nesse caso em que o alvo de interesse era Ajuricaba, ajustava a narrativa desvalorizando aqueles em função destes.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>275</sup> JOBIM, op. cit.



povoadores, aquietados, para muitos perdido o ânimo vibrátil, guerreiro, deram origem aos mais antigos troncos da sociedade amazonense”<sup>276</sup>.

Mais um motivo, talvez o principal motivo, para que Arthur Reis corroborasse para a legitimação do mito Ajuricaba. Se os Manaus estavam na origem da sociedade amazonense, eles não poderiam estar representados na *História do Amazonas* sem o devido exemplo de heroísmo que Arthur Reis pretendia deixar para os moços do Amazonas. Aliás, nessa questão o autor da *História do Amazonas* também mostrou a sua dívida para com Álvaro Maia que, em sua *Canção de Fé e Esperança*, conclamava a mocidade para reagir às opressões, animado pelo exemplo de Ajuricaba:

Somente o esplendor dessa hora febril, clarinando em nossos horizontes pela redenção, teria o milagre de acordar na alma da mocidade as energias adormecidas vertendo-lhe aquele desapego que levou Ajuricaba à rebelião e à morte, dos modos supremos de reagir às opressões e às tiranias, quer partam de estranhos violando a integridade do solo, que partam de homens da mesma raça poluindo as reservas do Estado, pelo engano aos que o servem com desinteresse, pelo afastamento dos que o defendem com patriotismo.<sup>277</sup>

Embevecido por esse sentimento de exaltação à Ajuricaba, Arthur Reis narrou de forma emocionada seus feitos. Das três grandes aldeias existentes num dos afluentes da margem esquerda do rio Negro

Em uma delas era principal o já distinguido Ajuricaba, que a sua gente amava e temia, escreveu um cronista. “A natureza o tinha dotado com ânimo valente, intrépido e guerreiro”. Filho de Huiuibéue, dos maiores chefes do Manaus, neto de Caboquena, que votava o mais decidido ódio aos portugueses, Ajuricaba, segundo a lenda, “era robusto, forte e corajoso”. “As filhas dos Tocanos e Bares o disputavam”. Escolhera, porém para companheira “a mais bela cunhatã dos Tariás poderosos”. Herdando do avô a aversão ao branco conquistador, abandonara a casa paterna por discordar da

---

<sup>276</sup> REIS, op. cit, p. 93

<sup>277</sup> MAIA, Álvaro. *Canção de Fé e Esperança*. In: **Poliantéia**, p. 147.

aliança firmada com eles por Huiuibéue. Regressara para vingar-lhe o assassínio, praticado pelos estrangeiros cobiçosos, malvados. Ninguém com melhores títulos, pois, para dirigir a luta.<sup>278</sup>

Arthur Reis que em outros trechos da narrativa não escondeu sua admiração pelo sertanista português, abriu essa exceção desmerecendo os portugueses em nome do líder guerreiro do povo dos quais os amazonenses são descendentes. Apresentou, portanto, com orgulho a bravura de Ajuricaba contra o invasor:

Ajuricaba, que se criara a ver o modo violento por que tratavam os seus, deu então o grito de rebeldia. Até 1727, à frente de centenares de bravos, guiou-os no combate ao invasor das terras, enchendo de pavor as posições portuguesas e pondo em perigo o domínio da velha nação ibérica. (...) ia levando a destruição até aldeamentos de ameríndios, quando os sabia aliados aos portugueses. Castigando esses nativos, escravizava-os, incendiava-lhes os povoados, assinalando-se em sangue e fogo. Noutras ocasiões entrincheirava-se em estacadas de pau-a-pique, a modo das fortificações dos conquistadores, desafiando-os, certo de que não seria atacado, o que de fato jamais ocorreu, dado o ardor por que se batia.<sup>279</sup>

Entretanto, apesar de aberta essa exceção em prol do nativo, o desfecho do acontecido para Arthur Reis não poderia ser outro. Ajuricaba foi elevado a um nível de heroísmo, devendo ser lembrado pelo exemplo de bravura, mas a resistência por ele liderada “na verdade, não podia perdurar (...), do contrário Portugal teria de perder a Amazônia à rebelião de todas as nações indígenas, levadas à guerra justa pelo exemplo de energia da gentildade rionegrina”<sup>280</sup>.

O governador Maia da Gama conseguiu autorização para realizar guerra justa contra os Manaus e os Mayapenas comandada por João Pais do Amaral. Ajuricaba foi preso. “A

---

<sup>278</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>280</sup> Ibidem, p.97.

lenda informa que houve choque violento. De parte a parte, muito heroísmo.” Ou seja, novamente é regatado o louvor aos portugueses por estarem retomando a “ordem” na Amazônia que de outro modo seria perdida. Mas, Ajuricaba teve um fim digno de um verdadeiro herói: depois de preso, sendo transportado até Belém ainda rebelou-se “ameaçando seriamente a tropa de Pais do Amaral” que reagiu dominando a rebelião e, “depois de muito sangue vertido, para não sujeitar-se às humilhações do inimigo, ufano da vitória, lançou-se com outro principal às águas do oceano fluvial que tanto amava”<sup>281</sup>.

O fim trágico do herói Ajuricaba não poderia ser outro, visto que a colonização/civilização deveria continuar. Assim,

Os resultados de todo esse esforço dos portugueses não custaram. Os povoados, os aldeamentos carmelitas começaram a prosperar. Castigados severamente, sem chefe que os levasse a novas correrias, os próprios Manaus cederam, (...), atendendo aos carinhos dos religiosos. O principal Camandari, (...) aceitou a catequese, concordando, mais, na descida de outros principais com o que ficou organizada a aldeia de Mariuá, hoje Barcelos, *logo povoada por duas mil almas*<sup>282</sup>.

Os nativos menos bárbaros já faziam parte do “sistema” de colonização enquanto que os selvagens precisavam ser inseridos nesse “sistema”. Por isso, a visão de Reis sobre esses nativos está dividida basicamente nesses dois grupos, os selvagens e os menos bárbaros, com exceção ao mito Ajuricaba, em favor de quem modificou a forma como vinha qualificando esses nativos. Porque Ajuricaba, apesar de nativo, possuía uma elevada noção de resistência de modo organizado que pressupunha certo grau de inteligência. Inclusive, Arthur Reis atribuiu a Ajuricaba o título de ter sido “um dos primeiros a batalhar pela liberdade da América”<sup>283</sup>, ou seja, apesar de impor resistência aos portugueses os Manaus não foram enquadrado na categoria de bárbaros por terem de algum modo apresentado organização na forma de resistir na luta pela liberdade. Dessa forma, transformou a tentativa de libertação que os Manaus empreenderam em relação aos sertanistas como algo maior, atribuindo um

---

<sup>281</sup> Ibidem, p.98.

<sup>282</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. p.99.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 93.

sentimento que não era próprio dos nativos. Aliás, esse anacronismo está também em vários outros pontos da sua narrativa, quando atribuiu o patriotismo de modo impróprio a algumas personagens históricas.

Quanto à legislação indigenista, Arthur Reis argumentou que a mesma apenas serviu para “significar o interesse das autoridades portuguesas, inegavelmente impressionadas e dispostas a amparar os direitos do ameríndio”<sup>284</sup>, porque na prática não era cumprida, visto que era “interpretada ao sabor dos interessados, ora missionários, ora sertanistas”. Sendo que os primeiros utilizam a persuasão e esses últimos faziam o uso da força para arregimentar o nativo. Ora Arthur Reis justificou as atrocidades cometidas pelos sertanistas, ora reconheceu os direitos dos nativos ressaltando o papel positivo de Portugal nesse sentido, e acusou os missionários e sertanistas de interpretar a legislação ao sabor dos seus interesses. Porque como vimos, os indígenas “menos bárbaros” era, em muitos casos, úteis ao processo colonizador. Esse indígena compôs a sociedade amazonense, sendo por isso, importante revelar sua contribuição ao longo da história.

Isto revela que, apesar de justificar os desmandos dos sertanistas em relação aos nativos, não tinha um posicionamento anti-indígena; apenas estava em busca de narrar as glórias da colonização/civilização<sup>285</sup>. Tarefa realizada em grande parte devido ao trabalho dos missionários que retiraram o nativo da vida nômade “pacificando-o, civilizando-o”.<sup>286</sup> Portanto, não deixou explícita uma clara aversão aos nativos; de um modo geral, qualificou-os de acordo com a situação, como selvagens, nesse caso considerando ilegítimo que lutassem pela sobrevivência; mas em outros pontos, considerou a contribuição dos nativos, reconhecendo-os como legítimos donos das terras.

Quanto aos sertanistas, explorados no capítulo anterior deste trabalho, foram, na concepção de Arthur Reis, os responsáveis pela colonização, pelo desbravamento de territórios, sendo por seus grandes feitos, dignos de títulos os mais louváveis. Entretanto, em

---

<sup>284</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>285</sup> Neste ponto Reis manteve uma distância em relação à Varnhagem. Segundo Pedro Puntoni Varnhagem que na juventude “defendera, ainda que de forma mitigada, o estudo e ensino da cultura indígena como maneira de expressão da nacionalidade”, depois de uma viagem ao interior de São Paulo, quase atacado por índios na estrada, “desde então, resolvera assumir seu antiindianismo. Assim se expressou Varnhagem: ‘pouco depois, nos fins deste mesmo ano, perdi repentinamente todas as ilusões poéticas em que a respeito dos mesmos índios estava, e comecei a meditar e a pensar muito mais séria e positivamente acerca deles’”. PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagem e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCÓS, István. Brasil: **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Editora Hucitec, 2003. pp. 633-675.

<sup>286</sup> Ibidem, p.72.

alguns momentos foram chamados de preadores e impetuosos, necessitando dos missionários para contê-los.

Os missionários foram os responsáveis por trazer os nativos à civilização através da fé cristã, usando, portanto, de meios mais brandos. Na medida em que portugueses “numa atividade digna de especial menção” iam penetrando lugares de difícil acesso

as relações com os nativos, espalhados aos milhares às beiras dos rios, custando a vida de homens dessas entradas, mostravam a necessidade de trazer as tribos ao convívio da civilização européia. As ordens religiosas num afã bendito, encarregaram-se da tarefa.<sup>287</sup>

Aos desmandos dos sertanistas apresentou-se a figura do missionário, uma espécie de tutor dos nativos. Porque após a viagem de Pedro Teixeira, quando “começou o devassamento do território amazonense”, a “caça ao índio” foi intensificada.

Mas desde D. Sebastião, uma série de leis procurava protegê-lo, defendendo-lhe os direitos à liberdade como legítimo dono da terra. (...) Apesar dos rigores, os abusos eram constantes. Os sertanista, nas suas penetrações, reduziam à escravidão quantos indígenas encontravam, estivessem ou não nas condições exigidas pela lei. Os nativos, assim subtraídos à liberdade, carregados aos montões, para Belém, eram vendidos aos moradores por preço marcado pelo governador e pela câmara. Tinham de escravizar-se-lhe por dez anos, findo o que deveriam regressar as aldeias, determinação jamais cumprida e mesmo revogada, ilegalmente, em deliberação tomada numa junta reunida em Belém para violar os dispositivos da legislação. (...) A chegada dos jesuítas a Belém fez surgir os primeiros obstáculos a essas operações.

288

---

<sup>287</sup> Ibidem. P.56.

<sup>288</sup> Ibidem. P. 65 e 66.

Nesse contexto, o missionário apareceu para remediar a situação enfrentada pelo nativo, passou a ser seu porta-voz junto a Portugal. “O padre Antonio Vieira, desprezando ameaças e perseguições, levou à corte portuguesa as vozes de súplica da raça que se extinguiu”. A partir de então, as tropas de resgate desaceleraram, dando lugar aos descimentos, através dos quais os jesuítas estavam autorizados a penetrar a selva e fazer descer “aldeias inteiras”, a fim de aumentar os povoados.

Era, sob certo aspecto, ainda o cativo, porque os missionários os retiravam da vida nômade a que estavam habituados, trazendo-os, nas reduções, ao regime do trabalho organizado, metodizado, de todo estranho a eles. Embora, havia muitas vantagens. Essas criavam-se, com a nova situação, na *brandura do tratamento*. Os catequistas, a pouco e pouco, suavemente, venciam o ânimo vibrante ou desconfiado do nativo, conquistando-o, matando-lhe as irreverências condenadas pela religião, transformando-lhe os costumes rudes em usos civilizados, brandos, *salvando a raça* ameaçada com as investidas violentas dos sertanistas e os tratos bárbaros infligidos nas fazendas, nos sítios agrícolas, nas ocupações domésticas dos moradores de Belém a São Luís <sup>289</sup>.

Como sugere nos textos citados anteriormente, Arthur Reis lançou seu posicionamento de acordo com a situação. Em alguns momentos o nativo foi apresentado como entrave, por isso seus direitos eram o que menos importava. No entanto, quando da narrativa sobre os missionários, foi necessário reconhecer os direitos dos nativos como os verdadeiros “senhores da gleba” <sup>290</sup>, os sertanistas como carrascos e os missionários como os

---

<sup>289</sup> Ibidem, p. 66. Grifo meu. Nesse ponto Arthur Reis compactuou com os demais intelectuais que viam a necessidade de o nativo ser tutelado.

<sup>290</sup> Varnhagem não compactuava com a idéia de o nativo ser o verdadeiro dono da terra, como sugeria os adeptos do romantismo indianista. É o que mostra Puntoni transcrevendo as próprias palavras de Varnhagem: “Ignorantes! Não sabeis que esta gente nômade, e sem assento fixo; e que só aproveita do território enquanto nele acha caça? E quem diz que esta raça, que está bravia, não veio em grande parte ao Brasil repelida do Peru à força pelos Pizarros e Almagros?” Cf. PUNTONI, Op. cit. p. 651. Diferentemente de Varnhagem na forma de abordar a questão indígena, Arthur Reis justificou as atrocidades dos portugueses contra os nativos enquanto que Varnhagem defendeu abertamente o uso da força para se sobrepor à barbárie. Arthur Reis adotou uma postura menos agressiva, mas, se analisada detidamente pode ter tido efeitos semelhantes ao da proposta de Varnhagem.

intermediários entre estes e aqueles, sendo as figuras que “salvariam” os nativos tanto no plano espiritual quanto no material, no que dizia respeito às práticas violentas dos sertanistas. Isto é, nesse ponto foi necessário reconhecer os direitos dos nativos, não por causa deles mesmos, mas para que os missionários aparecessem como seus auxiliares.

Os missionários exerceram um papel extremamente importante na colonização/civilização, devendo, por isso serem incluídos na categoria dos “grandes homens”. Como expõe Arthur Reis, em 1657 os padres Francisco Velozo e Manoel Pires partiram de São Luís “para missionar no Amazonas”, situação narrada em carta por Antônio Vieira.

À partida dos invictos propagadores da fé, a oratória de Vieira não escondera as dificuldades da jornada. Todo um cortejo de provações fizera desfilar animando-os, por fim, com exemplos de abnegação que buscou à história, e lembrando-lhe os deveres da Ordem, comprometida na salvação da alma daqueles infiéis do sertão.<sup>291</sup>

Os dois missionários obtiveram grande êxito, “a visitação ao Amazonas e ao Negro até os Tarumás, frutificando, rendeu seiscentos cativos e descidos”. Fundaram a missão dos Tarumás, “considerada de grande importância”, tendo sido por isso, visitada pelo “próprio provincial dos jesuítas, padre Francisco Gonçalves, missionário de proclamadas virtudes”. Tomando as palavras de João Lucio de Azevedo, Arthur Reis prosseguiu ressaltando os méritos do padre Gonçalves:

apóstolo encanecido nas conversões, perito na língua da terra; tão modesto que por bagagem só tinha uma canastra, em que guardava o cilício, disciplinas e livros de casos de consciência que não dispensava para as dúvidas do confessor; um dos prediletos do céu, que tinham renunciado a aclamação de D. João IV<sup>292</sup>.

---

<sup>291</sup> REIS. Op. cit. p. 67.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 67.

A ausência de bens materiais conferia legitimidade às ações desinteressadas do padre. Entretanto, nem sempre foi essa a visão de Arthur Reis, que mais à frente reconheceu nos religiosos, ações com fins lucrativos.

Das ordens religiosas que realizaram esse trabalho civilizador, nenhuma pode se “igualar aos carmelitas, a quem cabem, sem dúvida, as maiores glórias na obra gigantesca de civilização inaugurada no sertão amazonense”. Sua preferência pelos carmelitas, ele mesmo justificou por terem sido esses os que “criaram quase todos os povoados do rio Negro”, os que foram além das corredeiras, fundaram também aldeias no rio Branco e continuaram o trabalho de Samuel Fritz no Solimões. Apesar de não poder citar com segurança o nome de todos os carmelitas “que tanto lustre deram à Ordem”, Reis elegeu alguns, entre eles Frei José da Madalena, “considerado sacerdote de inatacáveis virtudes e de energia construtora” e que

Sabendo triunfar, sobre os costumes rudes daquelas gentes primitivas, pela cordura no trato, imprimindo-lhes confiança, defendendo-os da voracidade com que se apresentavam os sertanistas, à sua palavra amiga, convencedora, aos seus gestos de desprendimento, foram cedendo os ímpetos de vingança da gentildade.<sup>293</sup>

Arthur Reis construiu uma história que se pretendia ética, por isso, não tentou camuflar os problemas existentes nas investidas dos missionários, assim se referindo aos carmelitas:

Acusavam-nos e acusam-nos de exploradores da energia dos nativos, à custa da qual enricaram a Ordem, comerciando os produtos da lavoura e da indústria extrativa. Acusam também de tamanha culpa os jesuítas, os mercenários. *Mesmo aceitando o ataque, é preciso convir que sem esses religiosos a ocupação do vale amazônico não se teria registrado sem muitas centenas de vidas perdidas e com tanta*

---

<sup>293</sup> Ibidem, p.74.



presteza. A raça teria desaparecido no embate com os sertanistas.<sup>294</sup>

Foi a obra dos missionários que possibilitou “a realidade esplêndida observada por viajores” que se depararam com um quadro admirável onde “floresciam os povoados. A indiada vivia contente. Havia ordem e progresso”<sup>295</sup>. “Progresso”, entretanto alcançado com inúmeras dificuldades. Arthur Reis não deixou de, em vários momentos, destacar a resistência dos nativos que “roubou vidas preciosas”, inclusive dos próprios catequistas, “obrigando o governo a movimentar forças para castigar os rebeldes”<sup>296</sup>.

Enfim, Arthur Reis precisava resolver uma questão, que talvez não estivesse bem resolvida nem para ele mesmo. Num primeiro momento precisava reconhecer que o nativo era selvagem e bárbaro para poder justificar a colonização/civilização, mas ao mesmo tempo reconhecer as dívidas dos colonizadores para com estes, que contribuiriam de várias formas com o processo colonizador: socorrendo os europeus em alguns casos, e introduzindo a culinária indígena em outros casos. Assim, de um modo geral, os índios foram bárbaros, mas Reis abriu algumas exceções para atribuir sentimentos “nobres” aos mesmos.

Em alguns pontos os missionários apareceram como heróis íntegros, mas em outros, os documentos mostraram que os mesmos agiram de acordo com interesses materiais e nesse ínterim Reis reconheceu seus interesses, mas tratou de justificá-los, “resolvendo” o problema.

Os sertanistas foram, juntamente com os missionários, os heróis da colonização; entretanto, os missionários precisaram defender os nativos das atitudes impetuosas daqueles. Então em tese, na narrativa de Arthur Reis, apareceu o índio bom, que contribui de algum modo com a colonização, e o índio mal, ou bárbaro, que se opôs ao processo colonizador. O missionário foi, na maioria das vezes, íntegro, desinteressado, mas quando assim não agiu houve justificativas para tal. Em meio aos sertanistas, saltaram alguns nomes tornados heróis por Arthur Reis; entretanto, quando necessário os missionários precisaram defender os nativos da impetuosidade dos sertanistas. Enfim, nativos, sertanistas e missionários foram qualificados, de um modo geral, os dois últimos como heróis, e os primeiros como selvagens; mas, em ambos os casos, nosso autor abriu algumas exceções, heroicizando o nativo Ajuricaba e apontando exageros por parte de missionários e sertanistas, ainda que justificando os seus atos.

---

<sup>294</sup> Ibidem, p.75.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>296</sup> Ibidem, p.83.

As relações entre esses três grupos, pensadas por Arthur Reis, fazem todo o sentido, se tivermos claro que o fim principal do autor era narrar a história de uma grande saga colonizadora. Tudo em nome da civilização que seria o ápice da narrativa. Arthur Reis escreveu acreditando na evolução de um povo que, deixando seu estado primitivo alcançaria um estágio de civilização confirmando o progresso. Como fez questão de deixar claro, seu livro apresentava “um quadro da *evolução amazonense* até os primeiros dias da República”<sup>297</sup>.

Partiremos então para o que era o objetivo principal do autor: a civilização. Em meio aos problemas enfrentados para que chegasse a civilização ao Amazonas, Arthur Reis ressaltou os méritos alcançados:

O Alto Amazonas, finda a luta [autonomista]<sup>298</sup>, arrastava-se em penúria. Toda a atividade agrícola desaparecera. A população diminuía consideravelmente. (...) Tudo desorganizado, fazia-se muito mister muita atividade e patriotismo para levantar a comarca.

[Mas, mesmo com todos os problemas] A comarca até 1852, quando se realizou o sonho de autonomia dos amazonenses, teve progresso sensível diante do quadro desolador que oferecia. Manaus desenvolveu-se<sup>299</sup>.

Esse desenvolvimento era sentido devido ao aumento da população, que “cresceu para 8.300 almas”; devido à “certa vida comercial”; algum desenvolvimento na educação com a fundação do Seminário de São José com capacidade para trinta alunos e devido à paz que o Alto Amazonas vivenciava em termos político. Ainda que de Airão para cima a situação fosse desoladora, porque os povoados estavam por desaparecer, outras vilas como Tefé e Luzéa “tiveram desenvolvimento”<sup>300</sup>.

A partir da instalação da Província Arthur Reis apontou algumas dificuldades no campo educacional, por conseguinte na vida intelectual prejudicando as atividades artísticas e literárias, que eram pouco desenvolvidas porque os intelectuais não tinham incentivos; pelo contrário, “o meio, muito acanhado, não lhes dava margem a demonstrações, antes lhes

---

<sup>297</sup> Ibidem, p.35.

<sup>298</sup> O autor se referia a Cabanagem.

<sup>299</sup> Ibidem. p. 181.

<sup>300</sup> Ibidem. p. 182.

asfixiando as manifestações”<sup>301</sup>. Dificuldades também eram enfrentadas nos campos da agricultura, da indústria e o comércio<sup>302</sup>. Manaus “de feição totalmente colonial, cortada de igarapés, carecia de reformas que a tornassem uma capital”<sup>303</sup>. A Província como um todo

no extremo norte do Império, por isso mesmo quase que desligado dele, tomando conhecimento da vida da nação com esforço, sem progresso intelectual e material, desorganizado em sua economia, (...) exigia muito patriotismo e atividade de seus governantes<sup>304</sup>.

Entretanto, ainda que de forma tímida, alguns “progressos” foram alcançados nos setores administrativos e judiciários. A ordem foi restabelecida. Depois da Cabanagem não ocorreram “agitações políticas que fizessem perturbar a ordem pública”. Por que “a índole do homem da Amazônia, influência de fatores mesológicos, repelia as demonstrações violentas”. Diferente do que ocorreu no Nordeste e no Sul, onde as lutas partidárias “tinham epílogo trágico, em mazorcas e assassínios frios”<sup>305</sup>. Enfim, o elogio nesse ponto estava na situação de “ordem” pública alcançada graças à contribuição do amazonense ao não demonstrar ímpetos violentos. Mais uma vez, a intenção era deixar à sua geração a impressão de serem descendentes de homens naturalmente “bons”, devendo seus exemplos serem imitados. Por isso, mesmo registrando as dificuldades que a região atravessou ao longo da sua história, o propósito maior era resgatar quão grandiosos foram seus homens que, em meio a tantas intempéries, venceram o meio e alcançaram “ordem” e “progresso”, construindo cidades em meio à selva.

Um dos problemas enfrentados, mesmo após a instalação da província, foi o do povoamento; entretanto, “os homens da Província, embora cientes do que ele significava, olharam-no sem grande interesse”<sup>306</sup>. O povoamento ia vagarosamente acontecendo de forma espontânea. “Nem uma iniciativa, porém, de caráter oficial, não obstante o clamor de

---

<sup>301</sup> Ibidem. p. 206.

<sup>302</sup> Ibidem, p.194.

<sup>303</sup> Ibidem, 195

<sup>304</sup> Ibidem, p. 196.

<sup>305</sup> Ibidem, p. 199.

<sup>306</sup> Ibidem, p. 218.

Tavares Bastos, mostrando, no parlamento imperial, a urgência de medidas em prol civilização da Amazônia”<sup>307</sup>.

Mesmo com a ausência do poder público,

O povoamento prosseguiu, sempre crescente, vindo da Província vizinha. Pioneiros destemerosos, reconhecendo locais próprios à exploração de produtos naturais, regressavam aos centros onde podiam recrutar colonos, formando grupamentos grandes com os quais iam ocupando as margens das correntes fluviais. Dos mais famosos desses pioneiros foi o cidadão José Manoel da Rocha Tury, que se localizou no Purus e no Solimões, fundando em 1862 à esquerda deste, o povoado de Codajás. A esse tempo, a fama da riqueza amazônica passava fronteiras provocando gerais atenções nas outras Províncias, de onde principiou a encaminhar-se uma corrente imigratória. A leva de Rocha Tury já viera seduzida por tais notícias<sup>308</sup>.

Nordestinos e paraenses foram os responsáveis pela “expansão” do Amazonas. “Os altos rios foram sendo atingidos. (...) O desbravamento se operava com rapidez, obra de energia do nacional a se revelar com qualidades de homem forte”<sup>309</sup>. Entretanto, os nordestinos mereceram melhores honras pelo povoamento. A ocupação foi quase toda por eles realizada, “pelo cearense principalmente”, que fugia do sofrimento das secas que assolou o Nordeste em 1877.

As secas de 1888 e 1889 também trouxeram grande número de nordestinos para o Amazonas, apesar de terem que lidar com as dificuldades da forma de trabalho oferecido, sobretudo, a coleta de produtos naturais, enfrentando a “floresta densa que era preciso penetrar sem esmorecimento”<sup>310</sup>, diferente do que estavam acostumados no Nordeste “de veios pequenos, uma vida agrícola, campesina”.

---

<sup>307</sup> Ibidem, p. 219.

<sup>308</sup> Ibidem, p.219.

<sup>309</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>310</sup> Ibidem, p.221.

O nordestino, em páginas de heroísmo, triunfando sobre todos esses empecilhos, tamanhas dificuldades, lutando contra a própria natureza, bandeirante, sertanista do século XIX, devassou o vale, ocupou-o, sem desfalecimentos. Fez obra de soldado e de economista, das maiores obras políticas do Brasil no século. *Ao ser proclamada a República, essa conquista, esse povoamento, essa colonização nordestina plantara marcos brasileiros*, assinalando-lhe a fronteira com o Peru e a Bolívia <sup>311</sup>.

O resultado positivo foi um crescimento em mais de cem mil pessoas nos trinta e sete anos entre a instalação da Província e o surgimento da República, devido principalmente, ao heroísmo do nordestino. Mais uma vez, Arthur Reis deixou aparente sua dívida para com Álvaro Maia, filho do cearense Fausto Ferreira Maia, que em sua *Canção de Fé e Esperança* também rendeu glórias ao imigrante nordestino.

Todas as benção devem cair sobre os homens destemerosos, que desbravam o Amazonas – os nativos caluniados, que morrem em sua trincheira de honra, e os sertanejos do nordeste calcinados, os cearenses que, talvez pela seleção em que vivem, constituem o expoente rático mais definido e característico do Brasil.(...) O Amazonas reconhece quanto deve aos nobres bandeirantes do nordeste: a mocidade proclama-o, neste minuto religioso, pela voz dos seus filhos agradecidos (...) <sup>312</sup>.

Além do povoamento crescente, como demonstrativo do “progresso”, isto é da civilização, que se ia delineando no Amazonas, Arthur Reis ressaltou com orgulho o desenvolvimento da navegação e, conseqüentemente, da economia. E ressaltou que, apesar da decadência na agricultura e na indústria, “mesmo sem uma política econômica, conduzindo o homem a um aproveitamento mais seguro das riquezas naturais e da uberdade do solo, a Província prosperou a olhos vistos” <sup>313</sup>. Demonstrou isso através dos números que

---

<sup>311</sup> Ibidem, p.221. Grifo meu.

<sup>312</sup> MAIA, Álvaro. *Canção de Fé e Esperança*. In: **Poliantéia**. p. 153.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 227.

mediram a arrecadação crescente da província entre 1852 e 1888. Destacou, também, a participação de amazonenses na Guerra do Paraguai contribuindo com 984 Voluntários da Pátria, que nos confrontos “davam provas de valentia”, com relevo para as figuras de Benjamim da Silva que “estava sempre entre os mais heróicos” e Luiz Antony, “outro valente”<sup>314</sup>.

O pioneirismo do Amazonas no movimento abolicionista também foi colocado como meio de mostrar o “progresso” da Província. Com a campanha abolicionista, “amparada no quase total da população”, iria oferecer “exemplo admirável” à nação.

Admirável essa obra dos sentimentos igualitários de um povo e de um governante clarividente, humanitário, que precisava conhecer as homenagens de sua gente. (...) Embora Província nova, de apoucada importância política e econômica, o Amazonas provava que a sua gente se guiava por sentimentos de alta nobreza e dava uma lição que teve ilimitada influência na boa marcha da campanha, (...). O Brasil inteiro festejou-lhe a atitude. Os maiores vultos da propaganda abolicionista, Joaquim Nabuco Lopes Trovão e José do Patrocínio exaltaram-na, apontando-a à nação como grande exemplo a seguir<sup>315</sup>.

Arthur Reis se ressentia dessa pouca importância política e econômica do Amazonas e, era isso que queria mudar através da *História do Amazonas*, incumbida de revelar o desenvolvimento alcançado apesar dos impeditivos naturais. Havia um sentimento de inferioridade dos intelectuais amazonenses das décadas de 1920-1930, demonstrado em Álvaro Maia e em Arthur Reis<sup>316</sup>, que se sentiam injustiçados, primeiro pela subordinação do Amazonas ao Pará após a independência; e depois pela “inferioridade” em relação ao Sul:

No presente, além de Silvio Romero, que anunciou a profunda divergência entre o norte e o sul, é a campanha

---

<sup>314</sup> Ibidem, p. 231.

<sup>315</sup> Ibidem, pgs. 240, 241 e 242.

<sup>316</sup> Álvaro Maia chama a subordinação do Amazonas ao Pará como “a primeira injustiça que nos atingiu” (Canção de Fé e Esperança. P. 148). E Arthur Reis ressaltou largamente essa “injustiça clamorosa” quando tratou do assunto na *História do Amazonas*, p. 157.

persistente de homens de responsabilidade e da própria imprensa, que pregam estados do norte como colônias do sul: recebem os seus produtos, pagam os impostos, e não chegam a ter livre arbítrio na escolha de seus representantes e dirigentes. Devido a isso, chega a haver dentro dos lindes da mesma pátria, em pleno Rio de Janeiro, conjuntos para a defesa do norte, jornais para a defesa do norte, como se o norte fosse um feudo do sul <sup>317</sup>.

Por isso, o povoamento foi um dos itens mais ressaltados por Arthur Reis, tendo em vista que povoar significava colonizar e, em muitos sentidos, civilizar. O ideal de civismo e civilização buscados por Álvaro Maia, e seguidos por Arthur Reis, fez parte de uma necessidade dos intelectuais locais em apresentar os “progressos” alcançados pela região ao longo da história. Precisavam mostrar ao Brasil que a civilização havia alcançado o Norte. Essa busca já aparecia ao menos uma década antes da publicação da *História do Amazonas*, como demonstrou Marco Aurélio Paiva <sup>318</sup> ao observar que o filme *No Paiz das Amazonas*, do documentarista Silvino Santos, apesar de ter como objetivo principal divulgar as empresas do grupo J. G. Araújo & Cia, não deixou de representar Manaus de modo a ressaltar uma cidade com certo grau de urbanização. Entretanto, Paiva observou que Silvino Santos estabeleceu uma confrontação “entre um conjunto de imagens que, por um lado, revelam a presença humana, e, por outro lado, ressaltam a natureza a impor dificuldades e ‘barreiras’ para o seu enraizamento” <sup>319</sup>.

A relação problemática entre “o Homem e a Natureza” no ambiente amazônico encontrou no “cinematógrafo” do “cineasta” português uma resolução exatamente na *contraposição de imagens* que, de um lado, buscavam ressaltar o uso da técnica e do maquinário produtivo, e do outro, o ritmo “lento” e “caótico” da floresta e dos grandes rios <sup>320</sup>.

---

<sup>317</sup> MAIA, Álvaro. Canção de Fé e Esperança... P. 154.

<sup>318</sup> PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2000.

<sup>319</sup> *Ibidem*, pp. 5 a 8.

<sup>320</sup> *Ibidem*, p. 5.

Através dessa contraposição de imagens Manaus é representada dualmente ora, como quase que nascendo do rio; destacando seus símbolos de civilização e desenvolvimento, a industrialização através da cervejaria “Miranda Corrêa”; a modernidade através do “Porto Flutuante”, os patrimônios históricos através da Igreja da Matriz do Teatro Amazonas e Praça do Comércio, entre outras; o comércio através do movimento de uma das ruas principais da cidade; e o trânsito através da movimentação dos automóveis <sup>321</sup>. E ora, demonstrando as dificuldades da floresta.

As imagens da natureza (...), parecem revelar um elevado grau de “ameaça” constante oferecido por um meio ainda silvestre. Inicialmente, o flagrante de uma “tempestade amazônica”, quando do deslocamento de barco da equipe de produção do filme rumo ao interior, é expressa imagetivamente através do balançar vertiginoso das árvores, salientando-se, com isso, a alta velocidade dos ventos. Em seguida uma grande quantidade de jacarés reunidos em um igarapé (...), tendem a demonstrar o caráter exótico e selvagem do ambiente amazônico. A cobra enrolada em um galho de árvore parece estar à espreita de sua próxima vítima. O esforço sobre-humano do pescador na captura do “peixe-boi” e do “pirarucu” indicam o porte avantajado dos animais aquáticos (...) <sup>322</sup>.

Pensamos que essa contraposição de imagens apresentadas por Silvino Santos fazia parte de um anseio maior dos intelectuais locais em demonstrar os “progressos” alcançados

---

<sup>321</sup> “Não por acaso o prédio e a chaminé da cervejaria “Miranda Corrêa” aparecem um primeiro plano de apresentação da cidade. A fumaça que sai da sua chaminé propõe um dinamismo típico de centros urbanos industrializados. Em seguida nos é apresentado o “Porto Flutuante”, considerado na época um dos mais modernos do Brasil. (...)” Cf. PAIVA, Marco Aurélio. p. 7.

“(…) O espaço público da cidade é apreendido de um modo a ressaltar a amplitude de um conjunto de praças e a importância dos vários monumentos e prédios já então investidos de um certo valor histórico e patrimonial.” Idem, p. 7

“O centro comercial manauara, por sua vez, é focalizado a partir do posicionamento do “cinematógrafo” em meio aos transeuntes de uma das ruas centrais da cidade. (...) Ocorre uma multiplicação de imagens dentro do mesmo enquadramento, ou seja, opera-se uma “transformação”, via a sobreposição de imagens, dos transeuntes a trafegarem em meio aos pedestres. (...) O aparecimento dos automóveis a circularem conturbadamente em meio aos pedestres, dessa forma, propiciou uma caracterização da cidade não como uma “aldeia” isolada no meio da selva, mas sim como um centro comercial que atingiu um certo grau de urbanização comparável a poucas cidades brasileiras do período.” Ibidem, p. 8.

<sup>322</sup> Ibidem, p. 15.



pela região que, apesar das dificuldades impostas pela natureza, estava triunfando em plena selva, tendo em vista que a urbanização mostrada representava exatamente que, apesar de momentaneamente a região ter vivido um período de crise, devido à queda na exportação de borracha, o homem ia aos poucos vencendo a natureza e implantando heroicamente a civilização.

Por isso, essa contraposição de imagens, de um lado, a natureza com todas as suas intempéries, e de outro, o homem a vencê-las, construindo, passo a passo, um centro urbanizado. Marco Paiva sugere que, no período de produção da borracha, a cidade se transformou rapidamente de uma “quase aldeia” em um “centro de comércio internacional”, rendendo-lhe “um status singular de ‘civilização’”. Entretanto, quando da produção do filme, em 1920, o período áureo já havia terminado. Mas

Evidentemente que a cidade de Manaus, conforme o desejo de suas elites dirigentes, não poderia abrir mão dos “ganhos” então alcançados, mesmo que tais ganhos estivessem materializados em determinados sinais com função eminentemente simbólica. As imagens captadas por Silvino Santos, *de certo modo*, buscaram conferir eficácia a esses elementos simbólicos<sup>323</sup>.

A leitura que Marco Paiva fez do filme *No País das Amazonas*, demonstra claramente esse anseio de Silvino Santos em potencializar as “grandezas” de Manaus, que foram criadas bravamente, apesar das monumentais dificuldades impostas pela natureza. Ainda que Paiva não atribua diretamente essas “contraposições de imagens” de Silvino Santos como um anseio que fez parte de um grupo de intelectuais locais em não se deixar perder a visão da construção de uma cidade na selva, onde se a natureza não estava de todo dominada pelo homem, estava em processo de ser.

Queremos resgatar esse lado do filme de Silvino Santos através da narrativa de Paiva, no entanto com alguns adendos. Nessa contraposição de imagens, onde o uso da técnica é apresentado, mas também se apresenta o ritmo “lento” da floresta:

---

<sup>323</sup> Ibidem. p. 12.

é sugestivo o contraste de imagens entre o processo mecânico utilizado pelas operárias ordenadamente enfileiradas para descascar a castanha e o “método primitivo” e “desorganizado” empregado pelos “primatas” na selva <sup>324</sup>.

Nesse caso, a nosso ver, as operárias representavam o “progresso” alcançado pela região, que outrora tinha seus recursos pouco aproveitados devido à ausência de técnica. E o ritmo “lento” e “caótico” da floresta era principalmente para demonstrar a conquista do homem sobre o ambiente. A intenção primeira do filme era mostrar os empreendimentos do grupo J. G. Araújo que, certamente para engrandecê-lo, também deveria ser mostrado como parte dos que ajudaram a construir Manaus. Portanto, o contraste pode ter sido apresentado para demonstrar o triunfo da construção da urbanidade em um ambiente aparentemente inóspito, mas que poderia perfeitamente ser modificado e aproveitado pelo homem. Como descreveu Paiva, nas cenas das operárias e do macaco:

(...) se alternam imagens de um pequeno macaco tentando quebrar a casca de uma castanha a partir do uso da pedra e imagens de um grupo de operárias empreendendo o descasque de castanhas através do uso e manuseio de máquinas <sup>325</sup>.

Ou seja, é o primitivismo dando lugar ao desenvolvimento. Outro ambiente que teve seu uso modificado e, portanto valorizado no filme, já que não poderia ser ignorado foi o dos igarapés que cortavam a cidade.

Se, por um lado, os automóveis e os bondes elétricos constituíram-se em indicativos delineadores de uma cidade moderna, por outro lado, os diversos igarapés então existentes, ao mesmo tempo que impediam uma visualização da cidade dentro dos padrões urbanos prevalentes, não

---

<sup>324</sup> Ibidem. P. 6.

<sup>325</sup> Ibidem. P. 6.

poderiam ser desprezados e alijados da paisagem de Manaus.  
(...) <sup>326</sup>.

Depois do soterramento de parte dos igarapés realizados na administração de Eduardo Ribeiro para instalar novas avenidas, época em que o igarapé representava a forte conotação de ambiente selvagem e impedia a inclusão da cidade nos “padrões europeus de civilidade”:

Os igarapés que ainda permaneceram a entrecortar a cidade são apresentados por Silvino Santos dentro de um novo contexto e significação, isto é, são registrados ou como locais de realização de esportes náuticos, como as regatas, ou como ambientes de lazer, como os balneários públicos <sup>327</sup>.

Mais uma vez a natureza é transformada de um ambiente hostil em um agradável local, tendo seus usos modificados pela civilização. Após citar a aparição no filme da construção de uma rodovia em plena selva onde aparece a “oposição por contraste entre o “centro urbano” e o *hinterland* ‘selvagem’”, Paiva concluiu que:

Apesar dos entraves que eventualmente possam surgir no caminho da “civilização” (a cena do automóvel que precisa diminuir a sua velocidade e até mesmo parar a fim de que o “bicho-preguiça, com toda a sua “lentidão”, atravesse a estrada, sugere a existência desse tipo de “barreira”) faz-se necessário a subjugação e mesmo a “domesticação” (e até conforme o caso, a destruição) dos elementos que representem alguma forma de barbarismo. <sup>328</sup>.

Pensamos que Silvino Santos já estava mostrando, não apenas que essa subjugação era necessária, mas que ela já estava acontecendo, na medida em que a cidade, com suas indústrias e monumentos, já era uma realidade e a construção da estrada se apresentava como o início de mais uma conquista.

---

<sup>326</sup> Ibidem. P.13.

<sup>327</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>328</sup> Ibidem, p. 14.

Em uma outra “contraposição de imagens” no filme, Paiva cita o surgimento de Manaus num primeiro conjunto de imagens, “quase como que ‘brotando’ das águas do rio Negro”<sup>329</sup>. Enquanto que, em uma outra série de imagens, Manaus que antes foi “apreendida a partir da perspectiva do rio, revelando todo um suposto ‘gigantismo’ de uma ‘metrópole das selvas’”, agora “quase que se recolhe à sua ‘pequenez’, sendo praticamente ‘tragada’ pelas imagens ‘excessivas’ do rio e da floresta localizadas ao fundo”<sup>330</sup>. Pensamos que quando a cidade é mostrada dando a conhecer a imensidão dos rios e da floresta, a intenção de Silvino Santos não era demonstrar a “pequenez” da cidade, mas sim valorizar ainda mais o seu “gigantismo”, visto que, apesar de tamanhos impeditivos naturais, o homem estava conseguindo se adequar ao meio ambiente a tal ponto de nele construir empreendimentos como os do grupo J.G. Araújo. Isso já era uma realidade em andamento e não apenas uma sugestão. Foi um filme que mostrou todo o potencial da região que, com o uso de técnicas mais eficientes, estava florescendo. O homem estava vencendo o meio hostil.

Enfim, Silvino Santos já procurava mostrar na década de 1920 o que viria a ser preocupação de Arthur Reis uma década depois e que foi preocupação de Álvaro Maia na mesma década de Silvino Santos: os “progressos” obtidos através da civilização. As pretensões de Arthur Reis foram possibilitadas por uma prática comum a um conjunto de intelectuais das décadas de 1920/1930 de procurar uma identidade para o Amazonas tentando equipará-lo às outras regiões com um grau de desenvolvimento considerável.

Quanto a essa questão, é sugestiva a interpretação que Marco Paiva deu ao filme de Silvino Santos quanto à necessidade deste, em apresentar uma Manaus urbanizada:

O aparecimento dos automóveis a circularem conturbadamente em meio aos pedestres, dessa forma, propiciou uma caracterização da cidade não como uma “aldeia” isolada no meio da selva, mas sim como um centro comercial que atingiu um certo grau de urbanização comparável a poucas cidades brasileiras do período”<sup>331</sup>.

Quando os intelectuais amazonenses nutriam o desejo de ir para Belém, discutido no capítulo anterior deste trabalho, na verdade estavam imbuídos de um sentimento de uma

---

<sup>329</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>330</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>331</sup> Ibidem, p. 8.

espécie de inferioridade e o intuito era resgatar o valor da cidade através da literatura, ou de imagens, como fez Silvino Santos. O certo é que, apesar dessa tentativa, na prática, o que houve mesmo foi uma intensa migração de intelectuais para outras capitais do país em busca de melhores condições. Não queriam ficar na cidade, que foi por eles mesmos representada, como portadora de uma história permeada de heróis, onde o “progresso” estava surgindo apesar das dificuldades naturais.

“(…) as elites manauaras também buscavam reproduzir em escala reduzida os melhoramentos urbanísticos que se faziam presentes em Belém, dado o grau de concorrência existente entre ambas as cidades, tanto no plano econômico, (...) quanto *no plano cultural*”<sup>332</sup>.

Não é nossa intenção generalizar, tornando esse sentimento com sendo pertencente a todo o grupo de intelectual amazonense, mas sugerir que foi predominante num conjunto de intelectuais que tentaram fazer o Estado do Amazonas conhecido da forma como queriam enxergá-lo. Como foi mostrado no capítulo anterior, havia um interesse de alguns intelectuais que se correspondiam com Arthur Reis, e que manifestaram o desejo de deixar Manaus pela razão de que a cidade não apresentava as condições esperadas para o desenvolvimento cultural e econômico de seus moradores. Por isso, podemos dizer que as representações construídas na *História do Amazonas* foram forjadas a partir desse compartilhar de idéias do grupo (que não pretende aqui ser retratado como homogêneo) do qual Arthur Reis fez parte, isto é, de um pequeno número de intelectuais que estavam agrupados em torno do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Tanto assim, que a obra foi recebida como porta-voz da história do Amazonas para o Brasil, como demonstrou Chevalier: “Elaborou o ilustre historiador uma obra que bem lhe merece vinculada a gratidão de todos os seus conterrâneos por isso que vem revelar ao país em suas arestas repolidas”<sup>333</sup>.

As temáticas trabalhadas por Arthur Reis foram recepcionadas tal como o esperado e de forma semelhante por alguns amigos intelectuais:

(...) na “História do Amazonas” de Arthur Reis, estão compendiadas, com largueza analítica, algumas das figuras

---

<sup>332</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>333</sup> CHEVALIER, Carlyle de. “História do Amazonas”. Jornal O Imparcial. Manaus, 01 de janeiro de 1932.

mais impressionantes da Planície de ontem, tais como Ajuricaba, o Índio: Samuel Fritz, Lobo d'Almada, Tenreiro Aranha, etc. Todos do período proto-histórico daqueles rincões<sup>334</sup>.

Assuntos não conhecidos entre nós, ou rapidamente tratados pelos cronistas, acharam em Arthur Cezar um expositor elegante, conciso, escrupuloso, tais como – a ação do padre Samuel Fritz na bacia amazônica, certas particularidades acerca, do povoamento do Amazonas, a defesa que faz, de Ajuricaba, da pecha de traidor, apoiado em documentos da melhor valia<sup>335</sup>.

Mas, foi Agnello Bittencourt quem demonstrou de forma mais contundente o quanto concordava com as proposições de Arthur Reis, ressaltando a atuação dos conquistadores que haviam iniciado a obra colonização possibilitando a civilização do Amazonas. Assim se refere Bittencourt à obra *História do Amazonas*:

Para explicar os fundamentos da formação política do estado, a obra remonta a tragédia dos conquistadores espanhóis, na parte superior da bacia amazônica.

Comenta os avanços arrojados desses *famosos pioneiros* do Eldorado e do País da Canela. *Orellana* e *Ursua* ficam bem definidos no conceito do jovem historiador. *Com certa habilidade, retira do primeiro a pecha de traição, que os seus compatriotas lhe imputaram, fazendo-o com felizes argumentos.*(...) Vê-se, pelas páginas da *História do Amazonas* que os arautos da civilização ibérica haviam despertado bem cedo, para a luta, que logo tiveram, de dividir o território e chamar à sua fluência e posse as grandes riquezas sonhadas e, depois verificadas nessa parte da América. (...) Falando de Pedro Teixeira, um capitão afeito às intempéries das jornadas, em terras do Pará e do

---

<sup>334</sup> CHEVALIER, op. cit.

<sup>335</sup> JOBIM, op. cit.

Maranhão, um verdadeiro herói de lenda, confere ao bandeirante português o título de *homem sem hesitação*, porque, realmente, para subir o grande rio, de Cametá, à confluência do Napo com o Aguarico, e daí à sede da real Audiência de Quito, era preciso ter, na alma, a tempera dos argonautas de Jazão<sup>336</sup>.

Agnello Bittencout foi um representante de como os amigos intelectuais de Arthur Reis receberam sua *História do Amazonas*, demonstrando que seus objetivos em apresentar os heróis da colonização e, posteriormente, os “progressos” da região foram alcançados. Ressaltando na sua crítica à *História do Amazonas* os “desmandos” de Aguirre e corroborando com a versão do autor da obra ao torná-lo, talvez o principal vilão da história do Amazonas:

O quadro em que se assenta o segundo (Ursua), essa pobre vítima do famigerado Aguirre, dá para inspirar, num poeta de talento e forte emoção, uma nova *Ilíada* a reconstituir os dramas sanguinolentos daquela descida do Rio Mar, cujas águas quase diariamente, espalhavam cenas de assassinatos e opressões, por causa da ambição de mando e ciúmes por dona Ignez, viúva de Ursua<sup>337</sup>.

Mostrando, através da figura do padre Samuel Fritz, o heroísmo dos missionários, suas responsabilidades cumpridas ao tornar a colonização menos desastrosa para os nativos e a particularidade dos carmelitas:

O capítulo consagrado a Samuel Fritz deixa claro os ingentes esforços que os jesuítas de Castella empregaram para estender, pelo vale do Amazonas abaixo, até à foz do rio Negro, os domínios do seu rei, para os quais o sol jamais se ocultava, tão vastos eram, sobre a gentildade de todas as terras. (...) O trabalho do Dr. Arthur Reis, ocupa-se também

---

<sup>336</sup> BITTENCOUT, Agnello.

<sup>337</sup> Ibidem.

largamente, do papel que os frades carmelitas desempenharam, posteriormente, sobretudo no vale do Rio Negro. Chama a atenção do leitor para a tenacidade e brandura com que realizavam seu apostolado, mais do que outros religiosos espalhados, no Solimões e incumbidos da submissão dos catecúmenos <sup>338</sup>.

Concordou, também, com a exaltação ao grande herói nativo Ajuricaba que cumpriu seu papel na história:

Descreve as correrias de Ajuricaba, o defensor do nativismo contra a prepotência dos estrangeiros, o símbolo da altivez dos silvícolas, o Cauantemoc do Amazonas. Defende esse grande amazônida, do anátema de traidor, por suposta aliança com os holandeses da Guiana. Põe, no seu pedestal, uma figura que as incertezas da história estavam querendo esquecer <sup>339</sup>.

Nesse texto de Bittencourt, vemos que o grande esforço de Arthur Reis não foi em vão. Sua obra teve a interpretação esperada. Os heróis foram reconhecidos, os que possuíam o rótulo de traidores sem o merecerem foram retratados, os vilões foram condenados e a história da civilização construída pelos “grandes homens” em plena selva, admirada.

---

<sup>338</sup> Ibidem.

<sup>339</sup> Ibidem.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arthur Reis foi, sem dúvida, o grande responsável pela forma como o Amazonas e a Amazônia foram por muito tempo dados a ler no Brasil e até fora dele. Tornou-se um dos maiores nomes da historiografia sobre o Amazonas e no decorrer de sua carreira, à medida que foi se aprofundando nas pesquisas e ampliando seus conhecimentos, foi também se especializando em Amazônia e passou a ser conhecido pela intelectualidade brasileira como amazonólogo ou amazonófilo, como preferiu Gilberto Freyre que, aliás, não poupou palavras para referendar o intelectual amazonense: “Você, Arthur Reis, é uma das mais altas competências com que vem contando o Brasil dos nossos dias, no trato de problemas nacionalmente brasileiros, em geral, e regionalmente amazônicos em particular”<sup>340</sup>.

Sua carreira como historiador foi se desenvolvendo paralelamente à de professor, iniciada em Manaus quando do seu retorno do Rio de Janeiro após a conclusão do curso de Direito. Sua primeira experiência no magistério foi em 1928 no tradicional Colégio Dom Bosco, tendo a partir daí ministrado disciplinas na área de história em outras escolas de Manaus até chegar a ocupar a cátedra de História da América na Faculdade de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro e ministrar disciplinas no curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.<sup>341</sup>

Vivenciamos agora um momento importante para os estudos em relação a essa temática que começa a despontar em alguns trabalhos realizados por mestrandos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas.

Como um dos primeiros trabalhos realizados nesse tema, optamos por um recorte curto por percebermos se tratar de uma questão extremamente complexa, na busca do ponto de onde deveríamos partir para compreender de que modo as obras desse autor se tornaram referência e, portanto, representação de uma realidade que, certamente, foi apropriada pela sociedade local e nacional, criando um discurso sobre a região e validando-o, devido ao respaldo que Arthur Reis conquistou desde o início de sua trajetória. Desse modo, sentimos a necessidade de contextualizar o autor e buscar compreensão da sua trajetória intelectual inicial para, assim, discutirmos as temáticas abordadas na obra, tendo em vista que o autor, foco desse estudo, escreveu por um período de sessentas anos.

---

<sup>340</sup> Artigo de jornal intitulado “Meu caro Arthur Reis”, localizado no acervo do Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

<sup>341</sup> Cf. BRAGA, Robério. Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: Imprensa Universitária. sd. p.20.

Desse modo, podemos ver que ele foi um dos elementos que consolidaram o anseio dos intelectuais de Manaus de se transferir para o Rio de Janeiro em busca de consagrar sua atuação intelectual. Conforme Marco Aurélio Paiva,

A explosão do comércio da borracha ligou as elites dirigentes da região diretamente aos padrões europeus de consumo de bens materiais e espirituais. Os contornos da nação brasileira, nesse momento preciso, não faziam parte do conjunto de preocupações dos setores dirigentes e nem de seus porta-vozes intelectuais.<sup>342</sup>

A preocupação não estava direcionada “mais seriamente com os desdobramentos especificamente literários que ocorriam no Brasil”<sup>343</sup>, fato que só começou a ocorrer com o início da crise da borracha. Processo que “fez com que a elite manauara do período se mobilizasse no sentido de buscar alternativas eficazes ao estancamento da crise em curso”, surgindo, então, instituições como o IGHA e a Academia Amazonense de Letras. A partir de então

a referência deixou de ser a desgastada ideologia da *belle époque* em troca de novos parâmetros, desta feita garimpados em meio a produção intelectual que se fazia na então capital da nação. Essa referência foi sendo exacerbada por parte de alguns intelectuais nativos, a tal ponto que vários deles passaram a almejar a conquista de uma posição destacada no contexto carioca.<sup>344</sup>

Essas instituições tornaram possível “a reunião e a visibilidade de um conjunto de intelectuais ‘nativos’, responsáveis pela emergência de uma tradição de pensamento social regional”<sup>345</sup>, da qual certamente Arthur Reis passou a ser expoente.

Marco Paiva mostrou, também, que a criação de instituições que agregavam um grupo de pessoas interessadas em produção literária em Manaus no início do século XX, entre elas

---

<sup>342</sup> PAIVA, op. cit. p. 126.

<sup>343</sup> Idem, p. 127.

<sup>344</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>345</sup> Ibidem, p. 128.

o IGHA, pode estar relacionada com um meio estratégico “para as oligarquias ‘locais’ afirmarem-se de alguma forma no âmbito extra-regional”, visto a pouca influência política que exerciam no contexto nacional.<sup>346</sup>

Marco Paiva sugere que o fato de o IGHA, assim como a Academia Amazonense, terem sido fundados respectivamente em 1917 e 1918, ao contrário das instituições similares do restante do país, fundadas no final do século XIX, reflete:

a necessidade de vislumbrar uma nova alternativa não só econômica mas também política e cultural para a região em crise, e para a cidade de Manaus em particular, e, com isso, recoloca-la e readapta-la no âmbito de um novo contexto nacional e internacional.<sup>347</sup>

A região que atravessava o momento de crise da borracha procurou uma forma de ocupar destaque no contexto nacional, através de suas Instituições que congregavam os intelectuais então responsáveis pelo “processo de fabricação de um novo conjunto de representações sobre a região”<sup>348</sup>. Arthur Reis foi fruto desses anseios, visto que em 1923, seis anos depois da fundação do IGHA, já participava desse ambiente. Ele foi o nome que despontou para tornar a região mais conhecida. Por isso, recebeu tantos louvores de seus colegas; e a tomar como referência as cartas por ele recebidas, podemos sugerir que a questão da distancia cultural, política e econômica entre Manaus e o Sul não havia, ainda, sido resolvida, e o sonho de muitos era deixar a cidade em busca de melhores colocações. Portanto, estudar a trajetória de Arthur Reis pode ser fundamental para a compreensão das redes de relações mantidas entre os intelectuais amazonenses desse período, visto que o autor da *História do Amazonas* representou parte essencial desse processo.

É importante lembrar, também, que o fato de os Institutos de cada região do país terem sido criados a partir do modelo do IHGB, não significa que aqueles seguiram à risca as propostas deste. Ao contrário, como afirma Paiva, com base no trabalho de Lilia Scharwcz<sup>349</sup>, “mesmo que o IHGB tenha pretendido confeccionar uma história ‘unificadora’ da nação brasileira, a problemática regional acabou por converter-se em um elemento de entrave para a

---

<sup>346</sup> PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Op. Cit. p. 49.

<sup>347</sup> Idem, p. 48.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 48

<sup>349</sup> SCHWARCZ, Lilia. Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo, Idesp, 1989.

consolidação desse projeto homogeneizador”. Estando, portanto, o surgimento dos institutos dos demais estados do país atrelados à necessidade de “demonstração das especificidades regionais existentes dentro do quadro mais amplo de ‘confecção’ de uma ‘história nacional”<sup>350</sup>.

Apesar dessas necessidades “regionais”, de um modo geral, havia como Lilia Scharwcz aponta para o caso do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a necessidade de imprimir uma marca “ao mesmo tempo comum ao modelo ilustrado e civilizado idealizado pelo IHGB, e por outro lado bastante diversa da forma original, já que se buscava destacar primordialmente uma suposta especificidade paulista”<sup>351</sup>. Este modelo ilustrado e civilizado idealizado pelo IHGB tinha relação com o grande projeto posto em prática pela maioria dos demais institutos, que acreditavam que “escrever a história era, sobretudo, uma ato de ‘recriar um passado’, ‘solidificar mitos de fundação’, ordenar fatos buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos”<sup>352</sup>. Muitas características das quais algumas foram seguidas por Arthur Reis que pretendeu recriar, com a *História do Amazonas*, um passado permeado de heróis inclusive solidificando a saga do mito Ajuricaba. Como visto no decorrer deste trabalho, muitas das propostas de Francisco Adolfo Varnhagen que eram em certo sentido os anseios do próprio IHGB, como a forma de escrever julgando as personagens históricas, a busca por uma verdade ética, e a narrativa do “sucesso” do projeto civilizatório realizado pelo colonizador foram seguidos por Arthur Reis; entretanto, como “filho” do IGHA, sua missão era responder às aspirações intelectuais da sua região; por isso o fato de ter realizado seu primeiro trabalho, por ele mesmo considerado ousado devido à intenção de escrever uma síntese da história do Amazonas, isto é, já iniciando por um trabalho de grande porte. Mas essa era a necessidade local em termos historiográficos, tendo em vista que a região carecia de ter sistematizada a sua história. Para tanto, o autor atendendo à demanda local se ancorou na proposta de Álvaro Maia, à época figura de grande relevo, admirado por grande parte da intelectualidade local; e junto com seu mestre, Arthur Reis deu início à construção, ou em alguns casos, à reconstrução de algumas questões que, foram por muito tempo, adotadas como “verdades”. Os heróis da “história local” foram enaltecidos; Ajuricaba ficou livre da acusação de traição e por isso se solidificou a admiração ao mito; e aos

---

<sup>350</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>351</sup> SCHWARCZ, op. cit. p. 45.

<sup>352</sup> Idem, p. 4.

nordestinos foi imputada a glória do povoamento do Estado, fato que recebeu destaque para enaltecer os conterrâneos do pai de Álvaro Maia.

Em suma, o jovem Arthur Reis lançou sua primeira obra de grande porte, e de título realmente ousado, iniciando sua carreira em grande estilo dada à importância da obra no âmbito da historiografia amazonense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº.1, 1988, PP. 28-54.

ARAÚJO, Karina Anhezini de. **Fundamentos da escrita da história de Affonso Taunay ou como se escrevia a história nas primeiras décadas do século XX.** Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

ARAÚJO, Karina Anhezini de. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay.** Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual Paulista em 2006.

BURKE, Peter. **“Gilberto Freyre e o Estudo da História Social”** In: Tempo social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo: USP, vol.9, n.2, outubro 1997, pp.1-12.

BUESCU, Ana Isabel. **“Um mito das origens da nacionalidade”:** o milagre de Ourique. Conferencia realizada na Fundação Caloust Gulbenkian. Outubro de 1987. Lisboa: Livraria Carta Editora, 1991.

BRAGA, Robério. **Arthur Cezar Ferreira Reis.** Manaus: Imprensa Universitária, s.d.

CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso, MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A história cultural – entre práticas e representações.** Lisboa: Difel e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do saber: Nunes Pereira e as culturas amazônicas.** Tese de Doutorado defendida na Puc de São Paulo em 1997.

DAMAZIO, Reynaldo. **Sergio Buarque de Holanda, Uma reflexão decisiva sobre o homem cordial.** In: Revista Biblioteca Entre Livros. São Paulo, Ediouro, 2007, n.8, pp. 22-27.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira – do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo, EDIUP, 1998.

DOSSE, François. **As representações coletivas: a saída da história das mentalidades.** In: O império dos sentidos.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à primeira edição. In. **Casa-Grande & Senzala.** 13 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

FREIRE, José Ribamar Bessa. “Tradição oral e memória indígena”: a canoa do tempo. In: SALOMÃO, Jaime. América: descoberta ou invenção. 4º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. **Gilberto Freyre, A invenção do mito da democracia racial.** In: Revista Biblioteca Entre Livros. São Paulo, Ediouro, 2007, n.8, pp. 22-27.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONTIJO, Rebeca. **História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu.** In: Revista de História. São Paulo, v.24, n°2, p.159-185, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pachcoal. **Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX.** In: Tempo, Rio de Janeiro, n° 18.

IGLESIAS, Francisco. **Sérgio Buarque de Holanda. 3º Colóquio UERJ.** Rio de Janeiro: Imago, 1992., 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MENEZES, Geraldo. Um amazônida universal. In. **Homenagem a Arthur Cezar Ferreira Reis**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo; Editora Ática, 1994  
PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Unesp, 2005.

MOLLO, Helena Miranda. **História Geral do Brasil entre o espaço e o tempo**. In: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). De um Império à outro: formação do Brasil, séculos XVIII E XIX. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2007.

ODÁLIA, Nilo. **Vanhagem**. São Paulo: Editora Ática, s.d.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Unesp, 2005.

PAIVA, Marco Aurélio de. **A Conquista Intelectual do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2000.

PESAVENTO, Sandra, Jatahy (org). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Poliantéia. Manaus: União Brasileira de Escritores – Am, 1984.

PUNTONI, Pedro. **O Sr. Varnhagem e o patriotismo caboclo**: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István. Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Editora Hucitec, 2003. pp. 633-675.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 3ªed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.



REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 1ªed. Manaus: Tipografia Reis, 1931.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Vanhagem à FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: ABREU, **Capistrano**. **Capítulos de história colônia e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Álvaro Maia: uma liderança política cabocla**. Tese de doutorado.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Cezar (org). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

SCHWARCZ, Lilia. **Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros**. São Paulo, Idesp, 1989.

WELHING, Arno. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994.

## **FONTES**

Correspondências de Arthur Cezar Ferreira Reis (1930 a 1940). Localizadas no Acervo de Correspondências passivas da Biblioteca Arthur Reis.

Jornal do Comércio de 1930. Disponível no Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

Jornais diversos do acervo digital da Biblioteca Arthur Reis. Disponível em: [www.ccpa.am.gov.br](http://www.ccpa.am.gov.br).

Livros de Atas de reuniões realizadas no IGHA entre 1926 e 1931. Localizados no IGHA.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, Imprensa Pública do Amazonas, ano I, v. I, 1917.

Revista Amazonense. Manaus, ano I, nº I, 1923, pp 49-51.

Boletim do IGHA, nº 03. de 1967.